



## Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

# Documento Nº 77930/25

**EXERCÍCIO:** 2025

**SUBCATEGORIA:** Licitações

**JURISDICIONADO:** Prefeitura Municipal de Juru

**DATA DE ENTRADA:** 13/06/2025

**ASSUNTO:** licitação - 00008/2025 - Credenciamento (Lei Nº 14.133/2021) - Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos. / Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando ...

**INTERESSADOS:** SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## PROCESSO LICITATÓRIO - CREDENCIAMENTO

### **CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

#### **ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:**

Prefeitura Municipal de Juru  
 Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB  
 CEP: 58750-000 - Tel.: (83) 3484-1245.

#### **OBJETO:**

O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

#### **ELEMENTOS BÁSICOS DO PROCESSO:**

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO  
 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO  
 DESIGNAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTRATAÇÃO  
 DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME  
 PROTOCOLO E AUTUAÇÃO DO PROCESSO  
 MINUTA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO  
 PARECER JURÍDICO – CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE  
 INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS  
 PUBLICIDADE DO CERTAME – DIVULGAÇÃO  
 CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES – REPRESENTANTES  
 PROPOSTAS DE PREÇOS APRESENTADAS  
 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES  
 ATA E DELIBERAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTRATAÇÃO  
 QUADRO COMPARATIVO DOS PREÇOS – MAPA DE APURAÇÃO  
 RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS  
 PARECER JURÍDICO – ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO  
 ATOS DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
 CONTRATO CORRESPONDENTE  
 PUBLICAÇÕES

#### **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:**

"Lei de Licitações e Contratos Administrativos."



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

Senhora Prefeita,

Solicitamos que seja autorizado ao Setor de Contratação deste órgão, realizar procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, destinado a:

O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Informamos que existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser licitado, inclusive restou preliminarmente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, conforme consulta efetuada ao setor responsável.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Em anexo, elementos que instruem a presente Solicitação, inclusive:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD; e
- Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Atenciosamente,

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.		
---	--	--

4.2.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

4.2.1.Início: 3 (três) dias;

4.2.2.Conclusão: 5 (cinco) meses.

4.3.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **5.0.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

5.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida.

#### **6.0.ESTIMATIVA DOS PREÇOS**

6.1.Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

6.2.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

6.3.O valor total é equivalente a R\$ 160.300,00.

#### **7.0.PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1.Relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

#### **8.0.RESULTADOS PRETENDIDOS**

8.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

8.1.1.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida;

8.1.2.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis;

8.1.3. Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a referida contratação, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração;

8.1.4. Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

**9.0. DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Forma de contratação:

9.1.1. Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21. Trata-se de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

9.1.2. A escolha pela contratação por credenciamento, considerados os aspectos, características e peculiaridades da despesa, configurando hipótese de inviabilidade de competição, é motivada pelo entendimento de que a realização do referido processo de chamamento público, por sua definição e dinâmica, representa a solução mais adequada para a Administração, destacando que a referida despesa atende, em especial, aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
 SECRETARIO DA SAÚDE



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 1.0.DA JUSTIFICATIVA

1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.2.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

### 2.0.DO SERVIÇO

2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	OBS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de E	...	Diária	2

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no Termo de Referência.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

\_\_\_\_\_  
 IVALDO FERREIRA DA SILVA  
 Secretário da Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

## **JUSTIFICATIVA DA PADRONIZAÇÃO E DO CATÁLOGO ELETRÔNICO**

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### **1.0.DA JUSTIFICATIVA**

1.1.Modelos padronizados de documentos: no presente processo de contratação serão utilizados modelos diversos de minutas de elementos necessários para a sua formalização, tais como, termo de referência e contrato, todos padronizados, pela disponibilidade de sistema específico de instrução e gestão de processos licitatórios e contratos o qual permite, sem prejuízo das funcionalidades, a informatização dos procedimentos e ampla instituição de modelos de minutas de editais e contratos padronizados, dentre outros, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, dispensando, inclusive, a adoção das minutas do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso IV, da Lei 14.133/21.

1.2.Catálogo eletrônico de padronização: observados os aspectos e as características do objeto do presente processo, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na pretensa contratação, entende-se que o processo não recepciona de forma devida, a utilização de catálogo eletrônico de serviços, quer por inconsistência ou inexistência de adequada padronização em catálogo quando criado pela Administração, quer por inviabilidade ou incompatibilidade da adoção do respectivo catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso II, da Lei 14.133/21.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### 1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

### 2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

### 4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

### 5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com	Diária	2





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.		
--	--	--

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

#### **6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço**

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

#### **7. Levantamento de mercado**

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

#### **8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensão: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até 910





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21. Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

### **9. Estimativas preliminares dos preços**

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 160.300,00.

### **10. Descrição da solução como um todo**

Conforme os elementos apresentados, a solução é: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

### **11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, mesmo no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala. No entanto, poderá ser admitido o parcelamento na forma material, sendo permitida a participação de consórcio, nos termos da norma vigente, bem como ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

### **12. Resultados pretendidos**

Edital nº 001/2025. Data: 13/06/2025 12:24. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
 Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: 7081.25B7.9359.F4AB.12F1.3CA2.F88E.C648.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

### **13.Providências para adequação do ambiente da Administração**

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

### **14.Análise de risco**

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

### **15.Requisitos específicos para a contratação**

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: a inexistência da possibilidade de participação da pessoa física e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Salienta-se que a forma de contratação será por credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21. Trata-se de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A escolha pela contratação por credenciamento, considerados os aspectos, características e peculiaridades da despesa, configurando hipótese de inviabilidade de competição, é motivada pelo entendimento de que a realização do referido processo de chamamento público, por sua definição e dinâmica, representa a solução mais adequada para a Administração, destacando que a referida despesa atende, em especial, aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

### **16.Conclusão**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO**

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### **1.0.DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1.1.O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

### **2.0.DA APROVAÇÃO**

2.1.Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

**Estudo Técnico Preliminar aprovado** - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

*XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."*

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA  
 Prefeita



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**2.0.DA JUSTIFICATIVA**

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

2.3.Para a utilização do credenciamento:

2.3.1.A escolha pela contratação por credenciamento, considerados os aspectos, características e peculiaridades da despesa, configurando hipótese de inviabilidade de competição, é motivada pelo entendimento de que a realização do referido processo de chamamento público, por sua definição e dinâmica, representa a solução mais adequada para a Administração, destacando que a referida despesa atende, em especial, aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

**3.0.DO SERVIÇO**

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo 01 (uma) médico. Dot. 7980/25. Data: 13/06/2025 12:24. Responsável: SOUZA M.F. BARBOSA.	Diária	2





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

<p>montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.</p>		
--	--	--

#### **4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

4.1.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

#### **5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

6.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **7.0. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

7.1.1. Início: 3 (três) dias;

7.1.2. Conclusão: 5 (cinco) meses.

7.2. A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **8.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

8.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **9.0. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **10.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

#### **11.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

## **12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

## **13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **15.0.DO ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO**

15.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas as prioridades e detalhadas as ações a serem realizadas. Data: 19/06/2025 12:24. Responsável: LUIZ CARLOS DE LIMA. Assinado eletronicamente no sistema de assinatura digital em 19/06/2025 12:24. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: 7081.25B7.9359.F4AB.12F1.3CA2.F88E.C648.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

**16.0.DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

16.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

16.2.Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

**17.0.DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

17.1.Conforme os elementos apresentados, a solução é: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**18.0.DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

18.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

18.2.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida.

18.3.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

18.4.Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

18.5.Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**19.0.DA ANÁLISE DE RISCO**

19.1. Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

19.2. Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO**

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA**

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

**2.0.DA APROVAÇÃO**

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

**Termo de Referência aprovado** - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"*

*...*

*XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"*

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA  
 Prefeita





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

VALOR DE REFERÊNCIA: **Pesquisa de mercado**

### 1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

2.1.Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

2.2.Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

2.3.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.4.Mês que serviu de base para elaboração da consulta de mercado: Junho de 2025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de 1000VA; 03/25 Data: 03/06/2025 12:26	Diária	2	80.150,00	160.300,00





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.				
<b>Total</b>				160.300,00

### 3.0.DO VALOR

3.1.O valor total é equivalente a R\$ 160.300,00.

### 4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias

Conclusão: 5 (cinco) meses

4.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

4.3.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

4.11.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

---

RONNY KLEBER PEREIRA DE LIMA  
Ronny Kleber Pereira de Lima



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento:

Objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser licitado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos não Vinculados de Impostos:a

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

DIEGO ALVES RAMOS  
Secretário de Finanças



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

**AUTORIZAÇÃO**

**Expediente:** SOLICITAÇÃO  
 Secretaria de Saúde.  
**Assunto:** Procedimento auxiliar de Credenciamento.  
**Anexo:** Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

**DESPACHO**

AUTORIZO a realização do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, objetivando a:

O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

Destaca-se que o referido certame, como evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

**Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Conforme informação do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser licitado, inclusive restou devidamente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, ao Setor de Contratação deste órgão para formalização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA  
 Prefeita



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

**PROTOCOLO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

Realização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento:

Origem: Secretaria de Saúde

**Objeto:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**Fundamentação:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**Protocolo:** Observado o disposto na legislação pertinente no que concerne ao procedimento administrativo de contratação empregado em relação aos aspectos e as características da despesa, nos termos do Art. 6º, inciso XLIII, da Lei 14.133/21, bem como o que consta dos elementos de planejamento aprovados, em especial o orçamento vigente, e o detalhamento da origem dos recursos financeiros a serem utilizados; considerando ainda, a justificativa para a necessidade da demanda requerida e, principalmente, a devida autorização para formalização do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025 - 09/06/2025**

**Procedimento:** Aos autos do processo auxiliar de Credenciamento ora protocolado e numerado, em que a fase preparatória foi caracterizada pelo planejamento e está compatibilizado com o plano de contratações anual deste órgão, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como foram abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, o qual está instruído com a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar caracterizando o interesse público envolvido, a definição do objeto para o atendimento da necessidade por meio de termo de referência, a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, conforme o caso, e do orçamento estimado com as composições dos preços utilizados para sua formação; após a devida autuação, serão juntados oportunamente o instrumento convocatório e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, compreendidas às disposições do Art. 18, da Lei 14.133/21, quando da sua elaboração, e que posteriormente seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

Juru - PB, 09 de Junho de 2025.

---

SIDNEY RAMOS  
 Presidente da Comissão



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

Objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**I - RECEBIMENTO**

Nesta data recebemos a documentação inerente à execução do objeto acima indicado, composta, inclusive, pelos seguintes elementos: solicitação para realizar procedimento de Dispensa de Licitação, nos termos do , com justificativa para a necessidade da contratação e a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e a autorização da autoridade competente. Destaca-se que o referido certame será regido pela seguinte regra: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**II - PROTOCOLO**

Observado o disposto na legislação pertinente no que concerne ao procedimento administrativo de contratação empregado em relação aos aspectos e as características da despesa, nos termos do Art. 6º, inciso XLIII, da Lei 14.133/21, bem como o que consta dos elementos de planejamento aprovados, em especial o orçamento vigente, e o detalhamento da origem dos recursos financeiros a serem utilizados; considerando ainda, a justificativa para a necessidade da demanda requerida e, principalmente, a devida autorização para formalização do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

**Credenciamento nº 00008/2025 - 09/06/2025.**

**III - ELEMENTOS DO PROCESSO**

Após devidamente autuado, protocolado e numerado, aos autos do presente processo, o qual está instruído com a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e da autorização da autoridade competente; serão juntados oportunamente a exposição de motivos e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, a qual indicará, necessariamente, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço.

**IV - PROCEDIMENTO**

Remeta-se ao órgão de assessoramento jurídico da Administração.

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação do órgão de assessoramento jurídico da Administração, nesta data, os elementos do processo ora autuado para a realização do controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação, conforme as disposições do Art. 53, da Lei 14.133/21:

- Minuta do instrumento convocatório e seus elementos constitutivos;
- Minuta do contrato correspondente.

Juru - PB, 09 de Junho de 2025.

---

SIDNEY RAMOS  
 Presidente da Comissão





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Origem:** CREDENCIAMENTO N.º 00008/2025  
 SETOR DE CONTRATAÇÃO

**Assunto:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juruá PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**Anexo:** Processo Licitatório correspondente instruído com todos seus elementos constitutivos, inclusive da fase preparatória e da minuta do edital, bem como da minuta do respectivo contrato.

## PARECER

Salienta-se que, ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguiu para este órgão de assessoramento jurídico, objetivando a realização do controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da pretensa contratação, sendo apreciado conforme os critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, considerados todos os elementos indispensáveis à referida contratação e dos pressupostos de fato e de direito, especialmente, os aspectos inerentes à formalização do processo licitatório e sua fase preparatória, caracterizada pelo planejamento e a necessária compatibilidade com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, nos termos dos Arts. 11 a 27, da Lei 14.133/21.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 18, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, ainda, a análise de risco; termo de referência; estimativa da despesa definida por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; autorização da autoridade competente; e a minuta do edital de licitação, acompanhada da respectiva minuta do contrato.

Nesse diapasão, analisada a matéria à luz da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, considera-se regular o processo licitatório em tela da forma como se apresenta, inclusive a sua fase preparatória, a minuta do edital e seus elementos constitutivos, bem como a respectiva minuta do contrato, os quais estão em consonância com a legislação vigente.

Esta Assessoria Jurídica enfatiza a obrigatoriedade da publicidade do ato convocatório do certame, que deverá ser realizada nos termos do Art. 54, da Lei 14.133/21, com observância aos prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, estabelecidos no Art. 55, do mesmo diploma legal.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

---

**JOSEILDO RODRIGUES DE MEDEIROS**

Assessor Jurídico  
OAB PB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

MINUTA DO CONTRATO

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**CONTRATO Nº: ..../-SDC**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Juru - Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB, CNPJ nº 08.888.950/0001-06, neste ato representada pela Prefeita Solange Maria Felix Barbosa, Brasileiro, Casada, Agricultora, residente e domiciliada na Rua Severino Barbosa, 106 - Casa - São Sebastião - Juru - PB, CPF nº 460.135.804-30, Carteira de Identidade nº 2.780.561 SSPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:a

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: ...;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos aplicada ao responsável pelas infrações administrativas.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Água Branca – Pb.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Juru - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## PROCESSO LICITATÓRIO - CREDENCIAMENTO

### **CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

#### **ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:**

Prefeitura Municipal de Juru

Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB

CEP: 58750-000 - Tel.: (83) 3484-1245.

Prefeitura Municipal de Juru - Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB, CNPJ nº 08.888.950/0001-06, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, instituída pela Portaria nº 001/2024, nos termos da Lei e demais normas legais pertinentes ao caso em tela, torna público, para conhecimento dos possíveis interessados que será realizado **CREDENCIAMENTO PÚBLICO** conforme abaixo.

### **DO OBJETO**

**Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.**

Maiores informações sobre este Edital poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitação, no prédio da Prefeitura Municipal ou endereço eletrônico [www.juru.pb.gov.br](http://www.juru.pb.gov.br) e [www.tce.gov.br](http://www.tce.gov.br) e E-Mail: [licitacaojuru@hotmail.com](mailto:licitacaojuru@hotmail.com)

### **LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**A execução dos serviços serão realizados nos locais onde a Secretaria de Saúde indicar.**

O prestador deverá garantir o cumprimento da meta de produção pré-estabelecida pela Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, assim definidas pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado e Secretaria Municipal de Saúde, mediante relatório ou síntese de produtividade.

Aos prestadores de serviço será vedada expressamente a cobrança dos usuários, por parte dos credenciados, de qualquer tarifa, taxa ou sobretaxa relacionadas ao serviço prestado.

### **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**Poderão participar deste procedimento licitatório** todos interessados que satisfaçam as condições específicas de habilitação fixadas neste edital e **aceitem as exigências nele estabelecidas.**

Os servidores concursados do município, não poderão credenciar no presente certame, em vista da vedação legal para cumulação de cargos prevista da Constituição Federal.

Não poderão participar deste credenciamento interessados que estejam cumprindo sanções administrativas previstas na Lei de Licitações ou tenham sido declarados inidôneos para contratar com a administração municipal.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

O credenciamento será feito a todos independentes do número de vagas oferecidas, cabendo ao Poder Público credenciante o encaminhamento dos beneficiários, conforme a necessidade.

**A inscrição no credenciamento não garante a contratação do interessado pelo município.**

## **VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

**O credenciamento tem vigência até 31/12/2025**, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, desde que observado o disposto na nova Lei de Licitações.

## **RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos alocados para realização do objeto da presente licitação são oriundos das dotações orçamentárias do Município de JURU PB para o exercício financeiro de 2025.

## **COMPONENTES DESTA EDITAL**

Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante os termos do processo anexo.

## **PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar deste credenciamento as pessoas jurídicas interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

Não poderão participar do certame as pessoas jurídicas cujos dirigentes, sócios ou gerentes tenham qualquer vínculo empregatício com o contratante e demais normas legais pertinentes; clínicas que tenham sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade; pessoas jurídicas que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou estejam temporariamente impedida de participar de licitação e contratar com Administração.

## **DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

A data para o recebimento da documentação e propostas das interessadas ocorrerá **até às 12:00 horas do dia 25 de Junho de 2025**, exclusivamente no E-mail: [licitacaojuru@hotmail.com](mailto:licitacaojuru@hotmail.com) ou presencialmente na sede da Prefeitura Município de Juru PB.

## **DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO**

Para fins de habilitação neste deverão as pessoas jurídicas interessadas apresentar:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;
2. Registro comercial, no caso de Empresa Individual; Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, o Ato Constitutivo e/ou a alteração social consolidada devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento;
3. Licença de Funcionamento (Alvará) atualizada;
4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

- criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
5. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Quanto a Dívida Ativa e Certidão de Quitação de Tributos ou Certidão Conjunta) do domicílio ou sede do licitante;
  6. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
  7. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa;
  8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
  9. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da abertura das propostas, no endereço eletrônico: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)
  10. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente.
  11. Declaração de sócios e diretores de que não ocupam cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Sistema Único de Saúde a nível Municipal, Estadual ou Federal, nos termos do parágrafo 4º do art. 26 da Lei nº 8080/90.
  12. Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico e físico, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento;
  13. Declaração do sócio da empresa de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da CF de 1988 (Lei nº 9.854/99);
  14. Declaração do sócio da empresa de que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidos no presente Edital, bem como de que realizará todos procedimentos que se propõe, e que qualquer alteração deverá ter a anuência expressa da administração;
  15. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
  16. Declaração de ciência dos termos do Edital;
  17. Declaração de inexistir fato impeditivo;
  18. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;
  19. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;
  20. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;
  21. Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta;
  22. Fotos do Espaço Físico do interior da Unidade Móvel disponibilizada para o atendimento da população do município inclusive a fachada e acessibilidade de acordo com ABNT-NBR, com as seguintes especificações mínimas: Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, com documentação obrigatoriamente com licenciamento de trânsito



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**regularizado e motorista habilitado para categoria do transporte, assim como atender a todos os requisitos técnicos previstos na legislação sanitária vigente.**

**23. Licença da Vigilância Sanitária Municipal da Unidade Móvel.**

A falta de veracidade de qualquer das informações ora aqui prestadas pela empresa implicará no indeferimento de sua habilitação, independente das sanções cabíveis. Os documentos exigidos deste Edital deverão, quando for o caso, serem apresentados em único arquivo em PDF, em ordem acima exposta, perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras ou emendas, devidamente datados e assinados quando necessários. Não serão credenciados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou irregularidade.

**ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

O setor de licitações analisará imediatamente os documentos e efetuar a avaliação do atendimento das exigências editalícias pelo credenciado, considerando a ordem de protocolo no sistema.

**DO CREDENCIAMENTO**

A inscrição no credenciamento não garante a contratação do interessado.

A qualquer tempo poderão ser recebidas novas inscrições, passando os novos credenciados a figurar no final da respectiva lista, com o prazo de análise anteriormente narrado.

Os licitantes serão cadastrados pela ordem de apresentação do sistema, e, posteriormente, o mesmo critério será adotado na contratualização dos credenciados, ou seja, conforme a ordem cronológica de chegada e apresentação dos documentos. Serão realizados, além do critério anterior, experiência e tempo de serviço da empresa no mercado, preços ofertados, sede mais próxima no município, e nos casos de persistir empate, sorteio. **Os Institutos, Associações e Fundações, sem fins lucrativos, terão preferência no credenciamento.**

**DO DESCREDENCIAMENTO**

São motivos de descredenciamento das empresas a conveniência da Administração, mediante ato devidamente motivado; a pedido do credenciado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias; quando houver violação aos deveres e atribuições previstos neste edital; quando o credenciado se recusar a prestar qualquer serviço indispensável e demais atividades na amplitude de sua mister, ou negligenciar nesse sentido os termos deste edital; quando constatada a existência de declaração, informação ou apresentação de documento falso no processo de inscrição; quando ocorrer a quebra de sigilo, à exceção de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do sujeito de direito.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas com o credenciamento sujeitará as partes, no que couber, às sanções previstas na Lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988.

**OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

Executar tarefas, a tempo e sem falhas, conforme regras do exercício profissional, obedecendo rotinas, fluxos de atendimento, protocolos dos serviços nos quais estarão inseridos, onde estes atuarão nos estabelecimentos que estarão submetidos ao gerenciamento da Secretaria.

Não se ausentar ou deixar seus funcionários se ausentarem do local do trabalho, a não ser para serviços atinentes a profissão e que tenham que ser realizados externamente;





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

Atender os usuários dentro dos conceitos éticos e normas administrativas, com urbanidade (no conjunto de formalidades e procedimentos que demonstram boas maneiras e respeito com os cidadãos; afabilidade, civilidade e cortesia), e respeitar as políticas de humanização do SUS, dentro dos princípios do SUS em especial universalidade, equidade e integralidade;

Cumprir os horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de não lhe ser remunerado o respectivo serviço e ocasionar o seu descredenciamento. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital;

Indenizar o Município ou terceiros, por quaisquer danos causados ou provocados por sua ação ou omissão, ou de seus prepostos (no caso de empresa), no exercício da atividade. Arcar com as despesas previstas nas obrigações do contratante.

**OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Colocar à disposição do credenciado, para atender execução de tarefas da responsabilidade, os materiais, produtos, utensílios e equipamentos em quantidade, qualidade e conservação. Efetuar o pagamento dos serviços no prazo e situação prevista neste edital. Reter os impostos, contribuições e demais exigências legais dos pagamentos mensais.

**DA ESPECIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO / CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

Especificação da categoria profissional, carga horária, produção e remuneração dos serviços correrá de acordo com as especificações e critérios apresentados neste processo.

**DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

A Comissão fará divulgar o resultado do presente na forma prevista em lei.

**DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

Qualquer cidadão poderá solicitar à Comissão de Licitação esclarecimentos, providências ou ainda manejar impugnação a este Edital de Credenciamento, no prazo estabelecido no sistema. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer no prazo legal. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para o procedimento.

**RECURSOS**

Dos atos do ordenador do Fundo Municipal de Saúde de JURU PB caberá recurso.

**REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DAS FATURAS**

Os serviços serão remunerados de acordo com os valores fixados no Termo de Referência. Os valores devidos ao Credenciado serão pagos mediante a apresentação da nota fiscal com a descrição dos serviços prestados e após sua conferência pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Fundo Municipal de Saúde de JURU PB, **efetuará pagamento das faturas**, devidamente atestadas, referente ao serviço objeto deste Edital **até o dia 31 de dezembro de 2025. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

Não haverá repasse de valores relativos ao custeio de transporte, alimentação, hospedagem e outros, inclusive encargos sociais e tributários, sendo de responsabilidade dos credenciados.

O preço contratado compõe todos os custos de manutenção das atividades e demais insumos, incluídos os encargos fiscais, trabalhistas ou de qualquer outra natureza inerentes à atividade, sem qualquer custo adicional ao município Contratante. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal qualificado para execução dos respectivos serviços, aí incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Secretaria Municipal de Saúde, poderá restabelecer a relação pactuada, mediante comprovação documental e requerimento.

### **INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Este Edital e seus anexos farão partes integrantes do Contrato a ser firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de JURU PB e os credenciados, no qual ficará estabelecido que o foro da Comarca de JURU PB, será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interpretação dos termos contidos no instrumento contratual.

O credenciado será convocado para assinar o instrumento de Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação. Quando a pessoa jurídica credenciada não assinar o termo do Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo supracitado, fica facultado ao Fundo Municipal de Saúde aplicar as penalidades cabíveis.

O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, rever e alterar a forma e a abrangência previstas no instrumento contratual, ampliando ou limitando serviços prestados pelo credenciado, de acordo com disponibilidade orçamentária.

### **DAS PENALIDADES**

Com fundamento nos artigos da nova Lei de Licitações o credenciado ficará sujeito, no caso do não cumprimento ou inassiduidade não justificada, assim considerado pela Administração, ou ainda, em razão de execução parcial ou inexecução, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e garantida à prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades: advertência; suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o município, pelo prazo de até dois anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal. Em qualquer caso, caberá recurso.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

O Fundo Municipal de Saúde não está obrigado a contratar os serviços em sua totalidade com uma única pessoa jurídica credenciada, mas sim na quantidade que lhe interessar visando atender a demanda regionalizada.

O credenciado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso já tenha sido deferido o seu credenciamento, ocorrerá cancelamento do mesmo, sem prejuízo das sanções.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

Após o deferimento da solicitação do credenciamento, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração Pública.

É facultada à Administração Pública, em qualquer fase do Credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**É expressamente vedado ao credenciado a subcontratação do objeto do presente certame.**

O presente credenciamento, a juízo do Fundo Municipal de Saúde, poderá ser revogado por interesse público ou anulado por ilegalidade, sempre em despacho fundamentado, assegurado ampla defesa.

É de inteira responsabilidade dos credenciados acompanhar publicações do credenciamento nos Diários Oficiais e no site [www.juru.pb.gov.br](http://www.juru.pb.gov.br) diário oficial.

A participação no processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como a observância dos preceitos e regulamentações.

Os casos omissos, não regulamentados por este Edital, serão apreciados pela Comissão de Licitação e decididos pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Credenciado deverá apresentar composição de custos.

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**

Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**

Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**PLANILHA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS – POR LOTE GLOBAL**

Lote	Item	Serviço	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	<b>ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e</b>	02	Diária	R\$ 80.150,00	R\$ 160.300,00



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

		gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.				
--	--	--	--	--	--	--

**OBSERVAÇÃO - Os serviços extras aos previstos na planilha acima, que excederem ao valor da diária, serão pagos mediante valores individualizados, por meio de relatório extra.**

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**  
 Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**  
 Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**PLANILHA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS – POR COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DIÁRIO**

Lote	Item	Serviço	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Exame de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico a ser realizado por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	25	Exame	R\$ 300,00	R\$ 7.500,00
1	2	Kit de Exames de Cardiologia – Total de 36 procedimentos, sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 05 Mapa, 01 Holter e 05 Teste Ergométrico, a serem realizados por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	01	Kit de Exames	R\$ 6.100,00	R\$ 6.100,00
1	3	Exame de Ultrassonografia nos diversos sistemas, a ser realizado por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	40	Exame	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
1	4	Consulta médica nas seguintes especialidades: endocrinologia, neurologia, psiquiatria, clínica geral, dermatologia, urologia, cardiologia, ginecologia, geriatria, reumatologia, ortopedia, Proctologia, gastroenterologia, com todos os insumos inclusos	25	Consulta	R\$ 250,00	R\$ 6.250,00
1	5	01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 02 (dois) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral	01	Diária	R\$ 30.500,00	R\$ 30.500,00



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

1	6	Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança	01	Diária por profissional	R\$ 1.250,00	R\$ 10.000,00
1	7	Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista	01	Diária por profissional	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00
1	8	Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento realizado por profissional experiente e capacitado, com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias	01	Diária	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
						R\$ 80.150,00

**OBSERVAÇÃO** – Os serviços extras aos previstos na planilha acima, que excederem ao valor da diária, serão pagos mediante valores individualizados, por meio de relatório extra.

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**  
 Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**  
 Secretário Municipal de Saúde





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:** Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de JURU PB – PE, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela Municipalidade.

**REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:** Prazo de vigência do contrato será duante o período do evento, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses. Justifica-se a adoção do prazo acima tendo em vista que um período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos com depreciação e manutenção dos equipamentos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Outra vantagem para a Administração é a redução do número de prorrogações contratuais ou mesmo de realização de novas contratações cada 12 (doze) meses. Assim, considerando sua natureza continuada e os custos envolvidos com a realização de novas contratações.

**LEVANTAMENTO DE MERCADO:** Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a contratação da empresa do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de contratação por órgãos públicos.

**JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:** Não é divisível, portanto não se aplica

**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:** Espera-se atender demandas de deslocamento da Secretaria Municipal de Saúde.

**PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:** Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Ademais, para que pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam: elaboração de minuta do edital; realização de certificação de disponibilidade orçamentária; designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação; elaboração de minuta do contrato; encaminhamento do processo para análise jurídica; análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados; publicação e divulgação do edital e anexos; resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável; realização do certame, com etapas; realização de empenho; e assinatura e publicação do contrato.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:** Os riscos em contratações, evidente a planilha de composição de preços totais se faz importante para iniciar um processo licitatório, necessitando juntar à planilha no mínimo três orçamentos atualizados.

**VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:** Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

**JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE:** Em face da necessidade de contratação de planejamento, execução e operacionalização de serviços médicos e exames especializados complementares na forma de mutirão, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e demais cidadãos desse município, justifica a abertura do presente procedimento licitatório, para garantir os deslocamentos em níveis aceitáveis de conforto, segurança e bem-estar dos servidores e demais pessoas.

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**  
Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**  
Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

MINUTA DO CONTRATO

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**CONTRATO Nº: ..../-SDC**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Juru - Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB, CNPJ nº 08.888.950/0001-06, neste ato representada pela Prefeita Solange Maria Felix Barbosa, Brasileiro, Casada, Agricultora, residente e domiciliada na Rua Severino Barbosa, 106 - Casa - São Sebastião - Juru - PB, CPF nº 460.135.804-30, Carteira de Identidade nº 2.780.561 SSPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., ..... - ..... - ..... - ....., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:a

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente,



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: ...;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Água Branca – Pb.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Juru - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 13/06/2025 às 12:24:42 foi protocolizado o documento sob o Nº 77930/25 do Aviso da Licitação nº 00008/2025 referente ao exercício de , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Juru, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Juru

Número da Licitação: 00008/2025

Modalidade: Credenciamento (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor Estimado: R\$ 160.300,00

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

Data do Ato: 11/06/2025

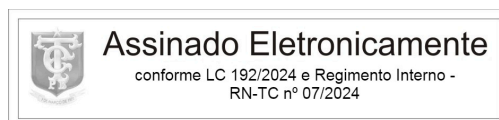
Data e Hora do Certame: 25/06/2025 12:00:00

Local do Certame: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU PB

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Edital da Licitação	Sim	708125b79359f4ab12f13ca2f88ec648

João Pessoa, 13 de Junho de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

## PROPOSTA ATUALIZADA

REF.: CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ

OBJETO: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

PROPONENTE: **INSTITUTO SAUDE EXPRESS**

CNPJ nº 58.694.763/0001-60

R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158 – LJ 202

PIEDADE - JABOATAO DOS GUARARAPES - PE - 54400–170

(81) 3048-7791/ (87) 8104

miguelrenato.contador@hotmail.com

Prezados Senhores,

Considerada a proposta apresentada, ocorrências e observações eventualmente apontadas durante o processo licitatório, bem como os critérios definidos no instrumento convocatório, ao final do referido certame - Credenciamento nº 00008/2025 -, produziu-se o seguinte resultado que representa a **proposta inicial devidamente atualizada**:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos	Diária	2	80.150,00	160.300,00

	Hospitales: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.				
					<b>Total:</b> 160.300,00

Juru - PB, 25 de Junho de 2025.

INSTITUTO SAUDE EXPRESS  
58.694.763/0001-60



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## PROCESSO LICITATÓRIO - CREDENCIAMENTO

### **CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

#### **ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:**

Prefeitura Municipal de Juru  
 Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB  
 CEP: 58750-000 - Tel.: (83) 3484-1245.

#### **OBJETO:**

O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

#### **ELEMENTOS BÁSICOS DO PROCESSO:**

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO  
 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO  
 DESIGNAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTRATAÇÃO  
 DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA  
 AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME  
 PROTOCOLO E AUTUAÇÃO DO PROCESSO  
 MINUTA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO  
 PARECER JURÍDICO – CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE  
 INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS  
 PUBLICIDADE DO CERTAME – DIVULGAÇÃO  
 CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES – REPRESENTANTES  
 PROPOSTAS DE PREÇOS APRESENTADAS  
 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES  
 ATA E DELIBERAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTRATAÇÃO  
 QUADRO COMPARATIVO DOS PREÇOS – MAPA DE APURAÇÃO  
 RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS  
 PARECER JURÍDICO – ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO  
 ATOS DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
 CONTRATO CORRESPONDENTE  
 PUBLICAÇÕES

#### **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:**

"Lei de Licitações e Contratos Administrativos."



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

Senhora Prefeita,

Solicitamos que seja autorizado ao Setor de Contratação deste órgão, realizar procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, destinado a:

O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Informamos que existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser licitado, inclusive restou preliminarmente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, conforme consulta efetuada ao setor responsável.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Em anexo, elementos que instruem a presente Solicitação, inclusive:

- Documento de Formalização da Demanda - DFD; e
- Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Atenciosamente,

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.		
---	--	--

4.2.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

4.2.1.Início: 3 (três) dias;

4.2.2.Conclusão: 5 (cinco) meses.

4.3.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

## **5.0.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

5.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida.

## **6.0.ESTIMATIVA DOS PREÇOS**

6.1.Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

6.2.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

6.3.O valor total é equivalente a R\$ 160.300,00.

## **7.0.PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1.Relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

## **8.0.RESULTADOS PRETENDIDOS**

8.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

8.1.1.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida;

8.1.2.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis;

8.1.3. Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a referida contratação, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração;

8.1.4. Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

### **9.0. DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Forma de contratação:

9.1.1. Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21. Trata-se de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

9.1.2. A escolha pela contratação por credenciamento, considerados os aspectos, características e peculiaridades da despesa, configurando hipótese de inviabilidade de competição, é motivada pelo entendimento de que a realização do referido processo de chamamento público, por sua definição e dinâmica, representa a solução mais adequada para a Administração, destacando que a referida despesa atende, em especial, aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
 SECRETARIO DA SAÚDE



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 1.0.DA JUSTIFICATIVA

1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.2.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

### 2.0.DO SERVIÇO

2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	OBS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de E	...	Diária	2

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no Termo de Referência.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

\_\_\_\_\_  
 IVALDO FERREIRA DA SILVA  
 Secretário da Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## JUSTIFICATIVA DA PADRONIZAÇÃO E DO CATÁLOGO ELETRÔNICO

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 1.0.DA JUSTIFICATIVA

1.1. Modelos padronizados de documentos: no presente processo de contratação serão utilizados modelos diversos de minutas de elementos necessários para a sua formalização, tais como, termo de referência e contrato, todos padronizados, pela disponibilidade de sistema específico de instrução e gestão de processos licitatórios e contratos o qual permite, sem prejuízo das funcionalidades, a informatização dos procedimentos e ampla instituição de modelos de minutas de editais e contratos padronizados, dentre outros, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, dispensando, inclusive, a adoção das minutas do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso IV, da Lei 14.133/21.

1.2. Catálogo eletrônico de padronização: observados os aspectos e as características do objeto do presente processo, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na pretensa contratação, entende-se que o processo não recepciona de forma devida, a utilização de catálogo eletrônico de serviços, quer por inconsistência ou inexistência de adequada padronização em catálogo quando criado pela Administração, quer por inviabilidade ou incompatibilidade da adoção do respectivo catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso II, da Lei 14.133/21.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
 Secretário da Saúde





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### 1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

### 2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

### 4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

### 5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros com 1 sala de avanço, porta padrão com	Diária	2





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.		
--	--	--

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

#### **6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço**

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

#### **7. Levantamento de mercado**

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

#### **8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensão: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juruá PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até o



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21. Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

### **9. Estimativas preliminares dos preços**

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 160.300,00.

### **10. Descrição da solução como um todo**

Conforme os elementos apresentados, a solução é: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

### **11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, mesmo no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala. No entanto, poderá ser admitido o parcelamento na forma material, sendo permitida a participação de consórcio, nos termos da norma vigente, bem como ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

### **12. Resultados pretendidos**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

### **13.Providências para adequação do ambiente da Administração**

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

### **14.Análise de risco**

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

### **15.Requisitos específicos para a contratação**

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: a inexistência da possibilidade de participação da pessoa física e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Salienta-se que a forma de contratação será por credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21. Trata-se de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A escolha pela contratação por credenciamento, considerados os aspectos, características e peculiaridades da despesa, configurando hipótese de inviabilidade de competição, é motivada pelo entendimento de que a realização do referido processo de chamamento público, por sua definição e dinâmica, representa a solução mais adequada para a Administração, destacando que a referida despesa atende, em especial, aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

### **16.Conclusão**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO**

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### **1.0.DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1.1.O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

### **2.0.DA APROVAÇÃO**

2.1.Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

**Estudo Técnico Preliminar aprovado** - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

*XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."*

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA  
 Prefeita





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0.DO OBJETO**

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**2.0.DA JUSTIFICATIVA**

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

2.3.Para a utilização do credenciamento:

2.3.1.A escolha pela contratação por credenciamento, considerados os aspectos, características e peculiaridades da despesa, configurando hipótese de inviabilidade de competição, é motivada pelo entendimento de que a realização do referido processo de chamamento público, por sua definição e dinâmica, representa a solução mais adequada para a Administração, destacando que a referida despesa atende, em especial, aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

**3.0.DO SERVIÇO**

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: Edital (Doc. 77080/25) Data: 07/08/2025 e 10/06/2025. Responsável: SOLANGE MUE BARBOSA.	Diária	2





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

<p>montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.</p>		
--	--	--

#### **4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

4.1.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

#### **5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observe, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

6.7.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA**

7.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

7.1.1.Início: 3 (três) dias;

7.1.2.Conclusão: 5 (cinco) meses.

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

**8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

8.1.Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**9.0.DO PAGAMENTO**

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

**10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

**11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

## **12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

## **13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **15.0.DO ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO**

15.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas em seções fixadas e detalhadas no Edital nº 001/2025, de 10 de março de 2025, e no Edital nº 002/2025, de 10 de março de 2025.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

**16.0.DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

16.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

16.2.Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

**17.0.DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

17.1.Conforme os elementos apresentados, a solução é: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**18.0.DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

18.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

18.2.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida.

18.3.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

18.4.Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

18.5.Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**19.0.DA ANÁLISE DE RISCO**

19.1. Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

19.2. Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO**

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA**

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

**2.0.DA APROVAÇÃO**

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

**Termo de Referência aprovado** - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"*

...

*XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"*

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA  
 Prefeita





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

VALOR DE REFERÊNCIA: **Pesquisa de mercado**

### 1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

2.1.Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

2.2.Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.

2.3.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.4.Mês que serviu de base para elaboração da consulta de mercado: Junho de 2025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de 40KW; Data 07/08/2025 10:46:53	Diária	2	80.150,00	160.300,00



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.				
<b>Total</b>				160.300,00

### 3.0.DO VALOR

3.1.O valor total é equivalente a R\$ 160.300,00.

### 4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias

Conclusão: 5 (cinco) meses

4.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

4.3.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

4.11.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

---

RONNY KLEBER PEREIRA DE LIMA  
Ronny Kleber Pereira de Lima



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento:

Objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser licitado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos não Vinculados de Impostos:a

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

DIEGO ALVES RAMOS  
Secretário de Finanças



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

**AUTORIZAÇÃO**

**Expediente:** SOLICITAÇÃO  
 Secretaria de Saúde.  
**Assunto:** Procedimento auxiliar de Credenciamento.  
**Anexo:** Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

**DESPACHO**

AUTORIZO a realização do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, objetivando a:

O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

Destaca-se que o referido certame, como evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

**Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Conforme informação do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser licitado, inclusive restou devidamente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, ao Setor de Contratação deste órgão para formalização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA  
 Prefeita



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

**PROTOCOLO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

Realização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento:

Origem: Secretaria de Saúde

**Objeto:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**Fundamentação:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**Protocolo:** Observado o disposto na legislação pertinente no que concerne ao procedimento administrativo de contratação empregado em relação aos aspectos e as características da despesa, nos termos do Art. 6º, inciso XLIII, da Lei 14.133/21, bem como o que consta dos elementos de planejamento aprovados, em especial o orçamento vigente, e o detalhamento da origem dos recursos financeiros a serem utilizados; considerando ainda, a justificativa para a necessidade da demanda requerida e, principalmente, a devida autorização para formalização do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025 - 09/06/2025**

**Procedimento:** Aos autos do processo auxiliar de Credenciamento ora protocolado e numerado, em que a fase preparatória foi caracterizada pelo planejamento e está compatibilizado com o plano de contratações anual deste órgão, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como foram abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, o qual está instruído com a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar caracterizando o interesse público envolvido, a definição do objeto para o atendimento da necessidade por meio de termo de referência, a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, conforme o caso, e do orçamento estimado com as composições dos preços utilizados para sua formação; após a devida autuação, serão juntados oportunamente o instrumento convocatório e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, compreendidas às disposições do Art. 18, da Lei 14.133/21, quando da sua elaboração, e que posteriormente seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

Juru - PB, 09 de Junho de 2025.

---

SIDNEY RAMOS  
 Presidente da Comissão





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

Objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**I - RECEBIMENTO**

Nesta data recebemos a documentação inerente à execução do objeto acima indicado, composta, inclusive, pelos seguintes elementos: solicitação para realizar procedimento de Dispensa de Licitação, nos termos do , com justificativa para a necessidade da contratação e a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e a autorização da autoridade competente. Destaca-se que o referido certame será regido pela seguinte regra: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**II - PROTOCOLO**

Observado o disposto na legislação pertinente no que concerne ao procedimento administrativo de contratação empregado em relação aos aspectos e as características da despesa, nos termos do Art. 6º, inciso XLIII, da Lei 14.133/21, bem como o que consta dos elementos de planejamento aprovados, em especial o orçamento vigente, e o detalhamento da origem dos recursos financeiros a serem utilizados; considerando ainda, a justificativa para a necessidade da demanda requerida e, principalmente, a devida autorização para formalização do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

**Credenciamento nº 00008/2025 - 09/06/2025.**

**III - ELEMENTOS DO PROCESSO**

Após devidamente autuado, protocolado e numerado, aos autos do presente processo, o qual está instruído com a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e da autorização da autoridade competente; serão juntados oportunamente a exposição de motivos e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, a qual indicará, necessariamente, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço.

**IV - PROCEDIMENTO**

Remeta-se ao órgão de assessoramento jurídico da Administração.

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação do órgão de assessoramento jurídico da Administração, nesta data, os elementos do processo ora autuado para a realização do controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação, conforme as disposições do Art. 53, da Lei 14.133/21:

- Minuta do instrumento convocatório e seus elementos constitutivos;
- Minuta do contrato correspondente.

Juru - PB, 09 de Junho de 2025.

---

SIDNEY RAMOS  
 Presidente da Comissão



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

**Origem:** CREDENCIAMENTO N.º 00008/2025  
 SETOR DE CONTRATAÇÃO

**Assunto:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juruá PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**Anexo:** Processo Licitatório correspondente instruído com todos seus elementos constitutivos, inclusive da fase preparatória e da minuta do edital, bem como da minuta do respectivo contrato.

## PARECER

Salienta-se que, ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguiu para este órgão de assessoramento jurídico, objetivando a realização do controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da pretensa contratação, sendo apreciado conforme os critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, considerados todos os elementos indispensáveis à referida contratação e dos pressupostos de fato e de direito, especialmente, os aspectos inerentes à formalização do processo licitatório e sua fase preparatória, caracterizada pelo planejamento e a necessária compatibilidade com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, nos termos dos Arts. 11 a 27, da Lei 14.133/21.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 18, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, ainda, a análise de risco; termo de referência; estimativa da despesa definida por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; autorização da autoridade competente; e a minuta do edital de licitação, acompanhada da respectiva minuta do contrato.

Nesse diapasão, analisada a matéria à luz da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, considera-se regular o processo licitatório em tela da forma como se apresenta, inclusive a sua fase preparatória, a minuta do edital e seus elementos constitutivos, bem como a respectiva minuta do contrato, os quais estão em consonância com a legislação vigente.

Esta Assessoria Jurídica enfatiza a obrigatoriedade da publicidade do ato convocatório do certame, que deverá ser realizada nos termos do Art. 54, da Lei 14.133/21, com observância aos prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, estabelecidos no Art. 55, do mesmo diploma legal.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
CNPJ: 08.888.950/0001-06

---

**JOSEILDO RODRIGUES DE MEDEIROS**

Assessor Jurídico  
OAB PB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

MINUTA DO CONTRATO

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**CONTRATO Nº: ..../-SDC**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Juru - Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB, CNPJ nº 08.888.950/0001-06, neste ato representada pela Prefeita Solange Maria Felix Barbosa, Brasileiro, Casada, Agricultora, residente e domiciliada na Rua Severino Barbosa, 106 - Casa - São Sebastião - Juru - PB, CPF nº 460.135.804-30, Carteira de Identidade nº 2.780.561 SSPPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:a

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: ...;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Água Branca – Pb.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Juru - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

## PROCESSO LICITATÓRIO - CREDENCIAMENTO

### **CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

#### **ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:**

Prefeitura Municipal de Juru

Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB

CEP: 58750-000 - Tel.: (83) 3484-1245.

Prefeitura Municipal de Juru - Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB, CNPJ nº 08.888.950/0001-06, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, instituída pela Portaria nº 001/2024, nos termos da Lei e demais normas legais pertinentes ao caso em tela, torna público, para conhecimento dos possíveis interessados que será realizado **CREDENCIAMENTO PÚBLICO** conforme abaixo.

### **DO OBJETO**

**Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.**

Maiores informações sobre este Edital poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitação, no prédio da Prefeitura Municipal ou endereço eletrônico [www.juru.pb.gov.br](http://www.juru.pb.gov.br) e [www.tce.gov.br](http://www.tce.gov.br) e E-Mail: [licitacaojuru@hotmail.com](mailto:licitacaojuru@hotmail.com)

### **LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**A execução dos serviços serão realizados nos locais onde a Secretaria de Saúde indicar.**

O prestador deverá garantir o cumprimento da meta de produção pré-estabelecida pela Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, assim definidas pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado e Secretaria Municipal de Saúde, mediante relatório ou síntese de produtividade.

Aos prestadores de serviço será vedada expressamente a cobrança dos usuários, por parte dos credenciados, de qualquer tarifa, taxa ou sobretaxa relacionadas ao serviço prestado.

### **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**Poderão participar deste procedimento licitatório** todos interessados que satisfaçam as condições específicas de habilitação fixadas neste edital e **aceitem as exigências nele estabelecidas.**

Os servidores concursados do município, não poderão credenciar no presente certame, em vista da vedação legal para cumulação de cargos prevista da Constituição Federal.

Não poderão participar deste credenciamento interessados que estejam cumprindo sanções administrativas previstas na Lei de Licitações ou tenham sido declarados inidôneos para contratar com a administração municipal.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

O credenciamento será feito a todos independentes do número de vagas oferecidas, cabendo ao Poder Público credenciante o encaminhamento dos beneficiários, conforme a necessidade.

**A inscrição no credenciamento não garante a contratação do interessado pelo município.**

## **VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

**O credenciamento tem vigência até 31/12/2025**, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, desde que observado o disposto na nova Lei de Licitações.

## **RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos alocados para realização do objeto da presente licitação são oriundos das dotações orçamentárias do Município de JURU PB para o exercício financeiro de 2025.

## **COMPONENTES DESTA EDITAL**

Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante os termos do processo anexo.

## **PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar deste credenciamento as pessoas jurídicas interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

Não poderão participar do certame as pessoas jurídicas cujos dirigentes, sócios ou gerentes tenham qualquer vínculo empregatício com o contratante e demais normas legais pertinentes; clínicas que tenham sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade; pessoas jurídicas que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou estejam temporariamente impedida de participar de licitação e contratar com Administração.

## **DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

A data para o recebimento da documentação e propostas das interessadas ocorrerá **até às 12:00 horas do dia 25 de Junho de 2025**, exclusivamente no E-mail: [licitacaojuru@hotmail.com](mailto:licitacaojuru@hotmail.com) ou presencialmente na sede da Prefeitura Município de Juru PB.

## **DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO**

Para fins de habilitação neste deverão as pessoas jurídicas interessadas apresentar:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;
2. Registro comercial, no caso de Empresa Individual; Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, o Ato Constitutivo e/ou a alteração social consolidada devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento;
3. Licença de Funcionamento (Alvará) atualizada;
4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

- criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
5. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Quanto a Dívida Ativa e Certidão de Quitação de Tributos ou Certidão Conjunta) do domicílio ou sede do licitante;
  6. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
  7. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa;
  8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
  9. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da abertura das propostas, no endereço eletrônico: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)
  10. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente.
  11. Declaração de sócios e diretores de que não ocupam cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Sistema Único de Saúde a nível Municipal, Estadual ou Federal, nos termos do parágrafo 4º do art. 26 da Lei nº 8080/90.
  12. Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico e físico, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento;
  13. Declaração do sócio da empresa de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da CF de 1988 (Lei nº 9.854/99);
  14. Declaração do sócio da empresa de que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidos no presente Edital, bem como de que realizará todos procedimentos que se propõe, e que qualquer alteração deverá ter a anuência expressa da administração;
  15. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
  16. Declaração de ciência dos termos do Edital;
  17. Declaração de inexistir fato impeditivo;
  18. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;
  19. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;
  20. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;
  21. Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta;
  22. Fotos do Espaço Físico do interior da Unidade Móvel disponibilizada para o atendimento da população do município inclusive a fachada e acessibilidade de acordo com ABNT-NBR, com as seguintes especificações mínimas: Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral com documentação obrigatoriamente com licenciamento de trânsito





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**regularizado e motorista habilitado para categoria do transporte, assim como atender a todos os requisitos técnicos previstos na legislação sanitária vigente.**

**23. Licença da Vigilância Sanitária Municipal da Unidade Móvel.**

A falta de veracidade de qualquer das informações ora aqui prestadas pela empresa implicará no indeferimento de sua habilitação, independente das sanções cabíveis. Os documentos exigidos deste Edital deverão, quando for o caso, serem apresentados em único arquivo em PDF, em ordem acima exposta, perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras ou emendas, devidamente datados e assinados quando necessários. Não serão credenciados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou irregularidade.

**ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

O setor de licitações analisará imediatamente os documentos e efetuar a avaliação do atendimento das exigências editalícias pelo credenciado, considerando a ordem de protocolo no sistema.

**DO CREDENCIAMENTO**

A inscrição no credenciamento não garante a contratação do interessado.

A qualquer tempo poderão ser recebidas novas inscrições, passando os novos credenciados a figurar no final da respectiva lista, com o prazo de análise anteriormente narrado.

Os licitantes serão cadastrados pela ordem de apresentação do sistema, e, posteriormente, o mesmo critério será adotado na contratualização dos credenciados, ou seja, conforme a ordem cronológica de chegada e apresentação dos documentos. Serão realizados, além do critério anterior, experiência e tempo de serviço da empresa no mercado, preços ofertados, sede mais próxima no município, e nos casos de persistir empate, sorteio. **Os Institutos, Associações e Fundações, sem fins lucrativos, terão preferência no credenciamento.**

**DO DESCREDENCIAMENTO**

São motivos de descredenciamento das empresas a conveniência da Administração, mediante ato devidamente motivado; a pedido do credenciado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias; quando houver violação aos deveres e atribuições previstos neste edital; quando o credenciado se recusar a prestar qualquer serviço indispensável e demais atividades na amplitude de sua mister, ou negligenciar nesse sentido os termos deste edital; quando constatada a existência de declaração, informação ou apresentação de documento falso no processo de inscrição; quando ocorrer a quebra de sigilo, à exceção de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do sujeito de direito.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas com o credenciamento sujeitará as partes, no que couber, às sanções previstas na Lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988.

**OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

Executar tarefas, a tempo e sem falhas, conforme regras do exercício profissional, obedecendo rotinas, fluxos de atendimento, protocolos dos serviços nos quais estarão inseridos, onde estes atuarão nos estabelecimentos que estarão submetidos ao gerenciamento da Secretaria.

Não se ausentar ou deixar seus funcionários se ausentarem do local do trabalho, a não ser para serviços atinentes a profissão e que tenham que ser realizados externamente;





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

Atender os usuários dentro dos conceitos éticos e normas administrativas, com urbanidade (no conjunto de formalidades e procedimentos que demonstram boas maneiras e respeito com os cidadãos; afabilidade, civilidade e cortesia), e respeitar as políticas de humanização do SUS, dentro dos princípios do SUS em especial universalidade, equidade e integralidade;

Cumprir os horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de não lhe ser remunerado o respectivo serviço e ocasionar o seu descredenciamento. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital;

Indenizar o Município ou terceiros, por quaisquer danos causados ou provocados por sua ação ou omissão, ou de seus prepostos (no caso de empresa), no exercício da atividade. Arcar com as despesas previstas nas obrigações do contratante.

**OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Colocar à disposição do credenciado, para atender execução de tarefas da responsabilidade, os materiais, produtos, utensílios e equipamentos em quantidade, qualidade e conservação. Efetuar o pagamento dos serviços no prazo e situação prevista neste edital. Reter os impostos, contribuições e demais exigências legais dos pagamentos mensais.

**DA ESPECIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO / CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

Especificação da categoria profissional, carga horária, produção e remuneração dos serviços correrá de acordo com as especificações e critérios apresentados neste processo.

**DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

A Comissão fará divulgar o resultado do presente na forma prevista em lei.

**DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

Qualquer cidadão poderá solicitar à Comissão de Licitação esclarecimentos, providências ou ainda manejar impugnação a este Edital de Credenciamento, no prazo estabelecido no sistema. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer no prazo legal. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para o procedimento.

**RECURSOS**

Dos atos do ordenador do Fundo Municipal de Saúde de JURU PB caberá recurso.

**REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DAS FATURAS**

Os serviços serão remunerados de acordo com os valores fixados no Termo de Referência. Os valores devidos ao Credenciado serão pagos mediante a apresentação da nota fiscal com a descrição dos serviços prestados e após sua conferência pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Fundo Municipal de Saúde de JURU PB, **efetuará pagamento das faturas**, devidamente atestadas, referente ao serviço objeto deste Edital **até o dia 31 de dezembro de 2025. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

Não haverá repasse de valores relativos ao custeio de transporte, alimentação, hospedagem e outros, inclusive encargos sociais e tributários, sendo de responsabilidade dos credenciados.

O preço contratado compõe todos os custos de manutenção das atividades e demais insumos, incluídos os encargos fiscais, trabalhistas ou de qualquer outra natureza inerentes à atividade, sem qualquer custo adicional ao município Contratante. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal qualificado para execução dos respectivos serviços, aí incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Secretaria Municipal de Saúde, poderá restabelecer a relação pactuada, mediante comprovação documental e requerimento.

### **INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Este Edital e seus anexos farão partes integrantes do Contrato a ser firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de JURU PB e os credenciados, no qual ficará estabelecido que o foro da Comarca de JURU PB, será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interpretação dos termos contidos no instrumento contratual.

O credenciado será convocado para assinar o instrumento de Contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação. Quando a pessoa jurídica credenciada não assinar o termo do Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo supracitado, fica facultado ao Fundo Municipal de Saúde aplicar as penalidades cabíveis.

O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, rever e alterar a forma e a abrangência previstas no instrumento contratual, ampliando ou limitando serviços prestados pelo credenciado, de acordo com disponibilidade orçamentária.

### **DAS PENALIDADES**

Com fundamento nos artigos da nova Lei de Licitações o credenciado ficará sujeito, no caso do não cumprimento ou inassiduidade não justificada, assim considerado pela Administração, ou ainda, em razão de execução parcial ou inexecução, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e garantida à prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades: advertência; suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o município, pelo prazo de até dois anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal. Em qualquer caso, caberá recurso.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

O Fundo Municipal de Saúde não está obrigado a contratar os serviços em sua totalidade com uma única pessoa jurídica credenciada, mas sim na quantidade que lhe interessar visando atender a demanda regionalizada.

O credenciado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso já tenha sido deferido o seu credenciamento, ocorrerá cancelamento do mesmo, sem prejuízo das sanções.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

Após o deferimento da solicitação do credenciamento, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração Pública.

É facultada à Administração Pública, em qualquer fase do Credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**É expressamente vedado ao credenciado a subcontratação do objeto do presente certame.**

O presente credenciamento, a juízo do Fundo Municipal de Saúde, poderá ser revogado por interesse público ou anulado por ilegalidade, sempre em despacho fundamentado, assegurado ampla defesa.

É de inteira responsabilidade dos credenciados acompanhar publicações do credenciamento nos Diários Oficiais e no site [www.juru.pb.gov.br](http://www.juru.pb.gov.br) diário oficial.

A participação no processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como a observância dos preceitos e regulamentações.

Os casos omissos, não regulamentados por este Edital, serão apreciados pela Comissão de Licitação e decididos pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Credenciado deverá apresentar composição de custos.

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**

Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**

Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**PLANILHA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS – POR LOTE GLOBAL**

Lote	Item	Serviço	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	<b>ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e</b>	02	Diária	R\$ 80.150,00	R\$ 160.300,00



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

		gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.				
--	--	--	--	--	--	--

**OBSERVAÇÃO - Os serviços extras aos previstos na planilha acima, que excederem ao valor da diária, serão pagos mediante valores individualizados, por meio de relatório extra.**

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**  
 Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**  
 Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**PLANILHA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS – POR COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DIÁRIO**

Lote	Item	Serviço	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Exame de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico a ser realizado por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	25	Exame	R\$ 300,00	R\$ 7.500,00
1	2	Kit de Exames de Cardiologia – Total de 36 procedimentos, sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 05 Mapa, 01 Holter e 05 Teste Ergométrico, a serem realizados por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	01	Kit de Exames	R\$ 6.100,00	R\$ 6.100,00
1	3	Exame de Ultrassonografia nos diversos sistemas, a ser realizado por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	40	Exame	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
1	4	Consulta médica nas seguintes especialidades: endocrinologia, neurologia, psiquiatria, clínica geral, dermatologia, urologia, cardiologia, ginecologia, geriatria, reumatologia, ortopedia, Proctologia, gastroenterologia, com todos os insumos inclusos	25	Consulta	R\$ 250,00	R\$ 6.250,00
1	5	01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 02 (dois) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.	01	Diária	R\$ 30.500,00	R\$ 30.500,00





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

1	6	Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança	01	Diária por profissional	R\$ 1.250,00	R\$ 10.000,00
1	7	Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista	01	Diária por profissional	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00
1	8	Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento realizado por profissional experiente e capacitado, com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias	01	Diária	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
						R\$ 80.150,00

**OBSERVAÇÃO – Os serviços extras aos previstos na planilha acima, que excederem ao valor da diária, serão pagos mediante valores individualizados, por meio de relatório extra.**

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**  
 Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**  
 Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:** Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de JURU PB – PE, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela Municipalidade.

**REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:** Prazo de vigência do contrato será duante o período do evento, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses. Justifica-se a adoção do prazo acima tendo em vista que um período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos com depreciação e manutenção dos equipamentos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Outra vantagem para a Administração é a redução do número de prorrogações contratuais ou mesmo de realização de novas contratações cada 12 (doze) meses. Assim, considerando sua natureza continuada e os custos envolvidos com a realização de novas contratações.

**LEVANTAMENTO DE MERCADO:** Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a contratação da empresa do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de contratação por órgãos públicos.

**JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:** Não é divisível, portanto não se aplica

**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:** Espera-se atender demandas de deslocamento da Secretaria Municipal de Saúde.

**PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:** Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Ademais, para que pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam: elaboração de minuta do edital; realização de certificação de disponibilidade orçamentária; designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação; elaboração de minuta do contrato; encaminhamento do processo para análise jurídica; análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados; publicação e divulgação do edital e anexos; resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável; realização do certame, com etapas; realização de empenho; e assinatura e publicação do contrato.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:** Os riscos em contratações, evidente a planilha de composição de preços totais se faz importante para iniciar um processo licitatório, necessitando juntar à planilha no mínimo três orçamentos atualizados.

**VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:** Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

**JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE:** Em face da necessidade de contratação de planejamento, execução e operacionalização de serviços médicos e exames especializados complementares na forma de mutirão, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e demais cidadãos desse município, justifica a abertura do presente procedimento licitatório, para garantir os deslocamentos em níveis aceitáveis de conforto, segurança e bem-estar dos servidores e demais pessoas.

JURU PB, em 11 de Junho de 2025.

**Sidney Ramos**  
Presidente da CPL

**Ivaldo Ferreira da Silva**  
Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

MINUTA DO CONTRATO

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**CONTRATO Nº: ..../-SDC**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ E ....., PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Juru - Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB, CNPJ nº 08.888.950/0001-06, neste ato representada pela Prefeita Solange Maria Felix Barbosa, Brasileiro, Casada, Agricultora, residente e domiciliada na Rua Severino Barbosa, 106 - Casa - São Sebastião - Juru - PB, CPF nº 460.135.804-30, Carteira de Identidade nº 2.780.561 SSPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:a

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente,



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

CNPJ: 08.888.950/0001-06

permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: ...;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**  
 CNPJ: 08.888.950/0001-06

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

**CNPJ: 08.888.950/0001-06**

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Água Branca – Pb.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Juru - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....

PELO CONTRATADO

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

.....



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ  
SECRETARIA DE SAÚDE

## JUSTIFICATIVA DA PADRONIZAÇÃO E DO CATÁLOGO ELETRÔNICO

**OBJETO:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

### 1.0.DA JUSTIFICATIVA

1.1. Modelos padronizados de documentos: no presente processo de contratação serão utilizados modelos diversos de minutas de elementos necessários para a sua formalização, tais como, termo de referência e contrato, todos padronizados, pela disponibilidade de sistema específico de instrução e gestão de processos licitatórios e contratos o qual permite, sem prejuízo das funcionalidades, a informatização dos procedimentos e ampla instituição de modelos de minutas de editais e contratos padronizados, dentre outros, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, dispensando, inclusive, a adoção das minutas do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso IV, da Lei 14.133/21.

1.2. Catálogo eletrônico de padronização: observados os aspectos e as características do objeto do presente processo, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na pretensa contratação, entende-se que o processo não recepciona de forma devida, a utilização de catálogo eletrônico de serviços, quer por inconsistência ou inexistência de adequada padronização em catálogo quando criado pela Administração, quer por inviabilidade ou incompatibilidade da adoção do respectivo catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso II, da Lei 14.133/21.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

IVALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretario da Saúde



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ  
ASSESSORIA JURÍDICA**

- Origem:** CREDENCIAMENTO N.º 00008/2025  
SETOR DE CONTRATAÇÃO
- Assunto:** O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.
- Anexo:** Processo Licitatório correspondente instruído com todos seus elementos constitutivos, inclusive da fase preparatória e da minuta do edital, bem como da minuta do respectivo contrato.

## **PARECER**

Salienta-se que, ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguiu para este órgão de assessoramento jurídico, objetivando a realização do controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da pretensa contratação, sendo apreciado conforme os critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, considerados todos os elementos indispensáveis à referida contratação e dos pressupostos de fato e de direito, especialmente, os aspectos inerentes à formalização do processo licitatório e sua fase preparatória, caracterizada pelo planejamento e a necessária compatibilidade com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, nos termos dos Arts. 11 a 27, da Lei 14.133/21.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 18, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, ainda, a análise de risco; termo de referência; estimativa da despesa definida por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; autorização da autoridade competente; e a minuta do edital de licitação, acompanhada da respectiva minuta do contrato.

Nesse diapasão, analisada a matéria à luz da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, considera-se regular o processo licitatório em tela da forma como se apresenta, inclusive a sua fase preparatória, a minuta do edital e seus elementos constitutivos, bem como a respectiva minuta do contrato, os quais estão em consonância com a legislação vigente.

Esta Assessoria Jurídica enfatiza a obrigatoriedade da publicidade do ato convocatório do certame, que deverá ser realizada nos termos do Art. 54, da Lei 14.133/21, com observância aos prazos mínimos para apresentação de

propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, estabelecidos no Art. 55, do mesmo diploma legal.

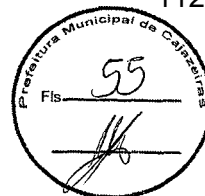
Juru - PB, 10 de Junho de 2025.

---

**JOSEILDO RODRIGUES DE MEDEIROS**

Assessor Jurídico

OAB PB



## PROPOSTA ATUALIZADA

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº IN60002/2023

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAJAZEIRAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OSC) ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES ASSISTENCIAIS À SAÚDE DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB. CONFORME CREDENCIAMENTO ORIUNDO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 60001/2023.

PROPONENTE: INSTITUTO DE GESTAO SOCIAL DE PERNAMBUCO - IGESPE

CNPJ nº 35.667.831/0001-04

R LOURDES CASE PORTO, 51 - SALA 201 ANDAR 2

MAURICIO DE NASSAU - CARUARU - PE - 55012-075

(81) 9256-2468

thomasjefferson2007@hotmail.com

Prezados Senhores,

Considerada a proposta apresentada, ocorrências e observações eventualmente apontadas durante o processo licitatório, bem como os critérios definidos no instrumento convocatório, ao final do referido certame - Inexigibilidade nº IN60002/2023 -, produziu-se o seguinte resultado que representa a **proposta inicial devidamente atualizada**:

1 - DEMANDA ESTIMADA POR HORA DE PROFISSIONAIS					
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ASSISTENTE SOCIAL - CAPS II	HORA/MÊS	160	24,58	3.932,80
2	BIOMÉDICO - LABORAT. DE ANÁLISES CLÍNICAS	HORA/MÊS	120	24,58	2.949,60
3	CIRURGIÃO DENTISTA - CEO	HORA/MÊS	560	64,90	36.344,00
4	ENFERMEIRO - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	HORA/MÊS	1920	35,40	67.968,00
5	ENFERMEIRO - CAPS AD III	HORA/MÊS	160	35,40	5.664,00
6	ENFERMEIRO - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	HORA/MÊS	320	35,40	11.328,00
7	ENFERMEIRO - POLICLÍNICA	HORA/MÊS	160	35,40	5.664,00
8	ENFERMEIRO - RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	HORA/MÊS	160	35,40	5.664,00
9	ENFERMEIRO - SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR	HORA/MÊS	160	35,40	5.664,00
10	ENFERMEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	HORA/MÊS	360	35,40	12.744,00
11	ENFERMEIRO PLANTONISTA - SAMU	HORA/MÊS	960	35,40	33.984,00
12	FARMACÊUTICO - LABORAT. DE ANÁLISES CLÍNICAS	HORA/MÊS	120	24,58	2.949,60
13	FISIOTERAPEUTA - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	HORA/MÊS	240	24,58	5.899,20
14	FISIOTERAPEUTA - CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA	HORA/MÊS	120	24,58	2.949,60
15	FISIOTERAPEUTA - SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR	HORA/MÊS	120	24,58	2.949,60
16	FONOAUDIÓLOGO - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA	HORA/MÊS	240	24,58	5.899,20
17	MÉDICO CLÍNICO GERAL - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	HORA/MÊS	1600	81,94	131.104,00
18	MÉDICO CLÍNICO GERAL - SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR	HORA/MÊS	160	81,94	13.110,40
19	MÉDICO AUDITOR - SEDE	HORA/MÊS	40	81,94	3.277,60
20	MÉDICO REGULADOR - CENTRAL DE REGULAÇÃO E MARCAÇÃO	HORA/MÊS	80	81,94	6.555,20
21	MÉDICO AUTORIZADOR - CENTRAL DE REGULAÇÃO E MARCAÇÃO	HORA/MÊS	40	81,94	3.277,60
22	MÉDICO PLANTONISTA - SAMU	HORA/MÊS	960	81,94	78.662,40
23	MÉDICO RADIOLOGISTA - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	HORA/MÊS	320	81,94	26.220,80
24	MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA	HORA/MÊS	320	81,94	26.220,80
25	MONITOR - RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	HORA/MÊS	480	11,80	5.664,00
26	MONITOR DE OFICINAS TERAPÊUTICAS - CAPS II	HORA/MÊS	160	11,80	1.888,00
27	NUTRICIONISTA - SAÚDE MENTAL	HORA/MÊS	160	24,58	3.932,80
28	ODONTÓLOGO - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	HORA/MÊS	2240	64,90	145.376,00
29	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	HORA/MÊS	80	24,58	1.966,40
30	PSICÓLOGO - CAPS AD III	HORA/MÊS	120	24,58	2.949,60
31	PSICÓLOGO - CAPS INFANTIL	HORA/MÊS	120	24,58	2.949,60
32	PSICÓLOGO - POLICLÍNICA	HORA/MÊS	120	24,58	2.949,60
33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	HORA/MÊS	1120	24,78	27.753,60
34	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	HORA/MÊS	240	24,78	5.947,20
35	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - POLICLÍNICA	HORA/MÊS	120	24,78	2.973,60
36	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR	HORA/MÊS	160	24,78	3.964,80
37	TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA - SAMU	HORA/MÊS	480	24,78	11.894,40
38	TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	HORA/MÊS	1600	24,78	39.648,00
39	TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL - CEO	HORA/MÊS	480	12,32	5.913,60
40	VETERINÁRIO - ZOONÓSES	HORA/MÊS	160	24,58	3.932,80
Total do Lote:					770.686,40



413  
56  
Secretaria Municipal de Cajazeiras

2 - DEMANDA ESTIMADA POR PROCEDIMENTOS					
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	CONSULTA EM ORTOPIEDIA	MES	138	120,00	-16.800,00
2	CONSULTA EM OFTALMOLOGIA	MES	275	121,49	33.409,75
3	CONSULTA EM NEUROLOGIA	MES	48	122,98	5.903,04
4	CONSULTA EM GINECOLOGIA	MES	25	120,00	3.000,00
5	CONSULTA EM DERMATOLOGIA	MES	144	121,49	17.494,56
6	CONSULTA EM OTORRINOLARINGOGIA	MES	35	122,98	4.304,30
7	CONSULTA EM GASTROENTEROLOGISTA	MES	8	122,98	983,84
8	CONSULTA EM PEDIATRIA	MES	4	122,98	491,92
9	CONSULTA EM INFECTOLOGIA	MES	2	131,50	263,00
10	CONSULTA EM PSIQUIATRIA	MES	12	122,98	1.475,76
11	CONSULTA EM PNEUMOLOGIA	MES	132	120,00	15.840,00
12	CONSULTA EM REUMATOLOGIA	MES	58	122,98	7.132,84
13	CONSULTA EM MASTOLOGIA	MES	7	120,00	840,00
14	CONSULTA EM UROLOGIA	MES	32	146,08	4.674,56
15	CONSULTA EM CARDIOLOGIA	MES	130	117,78	15.311,40
16	CONSULTA EM ANGIOLOGIA	MES	124	106,50	13.206,00
17	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	MES	186	122,98	22.874,28
18	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO P/ TRIAGEM AUDITIVA (BERA)	MES	18	45,07	811,26
19	BIÓPSIA MAMA E TIREÓIDE	MES	18	313,00	5.634,00
20	ESPIROMETRIA	MES	18	77,36	1.392,48
21	CIRURGIA DE CATARATA	MES	18	103,21	1.857,78
22	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (CONSULTA MÉDICA PARA AVALIAÇÃO PRÉ-CIRÚRGICA E EMISSÃO DE LAUDO DE RISCO CIRÚRGICO)	MES	88	122,98	10.822,24
23	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA	MES	54	180,00	9.720,00
24	COLONOSCOPIA	MES	8	518,35	4.146,80
25	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO / PÓLIPOS DO RETO / COLO SIGMÓIDE	MES	6	73,38	440,28
Total do Lote:					198.590,09
Total:					R\$ 969.276,49

Cajazeiras - PB, 23 de Novembro de 2023.

*João Antonio de Faria Silva*  
 INSTITUTO DE GESTÃO SOCIAL DE PERNAMBUCO - IGESPE  
 35.667.831/0001-04

10:06. Responsável: SOLANGE M. DE BARBOSA SILVA  
E77B 1C9C 12A5 429A 8CE EFD2B C0E18D AÇÃO



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ  
GABINETE DA PREFEITA**

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

## AUTORIZAÇÃO

**Expediente:** SOLICITAÇÃO

Secretaria de Saúde.

**Assunto:** Procedimento auxiliar de Credenciamento.

**Anexo:** Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

## DESPACHO

AUTORIZO a realização do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do Art. 79, inciso I, c/c o Art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, objetivando a:

O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

Destaca-se que o referido certame, como evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

### **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Conforme informação do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser licitado, inclusive restou devidamente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, ao Setor de Contratação deste órgão para formalização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento.

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA  
Prefeita



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PRFEITURA MUNICIPAL DE JURU**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**RELAÇÃO DE EMPRESAS HABILITADAS**  
**NO CREDENCIAMENTO 008/2025**

Em análise a documentação apresentadas pelas empresas no Credenciamento 008/2025, foram declarados Credenciados e Habilitados as seguintes empresas:

<b>Nº</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>CNPJ</b>
01	INSTITUTO SAÚDE EXPRESS	58.694.763/0001-60
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		

Juru - PB, 26 de junho 2025.



## RECIBO DE ALTERAÇÃO DE DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 07/08/2025 às 10:06:21 SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA alterou os seguintes documentos/informações deste documento sob o Nº 77930/25.

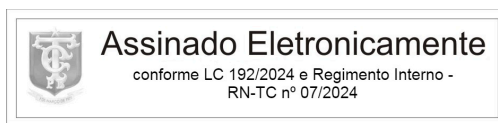
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Juru  
Número da Licitação: 00008/2025  
Data de Publicação: 11/06/2025  
Órgão de Publicação: Diário Oficial do Estado  
Data de Homologação: 26/06/2025  
Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Juru  
Modalidade: Credenciamento (Lei Nº 14.133/2021)  
Tipo do Objeto: Compras e Serviços  
Tipo de Compra ou Serviço: Outros  
Valor Estimado: R\$ 160.300,00  
Valor: R\$ 160.300,00  
Fontes de Recursos: Recursos a Classificar (898).

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim  
[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 28  
Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 160.300,00  
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Instituto Saude Express  
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 58.694.763/0001-60  
Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Edital	Sim	708125b79359f4ab12f13ca2f88ec648
Justificativa da contratação	Sim	75118613db658ddc121f0cb99304c143
Parecer(es) técnico(s) e/ou jurídico(s) emitido(s) sobre o procedimento	Sim	a3f8a958987cfc8382fbb20711853095
Pesquisa de mercado	Sim	35172f2a7df9ec1ca05e6bd694a2fb30
Proposta 1 - Proposta e Anexos - Instituto Saude Express	Sim	5e8b0812c766913c48689fefe9ad4a54
Publicidade do Edital	Sim	f77b1c9c12a5429a8cb7c302b10b229d
Ratificação	Sim	7d6dcf6fa6ae6eb492727e0aa4bedc54
Relação dos credenciados	Sim	60c77e0d6bbabaa86555b850f3a9ccb0

**João Pessoa, 07 de Agosto de 2025**



**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**CONTRATO Nº: 00159/2055-SDC**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ E  
INSTITUTO SAUDE EXPRESS, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO  
NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Jurú - Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB, CNPJ nº 08.888.950/0001-06, neste ato representada pela Prefeita Solange Maria Felix Barbosa, Brasileiro, Casada, Agricultora, residente e domiciliada na Rua Severino Barbosa, 106 - Casa - São Sebastião - Juru - PB, CPF nº 460.135.804-30, Carteira de Identidade nº 2.780.561 SSPPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado INSTITUTO SAUDE EXPRESS - R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158 - PIEDADE - JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, CNPJ nº 58.694.763/0001-60, neste ato representado por Abelardo de Andrade Borges, Brasileiro, Casado, Empresario, residente e domiciliado na Rua Coronel Waldemar Basgal, 158, Lj 202 - Piedade - Jaboatão dos Gurarapes - PE, CPF nº 105.051.244-83, Carteira de Identidade nº 7573919 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pela Portaria nº CD 00008/2025 - 03, de 26 de Junho de 2025, tem por objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00008/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 160.300,00 (CENTO E SESSENTA MIL E TREZENTOS REAIS).

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo	Diária	2	80.150,00	160.300,00

25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.				
				<b>Total:</b> 160.300,00

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:  
Recursos não Vinculados de Impostos:a

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição. Nesse sentido foram designados: Ivaldo Ferreira da Silva, Secretário da Saúde, como Gestor; e Jose Alves da Silva, Controle Interno, para Fiscal Técnico;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Água Branca – Pb.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Juru - PB, 26 de Junho de 2025.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

---



---

**SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA**

Prefeita

460.135.804-30

PELO CONTRATADO

---



---

**INSTITUTO SAUDE EXPRESS**

ABELARDO DE ANDRADE BORGES

105.051.244-83



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Juru**  
**Gabinete da Prefeita**

**P O R T A R I A**  
**Nº 002/2024**

**DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE  
 GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS  
 NO MUNICÍPIO DE JURU E DÁ  
 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JURU**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 79, inciso I e IX da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 c/c Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 6º, LX e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 124/2024, que dispõe sobre as regras de atuação demais disposições das funções do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, Gestor e Fiscal dos contratos;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 8º, art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 124/2024, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos celebrados pela Prefeitura Municipal de Juru:

I – Gestor dos Contratos: **WENDEL MARCOLINO RAMOS**, Mat.: nº 1841;

II – Fiscal dos Contratos: **JOSÉ ALVES DA SILVA**, Mat.: nº 808 e **CASSIANO SEVERINO DA SILVA**, Mat.: 1781.

**Art. 2º** - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de designação até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogada por interesse da administração pública municipal.

**Parágrafo único.** Na hipótese de haver prorrogações dos contratos, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração, com nomeação de novo Gestor e Fiscais.

**Art. 3º** - As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 124/2024.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Juru**  
**Gabinete da Prefeita**

**Art. 5º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Juru,  
Estado da Paraíba, em 02 de janeiro de 2024.



**SOLANGE MARIA FÉLIX BARBOSA**  
Prefeita Constitucional



# Estado da Paraíba Governo Municipal Diário Oficial do Município Juru - PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição Extraordinária - Quinta-Feira, 26 de junho de 2025

## ATOS DO PODER EXECUTIVO



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU

#### RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº 00008/2025

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida. CREDENCIADO nos termos do instrumento convocatório: INSTITUTO SAUDE EXPRESS. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço: Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Juru - PB. Telefone: (83) 3484-1245. E-mail: licitacaojuru@hotmail.com.

Juru - PB, 25 de Junho de 2025

**SIDNEY RAMOS - Presidente da Comissão**

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU

#### ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025

Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00008/2025, que objetiva: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente credenciado: INSTITUTO SAUDE EXPRESS - CNPJ: \*\*.\*\*\*.763/0001-\*\*- R\$ 160.300,00.

Juru - PB, 26 de Junho de 2025

**SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA – Prefeita**

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida; DESIGNO os servidores Ivaldo Ferreira da Silva, Secretário da Saúde, como Gestora;

e Jose Alves da Silva, Controle Interno, para Fiscal, do contrato decorrente do Credenciamento nº 00008/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Juru - PB, 26 de Junho de 2025

**SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA – Prefeita**

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Credenciamento nº 00008/2025. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21: Instituto Saude Express - CNPJ \*\*.\*\*\*.763/0001-\*\*. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Praça Manoel Florentino de Medeiros, 29 - Centro - Prédio - Juru - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3484-1245.

Juru - PB, 26 de Junho de 2025

**SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA – Prefeita**

### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU

#### EXTRATO DE CONTRATO

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecida. **FUNDAMENTO LEGAL:** Credenciamento nº 00008/2025. **DOTAÇÃO:** Recursos não Vinculados de Impostos:a. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2025. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Juru e: CT Nº 00159/2055 - 26.06.25 - INSTITUTO SAUDE EXPRESS - CNPJ \*\*.\*\*\*.763/0001-\*\*- R\$ 160.300,00 (cento e sessenta mil e trezentos reais).



"Gabinete da Prefeita"

\*\*\*\*\*

Prefeita Constitucional

# Edição Extra



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 58.694.763/0001-60 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 26/12/2024</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL  
INSTITUTO SAUDE EXPRESS

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO SAUDE EXPRESS</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>
---	-----------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública  
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas  
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente  
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial  
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências  
86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel  
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos  
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares  
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas  
86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana  
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente  
86.40-2-01 - Laboratórios de anatomia patológica e citológica  
86.40-2-02 - Laboratórios clínicos  
86.40-2-04 - Serviços de tomografia  
86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética  
86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos  
86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos  
86.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente  
86.50-0-01 - Atividades de enfermagem  
86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - Associação Privada

<div>LOGRADOURO R CORONEL WALDEMAR BASGAL</div>	<div>NÚMERO 158</div>	<div>COMPLEMENTO LJ 202</div>
---	---------------------------	-----------------------------------

<div>CEP 54.400-170</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PIEDADE</div>	<div>MUNICÍPIO JABOATAO DOS GUARARAPES</div>	<div>UF PE</div>
-------------------------------	--	--	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO MIGUELRENATO.CONTADOR@HOTMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (81) 3048-7791/ (87) 8104-3164</div>
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2024</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/06/2025 às 08:23:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>58.694.763/0001-60</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>26/12/2024</div>
--	--	---

NOME EMPRESARIAL

INSTITUTO SAUDE EXPRESS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise  
86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia  
86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional  
86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia  
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente  
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde  
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente  
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento  
93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico  
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos  
94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais  
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente  
96.02-5-02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

R CORONEL WALDEMAR BASGAL

NÚMERO

158

COMPLEMENTO

LJ 202

CEP

54.400-170

BAIRRO/DISTRITO

PIEDEADE

MUNICÍPIO

JABOATAO DOS GUARARAPES

UF

PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

MIGUELRENATO.CONTADOR@HOTMAIL.COM

TELEFONE

(81) 3048-7791/ (87) 8104-3164

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

26/12/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/06/2025 às 08:23:07 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**

58.694.763/0001-60

**NOME EMPRESARIAL:**

INSTITUTO SAUDE EXPRESS

**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**

MARCELO JOSE SOARES

**Qualificação:**

10-Diretor

**Nome/Nome Empresarial:**

ROSEANE VIEIRA DE GOIS SOARES

**Qualificação:**

10-Diretor

**Nome/Nome Empresarial:**

ABELARDO DE ANDRADE BORGES

**Qualificação:**

16-Presidente

**Nome/Nome Empresarial:**

SEBASTIAO JOSE DA SILVA

**Qualificação:**

10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **09/06/2025** às **08:24** (data e hora de Brasília).





**ATA DA 3ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO SAÚDE EXPRESS  
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2025.**

Ao décimo quarto dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 10:00 horas, na sede social do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, sito à Rua Coronel Waldemar Basgal, nº 158, Lj 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54400-170, CNPJ/MF 58.694.763/0001-60, reuniram-se, em caráter extraordinário, associados fundadores e os associados efetivos para discutirem e deliberarem sobre os assuntos listados no Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de dois de maio de dois mil e vinte e cinco que a seguir transcrevemos: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 3ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** Com base no Estatuto Social do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, entidade sem fins lucrativos situada à Rua Coronel Waldemar Basgal, nº 158, Lj 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54400-170, CNPJ/MF 58.694.763/0001-60, convidamos os associados a participarem da 3ª Assembleia Geral Extraordinária que se realizará em sua sede social no dia 14 de maio de 2025, às 10:00h, em primeira convocação, com a maioria dos sócios com direito a voto, às 10:30h em segunda convocação, com a presença de no mínimo de 1/3 (um terço) dos sócios com direito a voto ou às 11:00h, em terceira convocação, com qualquer número de sócios com direito a voto, conforme Estatuto Social, para discutirem e deliberarem sobre os itens abaixo: 1º) Alteração no estatuto / Inclusão de novas finalidades, Jaboatão dos Guararapes, 14 de maio de 2025. **ABELARDO DE ANDRADE BORGES** Presidente CPF 105.051.244-83.

Encontravam-se presentes para a sessão: **Abelardo de Andrade Borges**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG nº 7583919 SDS/PE e CPF/MF: 105.051.244-83, residente e domiciliado na Rua Cleto Campelo 93 Heliópolis, Garanhuns / PE, **Roseane Vieira de Góis Soares**, brasileira, casada, gerente comercial, inscrita no RG nº 8.280.888 SDS/PE e CPF/MF: 082.835.534-70 residente e domiciliada na Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 300, Apto 702, Parnamirim, Recife / PE, **Sebastião José da Silva**, brasileiro, casado, farmacêutico/Bioquímico, inscrito no RG nº 938497 SDS/PE e CPF/MF: 102.261.254-91, residente e domiciliado na Rua Amélia Soares Paes, 49, Bela Vista, Belo, Belo Jardim / PE, **Maria de Fátima Guimarães e Silva**, brasileira, casada, Empresária, inscrita no RG nº 1316859, SDS/PE e CPF/MF: 100.482.354-15, residente e domiciliada na Rua Amélia Soares Paes, 49, Bela Vista, Belo, Belo Jardim / PE, **Andrezza Albertina Guimarães e Silva Torres**, brasileira, divorciada, empresária, inscrita no RG nº 5304838 SDS/PE e CPF/MF: 007.555.514-00, residente e domiciliado na Rua Tito Lívio Soares, 315, Apto 201 B, Poço, Recife / PE, **Raoni Rêgo Soares**, brasileiro, casado, Empresário, inscrito no RG nº 7.354.283 SDS/PE e CPF/MF: 014.176.474-00, residente e domiciliado na Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 300, Apto 702, Parnamirim Recife / PE, **Marcelo José Soares**, brasileiro, casado, Artesão, inscrito no RG nº 1.617.450 SSP/PE e CPF/MF: 198.281.284-20, residente e domiciliado no Sítio Aroeira - Zona Rural, São José / PE, todos abaixo assinados com a ata de confirmação de presença.

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**  
66.588 = 10.174





Abertos os trabalhos foi aclamada para presidir a Sessão da Assembleia, a Sra. **Roseane Vieira de Góis Soares** e para secretariá-la a Sra. **Maria de Fátima Guimarães e Silva**, ambos qualificados no parágrafo anterior.

Passando deliberar quanto ao Item único da Assembleia, com a finalidade de inclusão de novas finalidades deste Instituto, sendo elas: Atividades de profissionais da área de saúde não especificados anteriormente; atividades de apoio à gestão de saúde; outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente; serviços de assistência social sem alojamento; atividades de fonoaudiologia; atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; serviços de vacinação e imunização humana; atividades de atenção ambulatorial não especificada anteriormente; laboratórios clínicos; serviços de tomografia; atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza; atividades de apoio à gestão de saúde; atividades de fonoaudiologia; atividades de terapia ocupacional; atividades de fisioterapia; atividades de psicologia e psicanálise; atividades de profissionais da nutrição; atividades de enfermagem; serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos; serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; laboratórios de anatomia patológica e citológica; atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel; atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências e outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas, sendo estas inclusões aprovadas por unanimidade por todos aqui presentes.

Nada mais havendo a ser tratado, a senhora Presidente da Sessão suspendeu os trabalhos para que, eu, **Maria de Fátima Guimarães e Silva**, servindo de secretária, lavrasse a presente ata, que lida foi achada conforme e que vai assinada por mim e pelo Presidente dos trabalhos.

Jaboatão dos Guararapes, 14 de maio de 2025

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARIA DE FATIMA GUIMARAES E SILVA  
Data: 19/05/2025 11:43:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Maria de Fátima Guimarães e Silva**  
Secretária

Documento assinado digitalmente

gov.br

ROSEANE VIEIRA DE GOIS SOARES  
Data: 20/05/2025 08:04:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Roseane Vieira de Góis Soares**  
Presidente da Sessão

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TPC e PJ  
66-588 - 10.174

# SAÚDE EXPRESS



## ATA DE PRESENÇA 3ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 14 DE MAIO DE 2025

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Data: 17/05/2025 10:39:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ABELARDO DE ANDRADE BORGES - \_\_\_\_\_

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ROSEANE VIEIRA DE GÓIS SOARES  
Data: 18/05/2025 19:52:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROSEANE VIEIRA DE GÓIS SOARES - \_\_\_\_\_

gov.br

Documento assinado digitalmente  
SEBASTIAO JOSE DA SILVA  
Data: 19/05/2025 10:14:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA - \_\_\_\_\_

gov.br

Documento assinado digitalmente  
MARIA DE FATIMA GUIMARAES E SILVA  
Data: 19/05/2025 11:36:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES E SILVA - \_\_\_\_\_

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ANDREZZA ALBERTINA GUIMARAES E SILVA TORRES  
Data: 19/05/2025 11:39:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDREZZA ALBERTINA GUIMARÃES E SILVA TORRES - \_\_\_\_\_

gov.br

Documento assinado digitalmente  
RAONI REGO SOARES  
Data: 18/05/2025 20:04:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAONI RÊGO SOARES - \_\_\_\_\_

gov.br

Documento assinado digitalmente  
MARCELO JOSE SOARES  
Data: 17/05/2025 11:17:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCELO JOSÉ SOARES - \_\_\_\_\_

FILLIPE FORTUNATO  
PEREIRA LAMARTINE DE  
ALMEIDA:05293514474

Assinado de forma digital por  
FILLIPE FORTUNATO PEREIRA  
LAMARTINE DE  
ALMEIDA:05293514474  
Dados: 2025.05.23 10:33:44 -03'00'

1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes  
**Cartório Eduardo Malta**  
Bel. José Eduardo Loyo Malta - Tabelião Público  
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Bel. Veldomiro Marques da Silva Júnior  
Bel. Douglas Andrade de Souza Carvalho - Substitutos  
Rua Arão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE  
Fone: (81) 3025-0300 - [www.cartorioeduardomalta.com.br](http://www.cartorioeduardomalta.com.br)

Protocolado sob o nº 66588, em 26/05/2025 e registrado  
em Pessoa Jurídica sob o nº 10174, em 26/05/2025  
09:20:31. Av Registro nº 10111 Emol R\$ 123,53 (2% de  
FUNSEG e 1% de FERM) TSNR R\$  
27,45 FERC R\$ 13,73 RICARDO LUIZ DO  
NASCIMENTO SOUZA - Oficial Registrador. Selo  
0074849.YSM02202502.05359 Consulte  
autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selo-digital](http://www.tjpe.jus.br/selo-digital)

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ

66588 = 10.174








## **ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**

### **CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE E DURAÇÃO**

**Artigo 1º - O INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica própria, fundada em 19 de dezembro com sede e fórum nesta cidade de Jaboatão dos Guararapes, à Rua Coronel Waldemar Basgal, nº 158, Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54400-170, que congrega Entidades e pessoas físicas, sem discriminação de raça, credo, política, nacionalidade, sexo e condição social, e regido por este Estatuto e disposições legais aplicáveis.

### **CAPÍTULO II DA FINALIDADE**

**Artigo 2º - São finalidades do INSTITUTO SAÚDE EXPRESS:**

- 1) promover a cooperação entre as entidades filiadas e outros entes privados ou públicos, que tenham por objetivo a proteção dos direitos, a assistência e orientação do cidadão, com vista à defesa da ética, da cidadania, do social, da saúde e da democracia;
- 2) apoiar as atividades das entidades a ele filiadas, quando das reivindicações comuns;
- 3) realizar atividades em prol do pleno desenvolvimento dos valores que inspiram o bem-estar, através de cursos, palestras, seminários e outros eventos.
- 4) promover e desenvolver a integração da comunidade, através da realização de programas e projetos, sempre visando a melhoria da qualidade de vida;
- 5) interagir com entidades públicas e privadas, no atendimento das reivindicações das entidades filiadas;
- 6) propiciar a integração das entidades nas atividades econômicas, sociais, saúde, culturais, educacionais, filantrópicas e assistenciais;
- 7) conscientizar a comunidade através das entidades a desenvolver suas potencialidades;
- 8) planejar e executar projetos e programas relativos à melhoria do bem-estar social;
- 9) trabalhar para a eliminação de todas as formas de discriminação da raça, sexo, cor, condição social, credo político ou religioso.
- 10) defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- 11) promover o acesso à saúde, educação, esporte e cultura às camadas sociais carentes, observando-se a forma suplementar de que trata a lei;
- 12) prestar apoio necessário ao desenvolvimento institucional de entidades que se dedicam à saúde, educação, esporte e cultura e ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente;
- 13) incentivar e promover o desenvolvimento técnico e científico, através de pesquisas, projetos, programas, atividades, estudos, publicações e ensaios, nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, esporte e cultura para as células sociais envolvidas no assunto;
- 14) articular com organismos nacionais e internacionais, de forma direta ou indireta, executando ações decorrentes dos termos de parceria, acordos, contratos, convênios e demais instrumentos legais firmados;
- 15) levantar dados e informações, inclusive de natureza censitária, bem como pesquisas de opinião para formação de banco de dados destinado a adoção de políticas públicas na área de saúde, educação, esporte e cultura e meio ambiente;
- 16) apoiar e promover eventos, tais como: programas educacionais, congressos, encontros, debates, foros, feiras, festivais, oficinas, seminários, "workshops" e assemelhados, bem como ter atuação a título de operadora nas atividades relacionadas nos itens acima.
- 17) promoção da Assistência Social
- 18) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

66.588-10175



- 19) promover, defender e incentivar ações de ressocialização e reintegração dos apenados e camadas desfavorecidas, visando a promoção da cidadania por meio de ações de assistência à saúde, educacional, jurídica e social.
- 20) promover a saúde do trabalhador através de serviços de ginástica laboral e ergonomia;
- 21) congregar, capacitar e treinar mulheres, jovens e adultos moradores de comunidade contemplados com ações de políticas públicas em assuntos relacionados com meio ambiente, saúde, educação, cidadania e ética.;
- 22) monitorar projetos e ações de políticas públicas em assuntos relacionados com meio ambiente, saúde, educação, cidadania e ética.;
- 23) organizar, produzir e promover eventos esportivos, como os de rendimento, os educacionais e os de turismo;
- 24) organização, produção e promoção de eventos culturais, festas e shows;
- 25) organização de eventos educacionais, palestras, ações e outros tipos de atividades que visem o combate às drogas, o empoeiramento feminino, entre outras questões de interesse à inserção social das minorias.
- 26) organizar, produzir e promover eventos esportivos, como os de rendimento, os educacionais e os de turismo;
- 27) promover, executar, supervisionar e/ou coordenar competições e torneios de todas as modalidades esportivas e sua arbitragem seja amadora e profissional, olímpicas e não olímpicas, individuais e coletivas.
- 28) promoção da assistência social, gestão de microcrédito, gestão de abastecimento de áreas pobres, apoio à implantação de unidades produtivas e qualificação gerencial;
- 29) promoção de consultoria, capacitação de pessoas, seleção, implementação e operação de sistemas em/para organizações públicas;
- 30) desenvolver estudo e pesquisas de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos, culturais e científicos que digam respeito as atividades mencionadas neste artigo.
- 31) desenvolver atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes.
- 32) atendimento móvel de serviços de saúde.
- 33) atividades de profissionais da área de saúde não especificados anteriormente,
- 34) atividades de apoio à gestão de saúde.
- 35) outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente.
- 36) serviços de assistência social sem alojamento.
- 37) atividades de fonoaudiologia.
- 38) atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente.
- 39) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
- 40) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
- 41) serviços de vacinação e imunização humana.
- 42) atividades de atenção ambulatorial não especificada anteriormente.
- 43) laboratórios clínicos.
- 44) serviços de tomografia.
- 45) atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza.
- 46) atividades de apoio à gestão de saúde.
- 47) atividades de fonoaudiologia.
- 48) atividades de terapia ocupacional.
- 49) atividades de fisioterapia.
- 50) atividades de psicologia e psicanálise.
- 51) atividades de profissionais da nutrição.
- 52) atividades de enfermagem.
- 53) serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos.
- 54) serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos.

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TRO E PJ  
66.586-10.475



- 55) serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética.
- 56) laboratórios de anatomia patológica e citológica.
- 57) atividade médica ambulatorial restrita a consultas.
- 58) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.
- 59) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos.
- 60) serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel.
- 61) atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências.
- 62) outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas.

**Parágrafo Primeiro** – O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, nos termos da legislação vigente e nos limites de suas atribuições, atuará sob a orientação técnica da sua Diretoria Executiva, em ações conjuntas com os órgãos públicos municipais, estaduais, federais e privados, coadjuvando, quando for do seu interesse, a administração pública e privada, que tenham por objetivo o desenvolvimento global da comunidade.

**Parágrafo Segundo** – O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, disporá de fontes de recursos decorrentes de doações, promoções, e eventos por ele realizados, e do apoio dos órgãos públicos e privados que se disponham a defender os mesmos objetivos.

**Artigo 3º** - O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** terá um **Regimento Interno**, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que disciplinará o seu funcionamento.

## CAPÍTULO III DO QUADRO ASSOCIATIVO

**Artigo 4º** - podem associar-se ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**:

**I. pessoas jurídicas**, na condição de **associadas** que atuem em ações, visando à defesa, à integração e ao aperfeiçoamento das relações entre pessoas pelas respectivas representantes, que poderão ser divididas em categorias, com direito a voz e voto.

**II. pessoas físicas**, na condição de:

**a) associadas colaboradoras**, com direito a voz participativa e com direito a voto;

**b) associadas**, com direito apenas a voz participativa, mas sem direito a voto.

**III. pessoas físicas**, na condição de associados honorários, por meio de convite formal da Diretoria Executiva motivado por seus relevantes serviços prestados à sociedade. Os associados honorários terão direito apenas a voz participativa, mas se direito a voto.

**Artigo 5º** - toda pessoa jurídica e física que tenha interesse em participar ativamente do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** e cujos objetivos e ações se coadunem com os objetivos daquele movimento, deverá apresentar requerimento à Diretoria Executiva, que irá examinar se a pretendente tem condições ou não de ser aceita como associada.

**Artigo 6º** - São direitos dos **associados pessoas jurídicas**:

**I.** Participar de todas as atividades e eventos patrocinados pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**;

**II.** Votar e ser votadas para cargos eletivos, salvo disposições estatutárias diversas;

Gartório Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ

CNPJ: 58.694.763/0001-60

66.588-10175





III. Ter voz nas Assembleias Gerais, salvo disposições estatutárias diversas.

**Artigo 7º - São direitos dos associados colaboradores pessoas físicas:**

- I. participar de todos os eventos patrocinados pela entidade;
- II. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões, quando convocadas;
- III. ter voz **participativa** nas Assembleias Gerais e direito a voto.

**Artigo 8º - São direitos dos associados pessoas físicas:**

- I. participar de todos os eventos patrocinados pela entidade;
- II. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões, quando convocadas;
- III. ter voz apenas **participativa** nas Assembleias Gerais, mas sem direito a voto.

**Artigo 9º - São deveres dos associados pessoas jurídicas e físicas:**

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. prestar toda a cooperação moral, material e intelectual pelo engrandecimento do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**;
- III. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões, quando convocadas;
- IV. acatar as decisões Gerais e da Diretoria Executiva.
- V. Contribuir com a taxa associativa, previamente determinada.

**Artigo 10º -** Poderá demitir-se do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, qualquer associado que não tenha mais interesse em continuar no quadro associativo, bastando para isso comunicar à Diretoria Executiva, por escrito.

**Artigo 11º -** Poderá ser excluído do quadro associativo a pessoa jurídica ou a pessoa física que deixar de cumprir o Estatuto e/ou o Regimento Interno, não comparecer às Assembleias Gerais quando for necessária a sua presença, ou não realizar, sem justificativa, o que foi solicitado pela Diretoria Executiva.

**Artigo 12º -** As deliberações para aprovação de exclusão de associado, em Assembleia Geral Extraordinária especificamente para tal finalidade, deverão ser por maioria absoluta dos associados com direito a voto.

**Artigo 13º -** Da Assembleia que destituir o associado, pessoa jurídica ou física, caberá por parte deste, recurso junto à própria Assembleia Geral, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias contados de sua ciência.

## CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

**Artigo 14º -** O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, será administrado pelos órgãos diretivos:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;

Gartório Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ  
66.588 - 10.175

**Parágrafo Único** – Nenhum membro de órgão diretivo poderá receber, a qualquer título, quando no desempenho dessas funções, remuneração ou honorários por serviços prestados ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

## DA ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 15º** - A Assembleia Geral é o órgão superior e soberano do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, constituído por todos os associados pessoas jurídicas e físicas e presidido pelo Presidente ou seu substituto legal.

**Artigo 16º** Compete à Assembleia Geral:

- I. eleger a Diretoria Executiva, os membros do Conselho Fiscal;
- II. aprovar e alterar, total ou parcialmente, o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- III. discutir e deliberar sobre qualquer assunto de interesse do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, para os quais for convocada;
- IV. aprovar a admissão de associadas (os) pessoas jurídicas e físicas;
- V. aprovar a exclusão de associadas (os) pessoas jurídicas e físicas;
- VI. destituir os integrantes do quadro associativo e cassar mandatos de membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por improbidade administrativa, apurada em processo próprio, em que sejam observados os princípios do contraditório e da ampla defesa;
- VII. apreciar o relatório da Diretoria Executiva e decidir sobre a aprovação das contas e Balanço anual;
- VIII. decidir sobre a extinção do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** e sobre o destino a ser dado, nesse caso, ao seu patrimônio, observada a previsão estatutária.
- IX. Deliberar sobre qualquer assunto submetido a sua apreciação e resolver os casos omissos neste Estatuto.

**Artigo 17º** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente da Diretoria Executiva, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, mediante edital afixado na sede, comunicados através de e-mail, fax, circulares ou outro meio conveniente, e dela constará a pauta sucinta dos assuntos a serem apreciados.

**Artigo 18º** - Qualquer Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes:

**Parágrafo Primeiro** – Para deliberação a que se referem os incisos I e VII do artigo 16º, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria das (os) associadas (os), ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

**Parágrafo Segundo** – Para as deliberações a que se referem os incisos V e VI do artigo 16º, será necessária a maioria dos associados com direito a voto e através de Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para esse fim.

**Parágrafo Terceiro** – os demais assuntos não previstos expressamente neste Estatuto observarão o quórum de instalação e deliberação da maioria dos associados.

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TRL E PJ

CNPJ: 58.694.763/0001-60






**Artigo 19º** - A Assembleia Geral reunir-se-á **ordinariamente**, por convocação da Presidente da Diretoria Executiva no primeiro trimestre de cada ano para:

- I. Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva;
- II. Discutir e aprovar as contas e o balanço anual;
- III. Determinar a realização de Assembleia Geral Ordinária, no quarto trimestre de cada ano, onde serão apreciados o plano de ação e o orçamento do próximo exercício.

**Artigo 20º** - A Assembleia Geral reunir-se-á **extraordinariamente**, quando convocada:

- I. Pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- II. Por requerimento de 1/5 (um quinto) entre os associados pessoas jurídicas e os associados colaboradores pessoas físicas, dirigindo ao Presidente da Diretoria Executiva;
- III. A pedido do Conselho Fiscal;

#### DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Artigo 21º** - A **Diretoria Executiva** será constituída pelo Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Patrimônio e Diretor Social.

**Artigo 22º** - A **Diretoria Executiva** será eleita em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, por voto, na segunda quinzena de novembro, com mandato de 04 (quatro) anos, com direito à reeleição, e posse no mesmo dia da eleição.

**Artigo 23º** - Qualquer candidato a cargo eletivo na **Diretoria Executiva** e ao Conselho Fiscal a partir da data de sua fundação, deverá ter, pelo menos, 06 (seis) meses de associação comprovada junto ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

**Artigo 24º** - As regras para o pleito serão definidas pela **Diretoria Executiva**, com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência à eleição, respeitadas as determinações deste Estatuto.

**Artigo 25º** - A **Diretoria Executiva** reunir-se-á mensalmente, com a maioria de seus membros, em caráter ordinário e, extraordinariamente, todas as vezes que for convocada por seu Presidente.

**Artigo 26º** - Será destituído, com aprovação da Assembleia Geral o Diretor que, sem justa causa, não comparecer a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (hum) ano.

**Artigo 27º** - Compete ao **Presidente da Diretoria Executiva**:

- a) representar o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, ativa e passivamente, judicial e extra -judicialmente;
- b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as decisões tomadas pela Diretoria Executiva ou pela Assembleia Geral;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva a Assembleia Gerais.
- d) solucionar os casos da urgência, submetendo-os em seguida à aprovação da Diretoria Executiva;

Oartório Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ  
66.588 - 10.175

- e) assinar com o Diretor Financeiro os cheques e documentos relativos a movimentação de dinheiro e o balanço geral anual;
- f) apresentar, anualmente, à Assembleia Geral, em forma de relatório, a exposição das atividades desenvolvidas no período e a prestação de contas baseadas no balanço anual, com o parecer assinado pelo Conselho Fiscal;

**Artigo 28º** – compete ao **Diretor Financeiro**, na ordem cronológica:

- a) substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários e sucedê-lo em caso de vacância do cargo;
- b) auxiliar no cumprimento de suas atribuições e desempenhar missões especiais que lhes sejam por ele confiados;
- c) assinar junto com o Presidente, os cheques e documentos relativos a movimentação de dinheiro e o balanço geral anual;
- d) ter sob sua guarda o livro caixa;
- e) proceder aos pagamentos autorizados pelo Diretoria Executiva;
- f) preparar e apresentar à Diretoria Executiva balancete trimestral e o balanço geral anual, relativos ao exercício anterior, até o final de fevereiro do exercício subsequente.
- g) receber as contribuições, doações e eventuais rendas do **MOVIMENTO**, firmando recibos e fazendo os lançamentos necessários;

**Artigo 29º** – Compete ao **Diretor de Patrimônio**:

- a) organizar os arquivos e documentos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, mantendo-os na sede;
- b) redigir e enviar para a Presidência todas as correspondências;
- c) ter sob sua guarda todos os livros de ata e de presença;
- d) secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e as Assembleias Gerais, lavrando e assinando conjuntamente com a Presidente Executiva as suas atas.
- e) cuidar, preservar e manter todos os bens do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

**Artigo 30º** – Compete ao **Diretor Social**:

- a) organizar os arquivos e documentos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, referente a doações e acompanhamento de Associados;
- b) redigir e enviar para a Presidência todas as correspondências relativas aos trabalhos sociais;
- c) Prestar assistência aos associados que necessitem de acompanhamento.

## DO CONSELHO FISCAL

**Artigo 31º** – O **Conselho Fiscal** será composto por 03 (três) membros que deverão ser eleitos em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, com mandato coincidente com o as Diretoria Executiva, ou seja, de 04 (quatro) anos e terão as seguintes atribuições:

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TRE E PJ

CNPJ: 58.694.763/0001-60



- a) examinar os livros de escrituração da instituição;
- b) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a Diretoria Executiva da Associação;
- c) requisitar ao **Diretor Financeiro**, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- d) acompanhar o trabalho de eventuais auditorias externas independentes;
- e) solicitar à Diretoria Executiva convocação de Assembleia Geral, quando se fizer necessária;

**Artigo 32º – O Conselho Fiscal** reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente por convocação da maioria simples de seus membros ou da Diretoria Executiva do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

**Artigo 33º –** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registrados em livro próprio de ata.

## CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

**Artigo 34º –** O patrimônio do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, será constituído de:

- a) doações;
- b) dotações orçamentárias do Poder Públicos;
- c) rendas auferidas de depósitos bancários;
- d) contribuições das pessoas jurídicas e físicas, e outra diversas.

**Parágrafo Primeiro-** Toda receita será direcionada exclusivamente para o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, para execução de seus objetivos.

**Parágrafo Segundo –** Qualquer alienação de bens deverá ter aprovação de 2/3 (dois terços) de todas as associadas e o resultado aferido será de uso específico do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

## CAPÍTULO VI REGULAMENTO DE COMPRAS DO INSTITUTO XXX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 35º -** Este Regulamento tem por objetivo definir os critérios e as condições a serem observados pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, para a realização de compras e contratações de quaisquer bens ou serviços destinados ao regular atendimento das necessidades organizacionais e operacionais da entidade na execução dos seus objetivos institucionais, inclusive na execução de Contratos de Gestão firmados com o Poder Público.

**Art. 36º -** As compras de bens e as contratações de obras e serviços necessários às finalidades do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** reger-se-ão pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.

**Art. 37º -** A contratação de serviços, inclusive de engenharia, as aquisições, a venda e a locação de bens efetuar-se-ão mediante seleção da melhor proposta orçamentária, avaliando-se o preço, a qualidade, a

Cartório Eduardo Malta  
Registro do TRD e PJ



- I. Compra e despesa de pequeno valor, assim considerada a aquisição de materiais de consumo inexistentes no estoque ou outras despesas devidamente justificadas, cujo valor total não ultrapasse o do salário mínimo vigente no momento da aquisição.
- II. Na aquisição de materiais, equipamentos ou serviços diretamente de produtor, fornecedor ou representante comercial exclusivo.
- III. Em operação envolvendo concessionária de serviços públicos, cujo objeto do contrato seja pertinente ao da concessão.
- IV. Em operação envolvendo empresas públicas, entidades paraestatais, entidades sem fins lucrativos na área de pesquisa científica e tecnológica, organizações sociais, universidades ou centros de pesquisa públicos nacionais.
- V. Na aquisição de obras e acervos artísticos e contratação de serviços artísticos, bem como contratação de curadoria artística.
- VI. Em complementação a obras ou serviços e aquisição de materiais, componentes e/ou equipamentos para substituição ou ampliação, relativamente a contratos anteriores do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.
- VII. Em caráter de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos.
- VIII. Quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções.
- IX. Para a contratação de serviços técnico-profissionais especializados.

Parágrafo único - Entende-se por serviços técnico-profissionais especializados aqueles exercidos por profissionais e empresas cujo conhecimento específico ou conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados à sua atividade, permitam inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, exemplificando-se, mas não se limitando, aos seguintes serviços e produtos:

- I. Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos de quaisquer naturezas, tais como arquitetura, construção, paisagismo, museologia e museografia, criação gráfica, hidráulica, elétrica, segurança, entre outros.
- II. Pareceres, perícias e avaliações em geral.
- III. Assessorias ou consultorias técnicas, jurídicas e auditorias financeiras.
- IV. Coordenação, fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.
- V. Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.
- VI. Recrutamento, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- VII. Informática, inclusive quando envolver aquisição de programas.
- VIII. Serviços que envolvam criação artística, tais como desenhos, pinturas, gravuras, esculturas, fotografia e outros.

## CAPÍTULO III

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TRD e FJ

66.588-10.175

CNPJ: 58.684.763/0001-60






técnica, o prazo de fornecimento ou de conclusão do serviço e as condições de pagamento, dentre outros critérios definidos pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, que garantam a melhor utilização dos recursos para o alcance dos seus objetivos sociais e dos objetivos dos Contratos de Gestão.

## CAPÍTULO II DAS MODALIDADES

**Art. 38º** - Para os fins deste Regulamento, constituem-se as seguintes modalidades de compras, obras e serviços:

**I. Compras, obras e serviços de valor inferior:** são compras, obras e serviços de valor superior a um salário mínimo vigente na data da compra e de até R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), inclusive, que serão realizados mediante pesquisa simples de preços no mercado envolvendo, no mínimo, 03 (três) cotações com fornecedores, feita por telefone, internet, fax ou qualquer outro meio de apuração de preços.

**II. Compras, obras e serviços de valor médio:** são compras, obras e serviços de valor superior a R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) e de até R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), inclusive, que serão realizados mediante coleta de no mínimo 03 (três) propostas orçamentárias de diferentes fornecedores.

**III. Compras, obras e serviços de valor superior:** são compras e serviços de valor acima de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), que serão realizados mediante publicação de ato convocatório no website do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, com a participação 03 de no mínimo 03 (três) propostas orçamentárias de diferentes fornecedores.

§1º - Qualquer que seja a modalidade adotada no processo seletivo, não será admitido o uso de critério ou condição que possa frustrar o seu caráter competitivo.

§2º - As cotações de preços obtidas nos moldes do inciso I do caput poderão ser listadas em simples formulário, contendo informações quanto ao fornecedor e às condições comerciais por ele apresentadas.

§3º - As propostas orçamentárias previstas nos incisos II e III do caput serão apresentadas pelos fornecedores por escrito, preferencialmente em papel timbrado, sendo admitido o envio por e-mail ou fax.

§4º - O ato convocatório a que se refere o inciso III do caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 03 (três) dias consecutivos da data estipulada como limite para recebimento das propostas orçamentárias, e conterá a descrição detalhada do objeto de aquisição ou contratação e as demais informações relevantes para o processo de compras e contratação de obras e serviços.

§5º - Para as compras, obras e serviços indicados no inciso III do caput serão exigidas, sem prejuízo dos demais documentos eventualmente solicitados pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, Certidões Negativas de Débito nos âmbitos Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, Previdenciário e perante o FGTS.

§6º - Dependendo do tipo, do porte e/ou da característica do bem a ser adquirido, da obra ou dos serviços a serem contratados, o ato convocatório poderá ser acompanhado de projeto e memorial descritivo, bem como das necessidades técnicas a serem atendidas pelo fornecedor como, por exemplo, horário de funcionamento, recursos humanos envolvidos, materiais a serem empregados e consumidos, entre outros.

§7º - No caso de compras ou contratações que impliquem em mais de um desembolso, será levado em consideração o valor total da despesa anual para fins de enquadramento nos incisos previstos no caput.

**Art. 39º** - Será desnecessário o procedimento formal de realização de pesquisa de preços previsto nos incisos do caput do art. 4º, para as seguintes modalidades de compras e contratações:

Cartório Eduardo Malta  
Registro de T.R.D. e F.J.

CNPJ: 58.684.753/0001-60





## DO PROCESSO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**Art. 40º** - O Processo de Compras e Contratações deverá respeitar o disposto neste Regulamento de Compras e Contratações, nos Contratos de Gestão em vigência e na legislação pertinente.

**Art. 41º** - Para aquisição de bens e serviços de que trata este Regulamento, se faz necessário o cumprimento das seguintes etapas:

a) Verificação da necessidade.

b) Abertura do pedido de compras.

c) Finalização do pedido de compras no qual deverá ser apresentada justificativa que fundamente a decisão da Diretoria respectiva quanto à adequação da despesa aos objetivos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** e do Contrato de Gestão ao qual a despesa estiver relacionada, se for o caso.

d) A seleção dos fornecedores de bens e serviços será criteriosa, levando-se em consideração a idoneidade, a qualidade dos materiais ou dos serviços oferecidos, os preços, assim como a garantia de entrega, a facilidade de manutenção, a facilidade de reposição e a disponibilidade de atendimento em casos de urgência, quando necessário.

§1º - Poderá ser dada preferência de escolha ao fornecedor que, comprovadamente, realizar práticas de sustentabilidade ambiental, desde que analisada esta preferência em conjunto com as demais condições comerciais.

§2º - Previamente à escolha de uma cotação ou uma proposta orçamentária, ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** poderá exercer o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de maximizar resultados em termos de qualidade e preço.

§3º - A validade do processo de compras e contratações não ficará comprometida em caso da não apresentação do número mínimo de propostas, tampouco pela impossibilidade de se convidar o mínimo de fornecedores para a seleção, desde que haja justificativa baseada na ausência de fornecedores interessados na praça.

§4º - Caso não compareça qualquer fornecedor interessado, o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** deverá reabrir o procedimento de compras, desde que isso não lhe cause excessivo prejuízo. Havendo o risco de prejuízo, este procedimento ficará dispensado e a contratação poderá ser direta com qualquer interessado, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas no ato convocatório.

§5º - As decisões de compras e contratações realizadas por qualquer critério que não o de melhor preço deverão ser expressamente justificadas, o mesmo valendo para as compras e contratações.

**Art. 42º** - É expressamente vedada a realização de compras e contratações nos casos em que se constatar a utilização de produtos pirateados, contrabandeados, provenientes de fornecedores que empreguem trabalho infantil ou que realizem qualquer outro ato que possa gerar desequilíbrio comercial e socioeconômico.

**Art. 43º** - A realização do processo de compras e contratações não obriga o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** a formalizar a compra ou a contratação junto aos fornecedores, podendo o processo ser anulado pelo Diretor responsável ou por pessoa a quem ele delegar poderes para tanto, sendo dada ciência aos interessados.

**Art. 44º** - A participação de fornecedores no processo de compras implica na aceitação integral e irretratável dos termos, dos elementos técnicos e das instruções fornecidas pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, bem como das disposições trazidas neste Regulamento e nas demais normas aplicáveis.

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TPD e PJ

CNPJ: 58.694.763/0001-60



**Art. 45º** - Somente serão aceitos para comprovação da venda, locação ou aquisição de bens e serviços, documentos fiscais, devendo ser desqualificada a proposta de fornecedor que não atenda a esta condição.

**Art. 46º** - Quando forem contratados serviços de consultoria, o pagamento somente será realizado mediante a entrega dos produtos e/ou relatórios completos e finalizados. Parágrafo único - Ainda que seja necessário parcelar o valor do pagamento referente à consultoria, a quitação integral só será realizada mediante a entrega dos produtos e/ou relatórios completos e finalizados.

**Art. 47º** - Todo o processo de compras, contratações e locações de que trata este Regulamento deverá estar devidamente documentado, a fim de facilitar futuras averiguações pelos membros e órgãos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, por parte dos órgãos parceiros da entidade e pelos demais responsáveis pelo controle e fiscalização dos Contratos de Gestão.

## CAPÍTULO IV DOS CONTRATOS

**Art. 48º** - Os contratos firmados com base neste Regulamento estabelecerão, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do ato convocatório e da proposta a que se vinculam.

**Art. 49º** - Os contratos deverão conter, minimamente:

- a) Qualificação completa das partes.
- b) Seu objeto.
- c) Prazo de entrega do bem e/ou serviço.
- d) Vigência.
- e) Preço e forma de pagamento.
- f) Deveres e responsabilidades das partes.
- g) Cláusula penal contendo sanções pelo descumprimento das obrigações.
- h) Hipóteses de rescisão.
- i) Foro.

**Art. 50º** - Exige-se a celebração de contrato formal para os serviços continuados ou quando houver entrega parcelada de bens ou a exigência de fornecimento de garantias.

**Art. 51º** - Todos os contratos deverão ser aprovados por assessoria jurídica ou, na falta desta, pelo dirigente máximo do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, a fim de garantir a adequada formalização dos termos avençados.

**Art. 52º** - No caso de contratos celebrados com pessoas jurídicas, deverão ser apresentados a cópia de seu ato constitutivo e alterações, ou ato constitutivo consolidado, bem como atas de eleição dos dirigentes, além de outros documentos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** julgar necessários, de acordo com o tipo de contrato a ser celebrado.

**Art. 53º** - Todos os contratos deverão ser numerados e rubricados em todas suas páginas.

## CAPÍTULO V DO REEMBOLSO

**Art. 54º** - As despesas realizadas pela Diretoria Executiva no exercício de suas funções estatutárias, tais como, mas não limitadas a almoço executivo, estacionamento, alimentação e transporte deverão ser relacionados em formulário próprio e anexadas as comprovações de gastos para efeito de reembolso.

Cartório Eduardo Malta  
Registro do TPD E PJ



§1º - As despesas realizadas por qualquer outro empregado do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** deverão seguir o mesmo procedimento indicado no caput e serão aprovadas pelo Diretor Financeiro e/ou pelo Diretor Presidente.

§2º - Somente poderão ser reembolsadas despesas que guardem relação com os objetivos estatutários do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, observadas, ainda, eventuais limitações devido a imposições legais, assim como determinações previstas nos Contratos de Gestão.

§3º - As comprovações de gastos deverão ser feitas por meio de documento fiscal faturado contra o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, podendo ser autorizadas exceções pelo Diretor Administrativo - Financeiro e/ou pelo Diretor Presidente.

**Art. 55º** - Nas aquisições de bens e contratações de serviços em decorrência de execução de projetos culturais aprovados nos termos das Leis de Incentivo à Cultura (municipal, estadual ou federal), Convênios, Editais, Termos de Cooperação e instrumentos correlatos, poderá ser dispensado o disposto nos Capítulos I, II e III do presente Regulamento de Compras e Contratações, podendo o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** invocar nesses casos as regras que regulam as referidas fontes de financiamento.

## CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO DO INSTITUTO SAÚDE EXPRESS.

**Artigo 56º** - O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** poderá ser dissolvido por resolução de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para esse fim, mediante aprovação por maioria dos votos das associadas presentes, com direito a voto.

**Artigo 57º** - Aprovada a dissolução da Associação todos os bens imóveis, móveis e semoventes serão destinados a outra Entidade congênere, devidamente registrada em cartório e que tenha sua atuação dentro da cidade do Recife ou Jaboatão dos Guararapes - PE.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 58º** - O exercício social e financeiro terá início em 1 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 59º** - Os associados pessoas jurídicas e físicas do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, não responderão solidária ou nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações por ela contraídas.

**Artigo 60º** - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela lei, deliberados pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

**Artigo 61º** - O presente Estatuto, aprovado na data da fundação do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, entrará em vigor na data do seu registro perante o Cartório Registro competente.

RECIFE, 14 de maio de 2025

Abelardo de Andrade Borges  
Presidente

Sebastião José da Silva  
Diretora Financeiro

Documento assinado digitalmente  
**ABELARDO DE ANDRADE BORGES**  
Data: 17/05/2025 10:39:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**SEBASTIAO JOSE DA SILVA**  
Data: 20/05/2025 10:19:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ  
66.588 = 10.175



# SAÚDE EXPRESS

**Roseane Vieira de Góis Soares**  
Diretor Social

gov.br

Documento assinado digitalmente

**ROSEANE VIEIRA DE GOIS SOARES**

Data: 18/05/2025 19:53:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Marcelo José Soares**  
Diretor Patrimônio

gov.br

Documento assinado digitalmente

**MARCELO JOSE SOARES**

Data: 17/05/2025 11:25:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Raoni Rêgo Soares**  
Conselheiro Fiscal

gov.br

Documento assinado digitalmente

**RAONI REGO SOARES**

Data: 18/05/2025 20:03:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

gov.br

**MARIA DE FATIMA GUIMARAES E SILVA**

Data: 20/05/2025 09:20:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Maria de Fatima Guimarães e Silva**  
Conselheira Fiscal

Documento assinado digitalmente

gov.br

**ANDREZZA ALBERTINA GUIMARAES E SILVA TORRES**

Data: 20/05/2025 09:22:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Andreza Albertina Guimarães e Silva Torres**  
Conselheira Fiscal

**FILLIPE FORTUNATO**  
**PEREIRA LAMARTINE DE**  
**ALMEIDA:05293514474**

Assinado de forma digital por

**FILLIPE FORTUNATO PEREIRA**

**LAMARTINE DE**

**ALMEIDA:05293514474**

Dados: 2025.05.23 10:33:04 -03'00'

1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes  
**Cartório Eduardo Malta**  
Bel. José Eduardo Loyo Malta - Tabelião Público  
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Bel. Valdomiro Marques da Silva Junior  
Bel. Douglas Andrade de Souza Carvalho - Substituto  
Rua Arão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE  
Fone: (81) 3035-0300 - [www.cartorioeduardomalta.com.br](http://www.cartorioeduardomalta.com.br)

Protocolado sob o nº 66588, em 26/05/2025 e registrado  
em Pessoa Jurídica sob o nº 10175, em 26/05/2025  
09:20:58. Av Registro nº 10174 Emol R\$ 123,53 (2% de  
FUNSEG e 1% de FERM) TSNR R\$  
27,45 FERC R\$ 13,73 RICARDO LUIZ DO  
NASCIMENTO SOUZA - Oficial Registrador - Selo  
0074849.FYI02202502.05360 Consulte  
autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)



**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

66.588 = 10.175





## **ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**

### **CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE E DURAÇÃO**

**Artigo 1º - O INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica própria, fundada em 19 de dezembro com sede e fórum nesta cidade de Jaboatão dos Guararapes, à Rua Coronel Waldemar Basgal, nº 158, Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54400-170, que congrega Entidades e pessoas físicas, sem discriminação de raça, credo, política, nacionalidade, sexo e condição social, e regido por este Estatuto e disposições legais aplicáveis.

### **CAPÍTULO II DA FINALIDADE**

**Artigo 2º - São finalidades do INSTITUTO SAÚDE EXPRESS:**

- 1) promover a cooperação entre as entidades filiadas e outros entes privados ou públicos, que tenham por objetivo a proteção dos direitos, a assistência e orientação do cidadão, com vista à defesa da ética, da cidadania, do social, da saúde e da democracia;
- 2) apoiar as atividades das entidades a ele filiadas, quando das reivindicações comuns;
- 3) realizar atividades em prol do pleno desenvolvimento dos valores que inspiram o bem-estar, através de cursos, palestras, seminários e outros eventos.
- 4) promover e desenvolver a integração da comunidade, através da realização de programas e projetos, sempre visando a melhoria da qualidade de vida;
- 5) interagir com entidades públicas e privadas, no atendimento das reivindicações das entidades filiadas;
- 6) propiciar a integração das entidades nas atividades econômicas, sociais, saúde, culturais, educacionais, filantrópicas e assistenciais;
- 7) conscientizar a comunidade através das entidades a desenvolver suas potencialidades;
- 8) planejar e executar projetos e programas relativos à melhoria do bem-estar social;
- 9) trabalhar para a eliminação de todas as formas de discriminação da raça, sexo, cor, condição social, credo político ou religioso.
- 10) defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- 11) promover o acesso à saúde, educação, esporte e cultura às camadas sociais carentes, observando-se a forma suplementar de que trata a lei;
- 12) prestar apoio necessário ao desenvolvimento institucional de entidades que se dedicam à saúde, educação, esporte e cultura e ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente;
- 13) incentivar e promover o desenvolvimento técnico e científico, através de pesquisas, projetos, programas, atividades, estudos, publicações e ensaios, nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, esporte e cultura para as células sociais envolvidas no assunto;
- 14) articular com organismos nacionais e internacionais, de forma direta ou indireta, executando ações decorrentes dos termos de parceria, acordos, contratos, convênios e demais instrumentos legais firmados;

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 10111



- 15) levantar dados e informações, inclusive de natureza censitária, bem como pesquisas de opinião para formação de banco de dados destinado a adoção de políticas públicas na área de saúde, educação, esporte e cultura e meio ambiente;
- 16) apoiar e promover eventos, tais como: programas educacionais, congressos, encontros, debates, foros, feiras, festivais, oficinas, seminários, "workshops" e assemelhados, bem como ter atuação a título de operadora nas atividades relacionadas nos itens acima.
- 17) promoção da Assistência Social
- 18) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- 19) promover, defender e incentivar ações de ressocialização e reintegração dos apenados e camadas desfavorecidas, visando a promoção da cidadania por meio de ações de assistência à saúde, educacional, jurídica e social.
- 20) promover a saúde do trabalhador através de serviços de ginástica laboral e ergonomia;
- 21) congregar, capacitar e treinar mulheres, jovens e adultos moradores de comunidade contemplados com ações de políticas públicas em assuntos relacionados com meio ambiente, saúde, educação, cidadania e ética;
- 22) monitorar projetos e ações de políticas públicas em assuntos relacionados com meio ambiente, saúde, educação, cidadania e ética;
- 23) organizar, produzir e promover eventos esportivos, como os de rendimento, os educacionais e os de turismo;
- 24) organização, produção e promoção de eventos culturais, festas e shows;
- 25) organização de eventos educacionais, palestras, ações e outros tipos de atividades que visem o combate às drogas, o empoeiramento feminino, entre outras questões de interesse à inserção social das minorias.
- 26) organizar, produzir e promover eventos esportivos, como os de rendimento, os educacionais e os de turismo;
- 27) promover, executar, supervisionar e/ou coordenar competições e torneios de todas as modalidades esportivas e sua arbitragem seja amadora e profissional, olímpicas e não olímpicas, individuais e coletivas.
- 28) promoção da assistência social, gestão de microcrédito, gestão de abastecimento de áreas pobres, apoio à implantação de unidades produtivas e qualificação gerencial;
- 29) promoção de consultoria, capacitação de pessoas, seleção, implementação e operação de sistemas em/para organizações públicas;
- 30) desenvolver estudo e pesquisas de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos, culturais e científicos que digam respeito as atividades mencionadas neste artigo.
- 31) desenvolver atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes.
- 32) atendimento móvel de serviços de saúde.

**Parágrafo Primeiro** – O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, nos termos da legislação vigente e nos limites de suas atribuições, atuará sob a orientação técnica da sua Diretoria Executiva, em ações conjuntas com os órgãos públicos municipais, estaduais, federais e privados, coadjuvando, quando for do seu interesse, a administração pública e privada, que tenham por objetivo o desenvolvimento global da comunidade.

**Parágrafo Segundo** – O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, disporá de fontes de recursos decorrentes de doações, promoções, e eventos por ele realizados, e do apoio dos órgãos públicos e privados que se disponham a defender os mesmos objetivos.

**Artigo 3º** - O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** terá um **Regimento Interno**, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que disciplinará o seu funcionamento.

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 1 0 1 1 1



### CAPÍTULO III DO QUADRO ASSOCIATIVO

**Artigo 4º** - podem associar-se ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**:

I. **peessoas jurídicas**, na condição de **associadas** que atuem em ações, visando à defesa, à integração e ao aperfeiçoamento das relações entre pessoas pelas respectivas representantes, que poderão ser divididas em categorias, com direito a voz e voto.

II. **peessoas físicas**, na condição de:

a) **associadas colaboradoras**, com direito a voz participativa e com direito a voto;

b) **associadas**, com direito apenas a voz participativa, mas sem direito a voto.

III. **peessoas físicas**, na condição de associados honorários, por meio de convite formal da Diretoria Executiva motivado por seus relevantes serviços prestados à sociedade. Os associados honorários terão direito apenas a voz participativa, mas se direito a voto.

**Artigo 5º** - toda pessoa jurídica e física que tenha interesse em participar ativamente do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** e cujos objetivos e ações se coadunem com os objetivos daquele movimento, deverá apresentar requerimento à Diretoria Executiva, que irá examinar se a pretendente tem condições ou não de ser aceita como associada.

**Artigo 6º** - São **direitos dos associados pessoas jurídicas**:

I. Participar de todas as atividades e eventos patrocinados pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**;

II. Votar e ser votadas para cargos eletivos, salvo disposições estatutárias diversas;

III. Ter voz nas Assembleias Gerais, salvo disposições estatutárias diversas.

**Artigo 7º** - São **direitos dos associados colaboradores pessoas físicas**:

I. participar de todos os eventos patrocinados pela entidade;

II. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões, quando convocadas;

III. ter voz **participativa** nas Assembleias Gerais e direito a voto.

**Artigo 8º** - São **direitos dos associados pessoas físicas**:

I. participar de todos os eventos patrocinados pela entidade;

II. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões, quando convocadas;

III. ter voz apenas **participativa** nas Assembleias Gerais, mas sem direito a voto.

**Artigo 9º** - São **deveres dos associados pessoas jurídicas e físicas**:

I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II. prestar toda a cooperação moral, material e intelectual pelo engrandecimento do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**;

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 1 6 1 1 1



III. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões, quando convocadas;

IV. acatar as decisões Gerais e da Diretoria Executiva.

V. Contribuir com a taxa associativa, previamente determinada.

**Artigo 10º** - Poderá demitir-se do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, qualquer associado que não tenha mais interesse em continuar no quadro associativo, bastando para isso comunicar à Diretoria Executiva, por escrito.

**Artigo 11º** - Poderá ser excluído do quadro associativo a pessoa jurídica ou a pessoa física que deixar de cumprir o Estatuto e/ou o Regimento Interno, não comparecer às Assembleias Gerais quando for necessária a sua presença, ou não realizar, sem justificativa, o que foi solicitado pela Diretoria Executiva.

**Artigo 12º** - As deliberações para aprovação de exclusão de associado, em Assembleia Geral Extraordinária especificamente para tal finalidade, deverão ser por maioria absoluta dos associados com direito a voto.

**Artigo 13º** - Da Assembleia que destituir o associado, pessoa jurídica ou física, caberá por parte deste, recurso junto à própria Assembleia Geral, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias contados de sua ciência.

#### CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

**Artigo 14º**- O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, será administrado pelos órgãos diretivos:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;

**Parágrafo Único** – Nenhum membro de órgão diretivo poderá receber, a qualquer título, quando no desempenho dessas funções, remuneração ou honorários por serviços prestados ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

#### DA ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 15º** - A Assembleia Geral é o órgão superior e soberano do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, constituído por todos os associados pessoas jurídicas e físicas e presidido pelo Presidente ou seu substituto legal.

**Artigo 16º** Compete à Assembleia Geral:

- I. eleger a Diretoria Executiva, os membros do Conselho Fiscal;
- II. aprovar e alterar, total ou parcialmente, o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- III. discutir e deliberar sobre qualquer assunto de interesse do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, para os quais for convocada;
- IV. aprovar a admissão de associadas (os) pessoas jurídicas e físicas;

**Gáudio Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 1 0 1 1 1



- V. aprovar a exclusão de associadas (os) pessoas jurídicas e físicas;
- VI. destituir os integrantes do quadro associativo e cassar mandatos de membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por improbidade administrativa, apurada em processo próprio, em que sejam observados os princípios do contraditório e da ampla defesa;
- VII. apreciar o relatório da Diretoria Executiva e decidir sobre a aprovação das contas e Balanço anual;
- VIII. decidir sobre a extinção do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** e sobre o destino a ser dado, nesse caso, ao seu patrimônio, observada a previsão estatutária.
- IX. Deliberar sobre qualquer assunto submetido a sua apreciação e resolver os casos omissos neste Estatuto.

**Artigo 17º** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente da Diretoria Executiva, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, mediante edital afixado na sede, comunicados através de e-mail, fax, circulares ou outro meio conveniente, e dela constará a pauta sucinta dos assuntos a serem apreciados.

**Artigo 18º** - Qualquer Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes:

**Parágrafo Primeiro** - Para deliberação a que se referem os incisos I e VII do artigo 16º, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria das (os) associadas (os), ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

**Parágrafo Segundo** - Para as deliberações a que se referem os incisos V e VI do artigo 16º, será necessária a maioria dos associados com direito a voto e através de Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para esse fim.

**Parágrafo Terceiro** - os demais assuntos não previstos expressamente neste Estatuto observarão o quórum de instalação e deliberação da maioria dos associados.

**Artigo 19º** - A Assembleia Geral reunir-se-á **ordinariamente**, por convocação da Presidente da Diretoria Executiva no primeiro trimestre de cada ano para:

- I. Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva;
- II. Discutir e aprovar as contas e o balanço anual;
- III. Determinar a realização de Assembleia Geral Ordinária, no quarto trimestre de cada ano, onde serão apreciados o plano de ação e o orçamento do próximo exercício.

**Artigo 20º** - A Assembleia Geral reunir-se-á **extraordinariamente**, quando convocada:

- I. Pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- II. Por requerimento de 1/5 (um quinto) entre os associados pessoas jurídicas e os associados colaboradores pessoas físicas, dirigindo ao Presidente da Diretoria Executiva;
- III. A pedido do Conselho Fiscal;

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Carvalho Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ

CNPJ: 58.694.763/0001-60

-10111





**Artigo 21º** - A **Diretoria Executiva** será constituída pelo Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Patrimônio e Diretor Social.

**Artigo 22º** - A **Diretoria Executiva** será eleita em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, por voto, na segunda quinzena de novembro, com mandato de 04 (quatro) anos, com direito à reeleição, e posse no mesmo dia da eleição.

**Artigo 23º** - Qualquer candidato a cargo eletivo na **Diretoria Executiva** e ao Conselho Fiscal a partir da data de sua fundação, deverá ter, pelo menos, 06 (seis) meses de associação comprovada junto ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

**Artigo 24º** - As regras para o pleito serão definidas pela **Diretoria Executiva**, com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência à eleição, respeitadas as determinações deste Estatuto.

**Artigo 25º** - A **Diretoria Executiva** reunir-se-á mensalmente, com a maioria de seus membros, em caráter ordinário e, extraordinariamente, todas as vezes que for convocada por seu Presidente.

**Artigo 26º** - Será destituído, com aprovação da Assembleia Geral o Diretor que, sem justa causa, não comparecer a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano.

**Artigo 27º** - Compete ao **Presidente da Diretoria Executiva**:

- a) representar o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, ativa e passivamente, judicial e extra - judicialmente;
- b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as decisões tomadas pela Diretoria Executiva ou pela Assembleia Geral;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e Assembleia Gerais.
- d) solucionar os casos de urgência, submetendo-os em seguida à aprovação da Diretoria Executiva;
- e) assinar com o Diretor Financeiro os cheques e documentos relativos a movimentação de dinheiro e o balanço geral anual;
- f) apresentar, anualmente, à Assembleia Geral, em forma de relatório, a exposição das atividades desenvolvidas no período e a prestação de contas baseadas no balanço anual, com o parecer assinado pelo Conselho Fiscal;

**Artigo 28º** – compete ao **Diretor Financeiro**, na ordem cronológica:

- a) substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários e sucedê-lo em caso de vacância do cargo;
- b) auxiliar no cumprimento de suas atribuições e desempenhar missões especiais que lhes sejam por ele confiadas;
- c) assinar junto com o Presidente, os cheques e documentos relativos a movimentação de dinheiro e o balanço geral anual;
- d) ter sob sua guarda o livro caixa;
- e) proceder aos pagamentos autorizados pelo Diretoria Executiva;

**Carliro Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

-10111



f) preparar e apresentar à Diretoria Executiva balancete trimestral e o balanço geral anual, relativos ao exercício anterior, até o final de fevereiro do exercício subsequente.

g) receber as contribuições, doações e eventuais rendas do **MOVIMENTO**, firmando recibos e fazendo os lançamentos necessários;

**Artigo 29º – Compete ao Diretor de Patrimônio:**

- a) organizar os arquivos e documentos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, mantendo-os na sede;
- b) redigir e enviar para a Presidência todas as correspondências;
- c) ter sob sua guarda todos os livros de ata e de presença;
- d) secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e as Assembleias Gerais, lavrando e assinando conjuntamente com a Presidente Executiva as suas atas.
- e) cuidar, preservar e manter todos os bens do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

**Artigo 30º – Compete ao Diretor Social:**

- a) organizar os arquivos e documentos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, referente a doações e acompanhamento de Associados;
- b) redigir e enviar para a Presidência todas as correspondências relativas aos trabalhos sociais;
- c) Prestar assistência aos associados que necessitem de acompanhamento.

**DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 31º – O Conselho Fiscal** será composto por 03 (três) membros que deverão ser eleitos em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, com mandato coincidente com o da Diretoria Executiva, ou seja, de 04 (quatro) anos e terão as seguintes atribuições:

- a) examinar os livros de escrituração da instituição;
- b) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para a Diretoria Executiva da Associação;
- c) requisitar ao **Diretor Financeiro**, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- d) acompanhar o trabalho de eventuais auditorias externas independentes;
- e) solicitar à Diretoria Executiva convocação de Assembleia Geral, quando se fizer necessária;

**Artigo 32º – O Conselho Fiscal** reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente por convocação da maioria simples de seus membros ou da Diretoria Executiva do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

**Artigo 33º – As deliberações do Conselho Fiscal** serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros presentes e registrados em livro próprio de ata.

**CAPÍTULO V**

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 10111



## DO PATRIMÔNIO

**Artigo 34º** – O patrimônio do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, será constituído de:

- a) doações;
- b) dotações orçamentárias do Poder Públicos;
- c) rendas auferidas de depósitos bancários;
- d) contribuições das pessoas jurídicas e físicas, e outra diversas.

**Parágrafo Primeiro**- Toda receita será direcionada exclusivamente para o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, para execução de seus objetivos.

**Parágrafo Segundo** – Qualquer alienação de bens deverá ter aprovação de 2/3 (dois terços) de todas as associadas e o resultado aferido será de uso específico do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

## CAPÍTULO VI REGULAMENTO DE COMPRAS DO INSTITUTO XXX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 35º** - Este Regulamento tem por objetivo definir os critérios e as condições a serem observados pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, para a realização de compras e contratações de quaisquer bens ou serviços destinados ao regular atendimento das necessidades organizacionais e operacionais da entidade na execução dos seus objetivos institucionais, inclusive na execução de Contratos de Gestão firmados com o Poder Público.

**Art. 36º** - As compras de bens e as contratações de obras e serviços necessários às finalidades do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** reger-se-ão pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.

**Art. 37º** - A contratação de serviços, inclusive de engenharia, as aquisições, a venda e a locação de bens efetuar-se-ão mediante seleção da melhor proposta orçamentária, avaliando-se o preço, a qualidade, a técnica, o prazo de fornecimento ou de conclusão do serviço e as condições de pagamento, dentre outros critérios definidos pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, que garantam a melhor utilização dos recursos para o alcance dos seus objetivos sociais e dos objetivos dos Contratos de Gestão.

## CAPÍTULO II DAS MODALIDADES

**Art. 38º** - Para os fins deste Regulamento, constituem-se as seguintes modalidades de compras, obras e serviços:

**I. Compras, obras e serviços de valor inferior:** são compras, obras e serviços de valor superior a um salário mínimo vigente na data da compra e de até R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), inclusive, que serão realizados mediante pesquisa simples de preços no mercado envolvendo, no mínimo, 03 (três) cotações com fornecedores, feita por telefone, internet, fax ou qualquer outro meio de apuração de preços.

**II. Compras, obras e serviços de valor médio:** são compras, obras e serviços de valor superior a R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) e de até R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), inclusive, que serão realizados mediante coleta de no mínimo 03 (três) propostas orçamentárias de diferentes fornecedores.

**III. Compras, obras e serviços de valor superior:** são compras e serviços de valor acima de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), que serão realizados mediante publicação de ato convocatório no

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 1 0 1 1 1



website do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, com a participação 03 de no mínimo 03 (três) propostas orçamentárias de diferentes fornecedores.

§1º - Qualquer que seja a modalidade adotada no processo seletivo, não será admitido o uso de critério ou condição que possa frustrar o seu caráter competitivo.

§2º - As cotações de preços obtidas nos moldes do inciso I do caput poderão ser listadas em simples formulário, contendo informações quanto ao fornecedor e às condições comerciais por ele apresentadas.

§3º - As propostas orçamentárias previstas nos incisos II e III do caput serão apresentadas pelos fornecedores por escrito, preferencialmente em papel timbrado, sendo admitido o envio por e-mail ou fax.

§4º - O ato convocatório a que se refere o inciso III do caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 03 (três) dias consecutivos da data estipulada como limite para recebimento das propostas orçamentárias, e conterá a descrição detalhada do objeto de aquisição ou contratação e as demais informações relevantes para o processo de compras e contratação de obras e serviços.

§5º - Para as compras, obras e serviços indicados no inciso III do caput serão exigidas, sem prejuízo dos demais documentos eventualmente solicitados pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, Certidões Negativas de Débito nos âmbitos Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, Previdenciário e perante o FGTS.

§6º - Dependendo do tipo, do porte e/ou da característica do bem a ser adquirido, da obra ou dos serviços a serem contratados, o ato convocatório poderá ser acompanhado de projeto e memorial descritivo, bem como das necessidades técnicas a serem atendidas pelo fornecedor como, por exemplo, horário de funcionamento, recursos humanos envolvidos, materiais a serem empregados e consumidos, entre outros.

§7º - No caso de compras ou contratações que impliquem em mais de um desembolso, será levado em consideração o valor total da despesa anual para fins de enquadramento nos incisos previstos no caput.

**Art. 39º** - Será desnecessário o procedimento formal de realização de pesquisa de preços previsto nos incisos do caput do art. 4º, para as seguintes modalidades de compras e contratações:

I. Compra e despesa de pequeno valor, assim considerada a aquisição de materiais de consumo inexistentes no estoque ou outras despesas devidamente justificadas, cujo valor total não ultrapasse o do salário mínimo vigente no momento da aquisição.

II. Na aquisição de materiais, equipamentos ou serviços diretamente de produtor, fornecedor ou representante comercial exclusivo.

III. Em operação envolvendo concessionária de serviços públicos, cujo objeto do contrato seja pertinente ao da concessão.

IV. Em operação envolvendo empresas públicas, entidades paraestatais, entidades sem fins lucrativos na área de pesquisa científica e tecnológica, organizações sociais, universidades ou centros de pesquisa públicos nacionais.

V. Na aquisição de obras e acervos artísticos e contratação de serviços artísticos, bem como contratação de curadoria artística.

VI. Em complementação a obras ou serviços e aquisição de materiais, componentes e/ou equipamentos para substituição ou ampliação, relativamente a contratos anteriores do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**.

Gentório Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ

-10111

CNPJ: 58.694.763/0001-60

VII. Em caráter de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos.

VIII. Quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções.

IX. Para a contratação de serviços técnico-profissionais especializados.

Parágrafo único - Entende-se por serviços técnico-profissionais especializados aqueles exercidos por profissionais e empresas cujo conhecimento específico ou conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados à sua atividade, permitam inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, exemplificando-se, mas não se limitando, aos seguintes serviços e produtos:

I. Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos de quaisquer naturezas, tais como arquitetura, construção, paisagismo, museologia e museografia, criação gráfica, hidráulica, elétrica, segurança, entre outros.

II. Pareceres, perícias e avaliações em geral.

III. Assessorias ou consultorias técnicas, jurídicas e auditorias financeiras.

IV. Coordenação, fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.

V. Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

VI. Recrutamento, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

VII. Informática, inclusive quando envolver aquisição de programas.

VIII. Serviços que envolvam criação artística, tais como desenhos, pinturas, gravuras, esculturas, fotografia e outros.

## CAPÍTULO III DO PROCESSO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

**Art. 40º** - O Processo de Compras e Contratações deverá respeitar o disposto neste Regulamento de Compras e Contratações, nos Contratos de Gestão em vigência e na legislação pertinente.

**Art. 41º** - Para aquisição de bens e serviços de que trata este Regulamento, se faz necessário o cumprimento das seguintes etapas:

a) Verificação da necessidade.

b) Abertura do pedido de compras.

c) Finalização do pedido de compras no qual deverá ser apresentada justificativa que fundamente a decisão da Diretoria respectiva quanto à adequação da despesa aos objetivos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** e do Contrato de Gestão ao qual a despesa estiver relacionada, se for o caso.

d) A seleção dos fornecedores de bens e serviços será criteriosa, levando-se em consideração a idoneidade, a qualidade dos materiais ou dos serviços oferecidos, os preços, assim como a garantia de entrega, a facilidade de manutenção, a facilidade de reposição e a disponibilidade de atendimento em casos de urgência, quando necessário.

Garcia Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 10111





§1º - Poderá ser dada preferência de escolha ao fornecedor que, comprovadamente, realizar práticas de sustentabilidade ambiental, desde que analisada esta preferência em conjunto com as demais condições comerciais.

§2º - Previamente à escolha de uma cotação ou uma proposta orçamentária, ao **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** poderá exercer o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de maximizar resultados em termos de qualidade e preço.

§3º - A validade do processo de compras e contratações não ficará comprometida em caso da não apresentação do número mínimo de propostas, tampouco pela impossibilidade de se convidar o mínimo de fornecedores para a seleção, desde que haja justificativa baseada na ausência de fornecedores interessados na praça.

§4º - Caso não compareça qualquer fornecedor interessado, o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** deverá reabrir o procedimento de compras, desde que isso não lhe cause excessivo prejuízo. Havendo o risco de prejuízo, este procedimento ficará dispensado e a contratação poderá ser direta com qualquer interessado, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas no ato convocatório.

§5º - As decisões de compras e contratações realizadas por qualquer critério que não o de melhor preço deverão ser expressamente justificadas, o mesmo valendo para as compras e contratações.

**Art. 42º** - É expressamente vedada a realização de compras e contratações nos casos em que se constatar a utilização de produtos pirateados, contrabandeados, provenientes de fornecedores que empreguem trabalho infantil ou que realizem qualquer outro ato que possa gerar desequilíbrio comercial e socioeconômico.

**Art. 43º** - A realização do processo de compras e contratações não obriga o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** a formalizar a compra ou a contratação junto aos fornecedores, podendo o processo ser anulado pelo Diretor responsável ou por pessoa a quem ele delegar poderes para tanto, sendo dada ciência aos interessados.

**Art. 44º** - A participação de fornecedores no processo de compras implica na aceitação integral e irretratável dos termos, dos elementos técnicos e das instruções fornecidas pelo **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, bem como das disposições trazidas neste Regulamento e nas demais normas aplicáveis.

**Art. 45º** - Somente serão aceitos para comprovação da venda, locação ou aquisição de bens e serviços, documentos fiscais, devendo ser desqualificada a proposta de fornecedor que não atenda a esta condição.

**Art. 46º** - Quando forem contratados serviços de consultoria, o pagamento somente será realizado mediante a entrega dos produtos e/ou relatórios completos e finalizados. Parágrafo único - Ainda que seja necessário parcelar o valor do pagamento referente à consultoria, a quitação integral só será realizada mediante a entrega dos produtos e/ou relatórios completos e finalizados.

**Art. 47º** - Todo o processo de compras, contratações e locações de que trata este Regulamento deverá estar devidamente documentado, a fim de facilitar futuras averiguações pelos membros e órgãos do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, por parte dos órgãos parceiros da entidade e pelos demais responsáveis pelo controle e fiscalização dos Contratos de Gestão.

## CAPÍTULO IV DOS CONTRATOS

**Art. 48º** - Os contratos firmados com base neste Regulamento estabelecerão, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do ato convocatório e da proposta a que se vinculam.

**Garório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD e PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 1 0 1 1 1



**Art. 49º** - Os contratos deverão conter, minimamente:

- a) Qualificação completa das partes.
- b) Seu objeto.
- c) Prazo de entrega do bem e/ou serviço.
- d) Vigência.
- e) Preço e forma de pagamento.
- f) Deveres e responsabilidades das partes.
- g) Cláusula penal contendo sanções pelo descumprimento das obrigações.
- h) Hipóteses de rescisão.
- i) Foro.

**Art. 50º** - Exige-se a celebração de contrato formal para os serviços continuados ou quando houver entrega parcelada de bens ou a exigência de fornecimento de garantias.

**Art. 51º** - Todos os contratos deverão ser aprovados por assessoria jurídica ou, na falta desta, pelo dirigente máximo do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, a fim de garantir a adequada formalização dos termos avençados.

**Art. 52º** - No caso de contratos celebrados com pessoas jurídicas, deverão ser apresentados a cópia de seu ato constitutivo e alterações, ou ato constitutivo consolidado, bem como atas de eleição dos dirigentes, além de outros documentos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** julgar necessários, de acordo com o tipo de contrato a ser celebrado.

**Art. 53º** - Todos os contratos deverão ser numerados e rubricados em todas suas páginas.

## CAPÍTULO V DO REEMBOLSO

**Art. 54º** - As despesas realizadas pela Diretoria Executiva no exercício de suas funções estatutárias, tais como, mas não limitadas a almoço executivo, estacionamento, alimentação e transporte deverão ser relacionados em formulário próprio e anexadas as comprovações de gastos para efeito de reembolso.

§1º - As despesas realizadas por qualquer outro empregado do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** deverão seguir o mesmo procedimento indicado no caput e serão aprovadas pelo Diretor Financeiro e/ou pelo Diretor Presidente.

§2º - Somente poderão ser reembolsadas despesas que guardem relação com os objetivos estatutários do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, observadas, ainda, eventuais limitações devido a imposições legais, assim como determinações previstas nos Contratos de Gestão.

§3º - As comprovações de gastos deverão ser feitas por meio de documento fiscal faturado contra o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, podendo ser autorizadas exceções pelo Diretor Administrativo – Financeiro e/ou pelo Diretor Presidente.

**Art. 55º** - Nas aquisições de bens e contratações de serviços em decorrência de execução de projetos culturais aprovados nos termos das Leis de Incentivo à Cultura (municipal, estadual ou federal), Convênios, Editais, Termos de Cooperação e instrumentos correlatos, poderá ser dispensado o disposto nos Capítulos I, II e III do presente Regulamento de Compras e Contratações, podendo o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** invocar nesses casos as regras que regulam as referidas fontes de financiamento.

## CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO DO INSTITUTO SAÚDE EXPRESS.

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

-10111

**Artigo 56º** – O INSTITUTO SAÚDE EXPRESS poderá ser dissolvido por resolução de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para esse fim, mediante aprovação por maioria dos votos das associadas presentes, com direito a voto.

**Artigo 57º** – Aprovada a dissolução da Associação todos os bens imóveis, móveis e semoventes serão destinados a outra Entidade congênere, devidamente registrada em cartório e que tenha sua atuação dentro da cidade do Recife ou Jaboatão dos Guararapes - PE.

## CAPITULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 58º** – O exercício social e financeiro terá início em 1 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 59º** – Os associados pessoas jurídicas e físicas do INSTITUTO SAÚDE EXPRESS, não responderão solidária ou nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações por ela contraídas.

**Artigo 60º** – Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela lei, deliberados pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

**Artigo 61º** – O presente Estatuto, aprovado na data da fundação do INSTITUTO SAÚDE EXPRESS, entrará em vigor na data do seu registro perante o Cartório Registro competente.

RECIFE, 24 de março de 2025

Abelardo de Andrade Borges  
Presidente

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Data: 25/03/2025 10:01:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sebastião José da Silva  
Diretora Financeiro

gov.br

Documento assinado digitalmente  
SEBASTIAO JOSE DA SILVA  
Data: 24/03/2025 16:45:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Roseane Vieira de Góis Soares  
Diretor Social

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ROSEANE VIEIRA DE GOIS SOARES  
Data: 25/03/2025 09:45:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo José Soares  
Diretor Patrimônio

gov.br

Documento assinado digitalmente  
MARCELO JOSE SOARES  
Data: 25/03/2025 09:06:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Raoni Rêgo Soares  
Conselheiro Fiscal

gov.br

Documento assinado digitalmente  
RAONI REGO SOARES  
Data: 25/03/2025 10:41:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria de Fátima Guimarães e Silva  
Conselheira Fiscal

gov.br

Documento assinado digitalmente  
MARIA DE FATIMA GUIMARAES E SILVA  
Data: 25/03/2025 08:16:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andreza Albertina Guimarães e Silva Torres  
Conselheira Fiscal

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ANDREZZA ALBERTINA GUIMARAES E SILVA TORRES  
Data: 24/03/2025 15:45:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fillipe Fortunato Pereira Lamartine De Almeida  
OAB/PE 40.638

FILLIPE FORTUNATO  
PEREIRA LAMARTINE DE  
ALMEIDA:05293514474

Assinado de forma digital por  
FILLIPE FORTUNATO PEREIRA  
LAMARTINE DE  
ALMEIDA:05293514474  
Dados: 2025.03.24 14:09:11 -03'00'

1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes  
Cartório Eduardo Malta

Protocolado sob o nº 66145, em 27/03/2025 e registrado em Pessoa Jurídica sob o nº 10111, em 27/03/2025 09:23:35. Av Registro nº 10110 Emol R\$ 123,53 12% de FUNSEG e 1% de FERM) TSNR R\$ 27,45 FERC R\$ 13,73 RICARDO LUIZ DO NASCIMENTO SOUZA - Oficial Registrador. Selo 0074849.AZ001202501.05423 Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/sedigital](http://www.tjpe.jus.br/sedigital)

Escritório de Registro de Imóveis e Fiscalização do Município de Jaboatão dos Guararapes

Cartório Eduardo Malta  
Registro de TRD E PJ

-16111

CNPJ: 58.694.763/0001-60





*Assinado*



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Com base no Estatuto Social do INSTITUTO SAÚDE EXPRESS, entidade sem fins lucrativos situada à Rua Major Médico Vicente Fonseca de Matos, 448A, Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54440-370, CNPJ/MF 58.694.763/0001-60, convidamos os associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará em sua sede social no dia 24 de março de 2025, às 10:00 hs, em primeira convocação, com a maioria dos sócios com direito a voto, às 10:30 hs em segunda convocação, com a presença de no mínimo de 1/3 (um terço) dos sócios com direito a voto ou às 11:00 hs, em terceira convocação, com qualquer número de sócios com direito a voto, conforme Estatuto Social, para discutirem e deliberarem sobre os itens abaixo:

1º) Mudança no estatuto.

2º) Alteração do endereço do Instituto para Rua Coronel Waldemar Basgal, nº 158, Lj 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54400-170,

Jaboatão dos Guararapes, 21 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente

gov.br

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Data: 21/03/2025 17:19:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ABELARDO DE ANDRADE BORGES**

Presidente

CPF 105.051.244-83

1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes  
**Cartório Eduardo Malta**

Bel. José Eduardo Loya Malta - Tabelião Público  
Bel. José Almir da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Bel. Valdomiro Marques da Silva Júnior  
Bel. Douglas Andrade de Souza Corvelho - Substituto  
Rua Arão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE  
Fone: (81) 3035-5300 - [www.cartorioeduardomalta.com.br](http://www.cartorioeduardomalta.com.br)

Protocolado sob o nº 66145, em 27/03/2025 e registrado  
em Pessoa Jurídica sob o nº 10110, em 27/03/2025  
09:22:49. Av. Registro nº 9994 Emol. R\$ 123,53 (2% de  
FUNSEG e 1% de FERM) TSNR R\$  
27,45 FERC R\$ 13,73 RICARDO LUIZ DO  
NASCIMENTO SOUZA - Oficial Registrador. Selo  
0074849.FLW01202501.05422 Consulte  
autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selo digital](http://www.tjpe.jus.br/selo digital)

*RICARDO LUIZ DO NASCIMENTO SOUZA*  
Escrevente Autorizado



**Cartório Eduardo Malta**  
Registro de TRD E PJ

- 10110



CNPJ: 58.694.763/0001-60



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO SAÚDE EXPRESS  
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2025.**

Ao vigésimo quarto dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 10:00 horas, sede social do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, sito à Major Médico Vicente Fonseca de Matos, 448A, Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP - 54440-370, CNPJ/MF 58.694.763/0001-60, reuniram-se em caráter extraordinário, reuniram-se, em caráter extraordinário, associados fundadores e os associados efetivos para discutirem e deliberarem sobre os assuntos listados no Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de vinte e um de março de dois mil e vinte e cinco que a seguir transcrevemos: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** Com base no Estatuto Social do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, entidade sem fins lucrativos situada à Rua Major Médico Vicente Fonseca de Matos, 448A, Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP - 54440-370, CNPJ/MF 58.694.763/0001-60, convidamos os associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará em sua sede social no dia 24 de março de 2025, às 10:00h, em primeira convocação, com a maioria dos sócios com direito a voto, às 10:30h em segunda convocação, com a presença de no mínimo de 1/3 (um terço) dos sócios com direito a voto ou às 11:00h, em terceira convocação, com qualquer número de sócios com direito a voto, conforme Estatuto Social, para discutirem e deliberarem sobre os itens abaixo: 1º) Mudança no estatuto; 2º) Alteração do endereço do Instituto para Rua Coronel Waldemar Basgal, nº 158, Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP - 54400-170, Jaboatão dos Guararapes, 21 de março de 2025. **ABELARDO DE ANDRADE BORGES** Presidente CPF 105.051.244-83.

Encontravam-se presentes para a sessão: **Abelardo de Andrade Borges**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG nº 7583919 SDS/PE e CPF/MF: 105.051.244-83, residente e domiciliado na Rua Cleto Campelo 93 Heliópolis, Garanhuns / PE, **Roseane Vieira de Góis Soares**, brasileira, casada, gerente comercial, inscrita no RG nº 8.280.888 SDS/PE e CPF/MF: 082.835.534-70 residente e domiciliada na Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 300, Apto 702, Parnamirim, Recife / PE, **Sébastien José da Silva**, brasileiro, casado, farmacêutico/Bioquímico, inscrito no RG nº 938497 SDS/PE e CPF/MF: 102.261.254-91, residente e domiciliado na Rua Amélia Soares Paes, 49, Bela Vista, Belo, Belo Jardim / PE, **Maria de Fátima Guimarães e Silva**, brasileira, casada, Empresária, inscrita no RG nº 1316859, SDS/PE e CPF/MF: 100.482.354-15, residente e domiciliada na Rua Amélia Soares Paes, 49, Bela Vista, Belo, Belo Jardim / PE, **Andrezza Albertina Guimarães e Silva Torres**, brasileira, divorciada, empresária, inscrita no RG nº 5304838 SDS/PE e CPF/MF: 007.555.514-00, residente e domiciliado na Rua Tito Lívio Soares, 315, Apto 201 B, Poço, Recife / PE, **Raoni Rêgo Soares**, brasileiro, casado, Empresário, inscrito no RG nº 7.354.283 SDS/PE e CPF/MF: 014.176.474-00, residente e domiciliado na Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, 300, Apto 702, Parnamirim Recife / PE, **Marcelo José Soares**, brasileiro, casado, Artesão, inscrito no RG nº 1.617.450 SSP/PE e CPF/MF: 198.281.284-20, residente e domiciliado no Sítio Aroeira - Zona Rural, São José / PE, todos abaixo assinados com a ata de confirmação de presença.

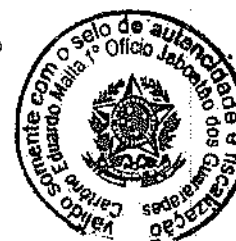
**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

- 10110



**SAÚDE  
EXPRESS**

Abertos os trabalhos foi aclamada para presidir a Sessão da Assembleia, o Sr. **Marcelo José Soares** e para secretariá-lo a Sra. **Maria de Fátima Guimarães e Silva**, ambos qualificados no parágrafo anterior.

Passando deliberar quanto ao Item 2º da Assembleia, com a finalidade de inclusão de finalidade deste instituto, **o atendimento móvel de serviços de saúde**, que por unanimidade dos votos foi aprovado.

Seguindo o edital de convocação em seu segundo item, foi informado pelo presidente da intenção de mudança de endereço da sede social deste instituto para melhor desenvolvimento de suas atividades, sendo sugerida a mudança para **Rua Coronel Waldemar Basgal, nº 158, Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54400-170** sendo esta mudança aprovada por unanimidade por todos aqui presentes. Desta forma fica, a partir de hoje, aprovada a mudança de endereço que seguirá as formalidades legais.

Nada mais havendo a ser tratado, o senhor Presidente da Sessão suspendeu os trabalhos para que, eu, **Maria de Fátima Guimarães e Silva**, servindo de secretária, lavrasse a presente ata, que lida foi achada conforme e que vai assinada por mim e pelo Presidente dos trabalhos.

Jaboatão dos Guararapes, 24 de março de 2025

**Maria de Fátima Guimarães e Silva**  
Secretária

**Marcelo José Soares**  
Presidente da Sessão

FILLIPE FORTUNATO  
PEREIRA LAMARTINE DE  
ALMEIDA:05293514474

Assinado de forma digital por FILLIPE  
FORTUNATO PEREIRA LAMARTINE DE  
ALMEIDA:05293514474  
Dados: 2025.03.24 14:09:56 -03'00'

**FILLIPE FORTUNATO PEREIRA LAMARTINE DE ALMEIDA**  
OAB/PE 40.638

**Cartório Eduardo Malta**  
Registro de TRD E PJ

- 10110

CNPJ: 58.694.763/0001-60



*[Handwritten signature]*



## ATA DE PRESENÇA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 24 DE MARÇO DE 2025

Documento assinado digitalmente

gov.br

**ABELARDO DE ANDRADE BORGES**  
Data: 25/03/2025 09:57:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ABELARDO DE ANDRADE BORGES - \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente

gov.br

**ROSEANE VIEIRA DE GÓIS SOARES**  
Data: 25/03/2025 09:42:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROSEANE VIEIRA DE GÓIS SOARES - \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente

gov.br

**SEBASTIAO JOSE DA SILVA**  
Data: 24/03/2025 16:46:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA - \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente

gov.br

**MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES E SILVA**  
Data: 25/03/2025 08:19:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES E SILVA - \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente

gov.br

**ANDREZZA ALBERTINA GUIMARÃES E SILVA TORRES**  
Data: 24/03/2025 15:50:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDREZZA ALBERTINA GUIMARÃES E SILVA TORRES - \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente

gov.br

**RAONI REGO SOARES**  
Data: 25/03/2025 10:44:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAONI RÊGO SOARES - \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente

gov.br

**MARCELO JOSE SOARES**  
Data: 25/03/2025 09:30:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCELO JOSÉ SOARES - \_\_\_\_\_

1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes - Bel. José Eduardo Loyo Malta - Tabelião Público  
**Cartório Eduardo Malta** - Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Bel. Valdomiro Marques da Silva Júnior  
Bel. Douglas Andrade de Souza Carvalho - Substituto  
Rua Arão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE  
Fone: (81) 3035-0300 - [www.cartorioeduardomalta.com.br](http://www.cartorioeduardomalta.com.br)  
Protocolado sob o nº 66145, em 27/03/2025 e registrado  
em Pessoa Jurídica sob o nº 10110, em 27/03/2025  
09:22:49. Av Registro nº 9994 Emol R\$ 123,53 (2% de  
FUNSEG e 1% de FERM) TSNR R\$  
27,45 FERC R\$ 13,73 RICARDO LUIZ DO  
NASCIMENTO SOUZA - Oficial Registrador. Selo  
0074849. FLW01202501.05422 Consulte  
autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital)



*[Handwritten signature]*  
**Escritor: L. de Nascimento Souza**  
**Escrevente Autorizado**

**Cartório Eduardo Malta**  
**Registro de TRD E PJ**

- 10110



CNPJ: 58.694.763/0001-60





## **CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE DE BAIXO RISCO**

A Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, atendendo solicitação da INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ nº. 58694763000160, imóvel de sequencial nº 1.501169.0, situado na RUA CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158 LJ 202 Lot SITIO CINCO IRMAOS - 4 TRECHO Quadra 0000P Lote 0003A - PIEDADE - Jaboatão dos Guararapes/PE - Cep: 54400-170 e a partir das informações devidamente prestadas, DECLARA que a(s) atividade(s) cadastrada(s) na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) nº - 9430800 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS, 7320300 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA, 8230001 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, 8599604 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, 8800600 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO, 9313100 - ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO, 9319101 - PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, 9411100 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS PATRONAIS E EMPRESARIAIS E 9499500 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE é enquadrada como de Baixo Risco ou Risco A, sendo dispensada dos Alvarás urbanísticos, ambiental e da vigilância sanitária além da vistoria inicial para o exercício contínuo e regular de suas atividades.

O empreendimento deverá manter-se regular com as demais obrigações e seu representante legal fica ciente que poderá receber fiscalização de rotina das equipes de controle do Município.

A presente Certidão, gerada eletronicamente através do Portal de Licenciamento Integrado do Jaboatão dos Guararapes, está em consonância com as legislações vigentes.

Jaboatão dos Guararapes, 29 de abril de 2025





Certidão válida até 29/04/2027

Código de controle da certidão **CLBR.FF20.825D.80CF**

Para verificar a autenticidade, acesse: <https://cidadao...>

**INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**  
**CNPJ - (MF) nº 58.694.763/0001-60**

**BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(valores expressos em R\$ 1,00)

A T I V O		P A S S I V O	
CIRCULANTE	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-
DISPONÍVEL	-	PATRIMÔNIO SOCIAL	-
CAIXA	-	PATRIMÔNIO SOCIAL	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	-

Notas Explicativas:

1. O INSTITUTO SAÚDE EXPRESS, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica própria, fundada em 19 de dezembro com sede e fórum nesta cidade de Jaboatão dos Guararapes, à Rua Major Vicente Fonseca de Matos, 448A Candeias, CEP: 54440-370, que congrega Entidades e pessoas físicas, sem discriminação de raça, credo, política, nacionalidade, sexo e condição social e regido por este Estatuto e disposições legais aplicáveis. O Estatuto Social foi registrado no 1º Ofício Cartório Eduardo Malta , protocolado sob nº 65533 e registrado em Pessoa Jur.sob nº 9994 em 26 de dezembro de 2024.

2. Associação terá como atividade principal ( CNAE 94.30-8-00) - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

3. As despesas se referem a serviços e taxas de abertura do INSTITUTO, bem como recebimento de doações para suprir tais despesas.

**Jaboatão (PE), 26 de dezembro de 2024.**

**Abelardo de Andrade Borges**  
CPF nº 105.051.244-83  
Presidente

**MIGUEL RENATO ALVES BEZERRA:03939171425**  
Assinado de forma digital por MIGUEL RENATO ALVES BEZERRA:03939171425  
Dados: 2025.04.29 11:12:26 -03'00'

**Miguel Renato Alves Bezerra**  
CPF nº 039.391.714-25 - CONTADOR - CRC/PE nº 26.955/O-2

Documento assinado digitalmente

**ABELARDO DE ANDRADE BORGES**  
Data: 29/04/2025 11:19:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO SAUDE EXPRESS**  
**CNPJ: 58.694.763/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:44:19 do dia 09/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/07/2025.

Código de controle da certidão: **B0BA.BFEE.E08D.A749**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2025.000004200072-10

Data de Emissão: 12/05/2025

## DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 58.694.763/0001-60

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **09/08/2025** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página [www.sefaz.pe.gov.br](http://www.sefaz.pe.gov.br).

**Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.**

OBSERVAÇÕES: NÃO INFORMADO



**Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes**  
**SEFAZ - SECRETARIA DA FAZENDA**  
**SEREC - SECRETARIA EXECUTIVA DA RECEITA**  
**GERÊNCIA DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS, ARRECAÇÃO E DÍVIDA ATIVA**

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Número 110.033**

De acordo com a legislação em vigor, certifico para os devidos fins que, dos lançamentos existentes, o contribuinte de que trata a presente certidão está REGULAR com suas obrigações tributárias, junto a esta Fazenda Municipal.

Tipo do Tributo	MERCANTIS, IMOBILIÁRIOS E OUTROS CRÉDITOS		
Inscrição Mercantil	135.672-0		
Sequencial Imobiliário	15011690		
Denominação	INSTITUTO SAUDE EXPRESS		
Nome de Fantasia	INSTITUTO SAUDE EXPRESS		
CNPJ/CPF	58.694.763/0001-60		
Logradouro	RUA CEL WALDEMAR BASGAL	158	LJ 202
Bairro/Distrito	PIEDADE		
Cidade/Estado/CEP	JABOATÃO DOS GUARARAPES / PE / 54400-170		
Atividade Principal	-ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREIT		
Cadastrado desde	01/2025		
Regime do ISS	3 - HOMOLOGADO		
Situação	ATIVO		
Observações:			

**\*\*\*CERTIDÃO VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS.\*\*\***

A Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes se reserva o direito de cobrar quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente, relativas aos tributos a que se refere a presente certidão.

Jaboatão dos Guararapes, 05 de JUNHO de 2025.

<b>Código de Validação</b>
PQOM27619

PREFEITURA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - SECRETARIA EXECUTIVA DA RECEITA  
 Av. Gal. Barreto de Menezes, 1648 - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes-PE  
 CEP:54.330-900 / email: nacdapjg@gmail.com



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 58.694.763/0001-60  
**Razão Social:** INSTITUTO SAUDE EXPRESS  
**Endereço:** R MAJOR MEDICO VICENTE FONSECA DE MATOS 448 AP 004 / CANDEIAS / JABOATAO DOS GUARARAPES / PE / 54440-370

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/05/2025 a 25/06/2025

**Certificação Número:** 2025052704336358823463

Informação obtida em 02/06/2025 20:25:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

CNPJ: 58.694.763/0001-60

Certidão nº: 1684528/2025

Expedição: 09/01/2025, às 13:59:10

Validade: 08/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº **58.694.763/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 17/06/2025 10:15:02

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUTO SAUDE EXPRESS**  
CNPJ: **58.694.763/0001-60**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO

## **Atestado de Capacidade Técnica**

Declaramos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.694.763/0001-60, situada a Rua Cel. Waldemar Basgal, 158 – Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54440-370 instituição sem fins lucrativos, com experiência em desenvolvimento humano, em parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Egito, inscrita no CNPJ sob o nº 11.354.180/0001-26, situada na Praça Seresteiro João Pequeno, s/n, Centro, São José do Egito, PE, realizou com sucesso o projeto Caravana da Saúde, com atividades de Saúde da Carreta da Saúde disponibilizando exames de endoscopia digestiva, ultrassonografia, holter, ecocardiograma e eletrocardiograma, nos dias 05 e 09 de maio de 2025, na Rua Dom José Pereira Alves, Centro, São José do Egito/PE.

Declaramos que a equipe técnica do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** possui capacidade técnica para realizar projetos nas áreas acima citadas.

O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** cumpriu pontualmente com as obrigações assumidas no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto solicitado, nada tendo que o desabone.

São José do Egito/PE, 12 de maio de 2025.

FREDSON HENRIQUE DE  
OLIVEIRA BRITO:93529430404

Assinado de forma digital por FREDSON  
HENRIQUE DE OLIVEIRA BRITO:93529430404  
Dados: 2025.05.12 11:28:29 -03'00'

**Fredson Henrique de Oliveira Brito**  
**Prefeito**  
Prefeitura Municipal de São José do Egito/PE

## Atestado de Capacidade Técnica

Declaramos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.694.763/0001-60, situada a Rua Cel. Waldemar Basgal, 158 – Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54440-370 instituição sem fins lucrativos, com experiência em desenvolvimento humano, em parceria com a Prefeitura Municipal de Tuparetama, inscrita no CNPJ sob o nº 11.358.124/0001-60, situada na Av. Central, s/n, Centro, Tuparetama, PE, realizou com sucesso o projeto Caravana da Saúde, com atividades de Saúde da Carreta da Saúde disponibilizando exames de endoscopia digestiva, ultrassonografia, holter, ecocardiograma e eletrocardiograma, nos dias 08 e 09 de abril de 2025, no Pátio de Eventos.

Declaramos que a equipe técnica do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** possui capacidade técnica para realizar projetos nas áreas acima citadas.

O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** cumpriu pontualmente com as obrigações assumidas no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto solicitado, nada tendo que o desabone.

Tuparetama/PE, 12 de Maio de 2025.

DIOGENES TORRES DA  
 COSTA  
 PATRIOTA:04410925431

Assinado de forma digital por DIOGENES TORRES DA COSTA  
 PATRIOTA:04410925431  
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=CERTIFICADO DIGITAL, ou=Certificado  
 Digital PF A3, ou=45616309000149, ou=AC SyngularID Multipla,  
 cn=DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA:04410925431  
 Dados: 2025.05.12 11:22:29 -03'00'

**DIOGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA**  
**PREFEITO**

Prefeitura Municipal de Tuparetama

**CNPJ nº 11.358.124/0001-60**

**Av. Central, s/n – Centro – Tuparetama/PE – CEP: 56760-000 Fone/Fax: (87) 3828-1156**

**Site: [www.tuparetama.pe.gov.br](http://www.tuparetama.pe.gov.br) – E-mail: [gabinete@tuparetama.pe.gov.br](mailto:gabinete@tuparetama.pe.gov.br)**

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
 Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



### **Atestado de Capacidade Técnica**

Declaramos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.694.763/0001-60, situada a Rua Cel. Waldemar Basgal, 158 – Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54440-370 instituição sem fins lucrativos, com experiência em desenvolvimento humano, em parceria com a **Prefeitura Municipal de Iguaçu**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.368.966/0001-00, situada na Praça Antônio Rabelo, nº 02, Centro, Iguaçu - PE, realizou com êxito o projeto Caravana da Saúde, com atividades de Saúde da Carreta da Saúde disponibilizando exames de endoscopia digestiva, ultrassonografia, mapa, holter, ecocardiograma, eletrocardiograma e consultas especializadas, nos dias 29 e 30 de maio de 2025, as margens da PE - 292 em frente ao Centro de Artesanato em Iguaçu/PE.

Declaramos que a equipe técnica do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** possui capacidade técnica para realizar projetos nas áreas acima citadas.

O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** cumpriu pontualmente com as obrigações assumidas no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto solicitado, nada tendo que o desabone.

**Iguaçu/PE, 05 de junho de 2025.**

PEDRO ALVES DE  
OLIVEIRA  
NETO:07796528434

Assinado de forma digital por  
PEDRO ALVES DE OLIVEIRA  
NETO:07796528434  
Dados: 2025.06.05 12:04:53  
-03'00'

---

**Dr. Pedro Alves de Oliveira Neto**  
**Prefeito**  
**Prefeitura Municipal de Iguaçu/PE**



### Atestado de Capacidade Técnica

Declaramos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.694.763/0001-60, situada a Rua Cel. Waldemar Basgal, 158 – Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54440-370 instituição sem fins lucrativos, com experiência em desenvolvimento humano, em parceria com a **Prefeitura Municipal de Ingazeira**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.347.888/0001-97, situada à Rua Albino Feitosa, nº 37 - Ingazeira - PE, realizou com êxito o projeto Caravana da Saúde, com atividades de Saúde da Carreta da Saúde disponibilizando exames de endoscopia digestiva, ultrassonografia, mapa, holter, ecocardiograma, eletrocardiograma e consultas especializadas de Ortopedia, Neurologia e Gastroenterologia, nos dias 27 e 28 de maio de 2025, realizado Centro de Acolhida Especial em Ingazeira/PE.

Declaramos que a equipe técnica do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** possui capacidade técnica para realizar projetos nas áreas acima citadas.

O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** cumpriu pontualmente com as obrigações assumidas no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto solicitado, nada tendo que o desabone.

**Ingazeira/PE, 05 de junho de 2025.**

Luciano Torres  
Martins:310523  
63415

Assinado de forma digital  
por Luciano Torres  
Martins:31052363415  
Dados: 2025.06.05  
21:45:14 -03'00'

**Luciano Torres Martins**  
**Prefeito**  
**Prefeitura Municipal de Ingazeira/PE**



## SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

### Atestado de Capacidade Técnica

Declaramos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.694.763/0001-60, situada a Rua Major Médico Vicente Fonseca Matos, 448, Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54440-370 instituição sem fins lucrativos, com experiência em desenvolvimento humano, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, inscrita no CNPJ sob o nº 10.377.679/0001-96, situada na Av. Barreto de Menezes, 1648, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes, PE, realizou com sucesso o projeto da Caravana Jaboatão da Gente, com atividades de Saúde, Assistência Social, Lazer, Atividades Culturais, Capacitação Profissional e Direitos dos Animais, em 20/03/2025.

Declaramos que a equipe técnica do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** possui capacidade técnica para realizar projetos nas áreas acima citadas.

O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** cumpriu pontualmente com as obrigações assumidas no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto solicitado, nada tendo que o desabone.

Jaboatão dos Guararapes/PE, 24 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EUGENIO DANIEL DE MELO PESSOA LEITE  
 Data: 25/03/2025 14:37:24-0300  
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Daniel Pessoa**  
**Secretário**  
 Secretaria Municipal de Governo



#### Complexo Administrativo

Estrada da Batalha 1200 Galpão N - Jardim Jordão,  
 Jaboatão dos Guararapes - PE | CEP: 54.315-570



### Atestado de Capacidade Técnica

Declaramos que o **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.694.763/0001-60, situada a Rua Cel. Waldemar Basgal, 158 – Loja 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP – 54440-370 instituição sem fins lucrativos, com experiência em desenvolvimento humano, em parceria com a Fundo Municipal de Saúde de Tabira, inscrita no CNPJ sob o nº 10.687.065/0001-00, situada na Av Raimundo Ferreira, s/n, Bairro João Cordeiro, Tabira, PE, realizou com sucesso o projeto Caravana da Saúde, com atividades de Saúde da Carreta da Saúde disponibilizando exames de endoscopia digestiva, ultrassonografia, holter, ecocardiograma e eletrocardiograma, consultas e outros procedimentos médicos nos dias 17 a 20 de maio de 2025.

Declaramos que a equipe técnica do **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** possui capacidade técnica para realizar projetos nas áreas acima citadas.

O **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS** cumpriu pontualmente com as obrigações assumidas no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto solicitado, nada tendo que o desabone.

Tabira/PE, 28 de maio de 2025.

Atenciosamente,

**MARIA ROZINEIDE DO NASCIMENTO**  
Secretária

Documento assinado digitalmente  
**MARIA ROZINEIDE DO NASCIMENTO**  
Data: 28/05/2025 13:28:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TABIRA**  
**SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**CREDENCIAMENTO Nº 00003/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025**

**CONTRATO Nº: 00020/2025-SDC**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TABIRA E INSTITUTO SAUDE EXPRESS, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Fundo Municipal de Saúde de Tabira - Av Raimundo Ferreira, SN - Joao Cordeiro - Tabira - PE, CNPJ nº 10.687.065/0001-00, neste ato representado pelo Secretário de Saúde Maria Rozineide do Nascimento, Brasileira, Divorciada, Empresária, residente e domiciliado na Rua Senador Paulo Guerra, 53 - Casa - Fatima Dois - Afogados da Ingazeira - PE, CPF nº 282.417.278-95, Carteira de Identidade nº 5293947 SDS/PE, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado INSTITUTO SAUDE EXPRESS - RUA CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158 - PIEDADE - JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, CNPJ nº 58.694.763/0001-60, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00003/2025, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.878, de 09 de Janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi devidamente autorizada, tem por objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, durante os dias 17 até 20 de maio do ano de 2025, visando atender ao Fundo Municipal de Tabira - PE.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, procedimento auxiliar de Credenciamento nº 00003/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 80.150,00 (OITENTA MIL E CENTO E CINQUENTA REAIS), por diária, sendo que serão no máximo 04 (quatro) dias de evento, será de R\$ 320.600,00 (trezentos e vinte mil reais e seiscentos reais).

1 - LOTE ÚNICO - Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem, Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares a serem realizados em Unidade Móvel Itinerante

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 61 (sessenta e um) Exames de Cardiologia (25 Eletrocardiograma, 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Teste Ergométrico); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 01 (um) técnico em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 01 (um) Mapa 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.	Diária	1
<b>Total do Lote:</b>			80.150,00
<b>Total:</b>			80.150,00



**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO AMPLO - REPACTUAÇÃO:**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, os preços poderão ser repactuados após o interregno de um ano, com data vinculada: à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

O Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

É vedado ao Contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação processada com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

O registro da variação do valor contratual para fazer face à repactuação de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento de toda a documentação prevista no § 6, do Art. 135, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

Fundo Municipal de Saúde de Tabira

Recursos próprios

Recursos Federais de Programas/Emenda Parlamentar

Dotações prevista no QDD 2025

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Após prestação dos serviços, até 31 de dezembro de 2025

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 15 (quinze) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;



- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, sob pena da mesma multa aplicada pela infração administrativa de dar causa à inexecução total da contratação, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do presente contrato, na forma estabelecida no Art. 50, da Lei 14.133/21;
- j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.



- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:


Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Tabira.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Tabira - PE, 15 de Maio de 2025.

TESTEMUNHAS





PELO CONTRATANTE

  
MARIA ROZINEIDE DO NASCIMENTO  
Secretário de Saúde  
282.417.278-95

PELO CONTRATADO



Documento assinado digitalmente

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Data: 15/05/2025 18:22:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

INSTITUTO SAUDE EXPRESS

## DECLARAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025


PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

A empresa: INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ Nº 58.694.763/0001-60, Endereço: R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158, LJ 202, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, por intermédio do seu representante legal: ABELARDO DE ANDRADE BORGES, inscrito sob o RG de número 7573919 e CPF 105.051.244-83. **DECLARA:**

Que seus sócios e diretores não ocupam cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Sistema Único de Saúde a nível Municipal, Estadual ou Federal, nos termos do parágrafo 4º do art. 26 da Lei nº 8080/90.

Juru – PB, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **ABELARDO DE ANDRADE BORGES**  
Data: 17/06/2025 10:50:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Representante Legal da Empresa

CNPJ: 58.694.763/0001-60

 INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
CENTRAL JUDICIÁRIA DE PROCESSAMENTO REMOTO DE 1º GRAU  
NÚCLEO DE REVISORES E CERTIFICADORES

## CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**CERTIFICO**, por me haver sido pedido, que, conforme pesquisa realizada no sistema JUDWIN, no período de **10 (dez) anos até a presente data**, **não encontrei** processo de Falência ou Recuperação Judicial **DISTRIBUÍDO**, no âmbito da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em 1º Grau, nas **Varas Cíveis**, em face de:

**INSTITUTO SAUDE EXPRESS**  
**CNPJ nº 58.694.763/0001-60**

Essa Certidão não inclui os processos distribuídos antes do prazo estipulado na pesquisa, ainda que em tramitação.

Essa Certidão não inclui os processos eletrônicos do PJE, sendo possível obter as certidões relativas a tais processos diretamente no site [www.tjpe.jus.br/certidaopje/](http://www.tjpe.jus.br/certidaopje/).

O teor dessa Certidão não se altera com o decurso do tempo, visto que não há mais a distribuição de processos físicos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

O referido é verdade. Dou fé.

Data conforme assinatura eletrônica por meio do sistema de Autenticação.



Documento autenticado por: Rebeca de Araujo Barros Lima  
TECNICO JUD/FUNCAO JUD-TPJ - Informação  
Autenticado em 17/01/2025 às 13:34  
Anexo: Doc empresa Doc 77980/25 Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.  
<https://autenticadocumentos.tjpe.jus.br>

Autenticação:  
W3.H3.53.K4.DE







<b>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>CARTÓRIO ÚNICO DISTRIBUIDOR</b> <b>DA COMARCA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE</b>
--

**CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL**  
**VALIDADE 180 DIAS DA EMISSÃO**  
**SEM NÚMERO EM RAZÃO DO TRABALHO REMOTO**

**CERTIFICO**, por me haver sido solicitado por e-mail, por pessoa interessada, **e, em razão da justificativa apresentada referente a urgência na emissão da certidão**, e para os fins a que esta se destina, que dando busca no **Sistema Judwin de Informatização** que atende o Poder Judiciário Estadual, onde são lançadas as distribuições de ofício, a meu cargo, **seção CÍVEL**, no período de **(10) dez anos** até a presente data, verifiquei **NÃO CONSTAR** registro de distribuição de **Ações Cíveis de TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA, MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL, OU QUALQUER OUTRO FEITO CÍVEL** neste município em face **INSTITUTO SAÚDE EXPRESS.**, CNPJ: **58.694.763/0001-60**.

Certifico ainda que devem ser obtidas certidões quanto aos processos eletrônicos do PJE, abrangendo todas as comarcas de PE, diretamente no site [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br).

**ESSA CERTIDÃO NÃO INCLUI PROCESSOS DISTRIBUÍDOS ANTES DO PRAZO ESTIPULADO NA PESQUISA, AINDA QUE EM TRAMITAÇÃO, BEM COMO NÃO INCLUI PROCESSOS DO PJE.**

O certificado é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, aos 20 dias **(VINTE)** do mês de janeiro **(01)**, do ano de dois mil e vinte e cinco **(2025)**. Eu **PAULO RICARDO FERREIRA** Técnico Judiciário, Mat. nº **185505-0**, procedi com as buscas, digitei e assino.

**PAULO RICARDO**

**FERREIRA:1855050**

Assinado de forma digital por  
PAULO RICARDO  
FERREIRA:1855050

Dados: 2025.01.20 13:16:38  
-03'00'

**Obs.:** sem cobrança de taxa em cumprimento ao ofício nº 12 de 04/07/2016

Fórum da Comarca de Jaboatão dos Guararapes - Av. Barreto de Menezes, 636 - Prazeres  
Jaboatão dos Guararapes - Fone: 34615603/04  
CEP - 54330-000

## DECLARAÇÃO


CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

A empresa: INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ Nº 58.694.763/0001-60, Endereço: R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158, LJ 202, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, por intermédio do seu representante legal: ABELARDO DE ANDRADE BORGES, inscrito sob o RG de número 7573919 e CPF 105.051.244-83. **DECLARA:**

Que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da CF de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Juru – PB, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Data: 17/06/2025 10:51:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Representante Legal da Empresa

CNPJ: 58.694.763/0001-60

 INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



## DECLARAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

A empresa: INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ Nº 58.694.763/0001-60, Endereço: R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158, LJ 202, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, por intermédio do seu representante legal: ABELARDO DE ANDRADE BORGES, inscrito sob o RG de número 7573919 e CPF 105.051.244-83. **DECLARA:**

Que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidos no presente Edital, bem como de que realizará todos procedimentos que se propõe, e que qualquer alteração deverá ter a anuência expressa da administração.

Juru – PB, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Data: 17/06/2025 10:52:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Representante Legal da Empresa

CNPJ: 58.694.763/0001-60

✉ INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.

## DECLARAÇÃO


CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

A empresa: INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ Nº 58.694.763/0001-60, Endereço: R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158, LJ 202, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, por intermédio do seu representante legal: ABELARDO DE ANDRADE BORGES, inscrito sob o RG de número 7573919 e CPF 105.051.244-83. **DECLARA:**

Que sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Juru – PB, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **ABELARDO DE ANDRADE BORGES**  
Data: 17/06/2025 10:52:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Representante Legal da Empresa

CNPJ: 58.694.763/0001-60

 [INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM](mailto:INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM)

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



## DECLARAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

A empresa: INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ Nº 58.694.763/0001-60, Endereço: R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158, LJ 202, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, por intermédio do seu representante legal: ABELARDO DE ANDRADE BORGES, inscrito sob o RG de número 7573919 e CPF 105.051.244-83. **DECLARA:**

- Que tem ciência dos termos do Edital;
- Que até a presente data inexistir fato impeditivo;
- Que não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;
- Que não utilizar trabalho degradante ou forçado;
- Que cumpra a reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;
- Que cumpra os requisitos para a habilitação e da proposta;
- Que tem ciência e observância do limite de contratação com a Administração

Pública.

Juru – PB, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**ABELARDO DE ANDRADE BORGES**  
Data: 17/06/2025 10:54:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
Representante Legal da Empresa

CNPJ: 58.694.763/0001-60

✉ INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



DETRAN- PE

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

01213547528

PLACA

BWE6J92

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2019

ANO MODELO

2020

NÚMERO DO CRV

254328662996



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

66440816140

CAT

\*\*\*

MARCA / MODELO / VERSÃO

SR/TRUCKVAN MC 2E

ESPÉCIE / TIPO

ESPECIAL SEMI-REBOQUE

PLACA ANTERIOR / UF

BWE6992/SP

CHASSI

97VTRA152L1000431

COR PREDOMINANTE

PRETA

COMBUSTÍVEL

Documento emitido por Portal de Serviços Denatran (3895e06) em 28/04/2025 às 11:28:21.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

PARTICULAR

CAPACIDADE

6.4

POTÊNCIA/CILINDRADA

0CV/\*\*\*\*

PESO BRUTO TOTAL

20.0

MOTOR

000000000000000000000000

CMT

\*.\*

EIXOS

2

LOTAÇÃO

00P

CARROCERIA

TRAILER

NOME

CENTRO ESPEC MONSERRATE LTDA

CPF / CNPJ

52.990.273/0001-24

LOCAL

BELO JARDIM PE

DATA

10/04/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

\*

DATA DE QUITAÇÃO

\*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO  
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

\*

CUSTO DO  
BILHETE (R\$)

\*

CUSTO EFETIVO  
DO SEGURO (R\$)

\*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
TRÂNSITO (R\$)

\*

VALOR DO IOF (R\$)

\*

VALOR TOTAL A SER PAGO  
PELO SEGURADO (R\$)

\*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

**Fotos do Espaço Físico do interior da Unidade Móvel disponibilizada para o atendimento da população do município de acordo com ABNT-NBR**



CNPJ: 58.694.763/0001-60



INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.





CNPJ: 58.694.763/0001-60

INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



CNPJ: 58.694.763/0001-60



INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.





CNPJ: 58.694.763/0001-60



INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.





CNPJ: 58.694.763/0001-60



INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



CNPJ: 58.694.763/0001-60

✉ INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.





CNPJ: 58.694.763/0001-60



INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



CNPJ: 58.694.763/0001-60



INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.





CNPJ: 58.694.763/0001-60

✉ INSTITUTOSAÚDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77930/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D7545524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



Prefeitura de  
**Belo Jardim**  
Cuidando do presente e preparando o futuro  
Secretaria de Saúde

# LICENÇA SANITÁRIA DE FUNCIONAMENTO

Exercício: **2025**

Código: 4.4.102.0008.2262.25

Registrado no Livro: 005

Página: 134

Seção: SESSEP – SEÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Razão Social: CENTRO ESPECIALIZADO MONSERRATE LTDA – ME

Nome de Fantasia: CEM – CENTRO ESPECIALIZADO MONSERRATE

Inscrição Estadual: ISENTO

CNPJ: 52.990.273/0001-24

Inscrição Mercantil: 10163225

Atividade Principal: LABORATÓRIOS CLÍNICOS

Atividade Secundária: ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL, RESTRITA A CONSULTAS

Natureza: SERVIÇO MÓVEL DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL

Endereço: TRAVESSA SIQUEIRA CAMPOS

Nº 26

Telefone: (81) 98161-6232

Bairro ou Localidade: CENTRO

Responsabilidade Técnica: SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA

Conselho: CRF/PE Nº 00802

Responsável Legal: SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA

De acordo com a legislação sanitária e disposições regulamentares em vigor, o estabelecimento acima qualificado está apto a funcionar. Em caso de infração à legislação vigente, esta licença sanitária poderá ser suspensa temporariamente ou definitivamente pela autoridade sanitária.

**ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER RENOVADO ANUALMENTE ATÉ 28 DE FEVEREIRO.**

DATA DE EMISSÃO: 03/04/2025

  
FABIO JOSÉ SOARES VIEIRA  
COORD. VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
BELO JARDIM - PE

  
Tânia Cristinne Araújo  
Secretária Executiva  
Secretaria Municipal de Saúde  
Belo Jardim - PE



**ESTE DOCUMENTO DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO E A FISCALIZAÇÃO**

Anexo - Doc empresa, Doc. 77930/25, Data: 11/08/2025 08:53, Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



## CONTRATO DE LOCAÇÃO

**INSTITUTO SAÚDE EXPRESS**, CNPJ: 58.694.763/0001-60, localizado na Rua Waldemar Basgal n. 1258 Sala 202, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE CEP: 54400-171, neste ato representado por seu Presidente, Abelardo de Andrade Borges, CPF: 105.051.244-83. **LOCATÁRIO**

**CENTRO ESPECIALIZADO MONSERRATE LTDA**, localizado na travessa Siqueira Campos, 26, Centro, Belo Jardim - PE CEP: 55150-001, neste ato representado por Sebastião José da Silva CPF: 102.261.254-91 **LOCADOR**,

### **Introdução:**

Este contrato estabelece os termos para a locação do caminhão carreta, definindo as condições de uso, pagamento e responsabilidades das partes.

### **Cláusula 1: Objeto do Contrato**

O locador concede ao locatário, que aceita, a locação do caminhão SR/TRUCKVAN MC 2E, placa: BWE6992, cor preta, ano/modelo: 2019/2020, nas condições aqui estabelecidas.

### **Cláusula 2: Prazo da Locação**

O prazo da locação é de 12 meses, iniciando-se em 01/04/2025 e terminando em 01/04/2026.

### **Cláusula 3: Valor e Forma de Pagamento**

O valor mensal da locação é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser pago através de transferência eletrônica ou PIX para o Locador.

### **Cláusula 4: Uso do Caminhão**

O locatário se compromete a utilizar o caminhão exclusivamente para fins ações de prestação de serviço de saúde e a mantê-lo em bom estado de conservação.

### **Cláusula 5: Responsabilidades do Locatário**

O locatário é responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados ao caminhão durante o período de locação, bem como por multas ou infrações cometidas no uso do veículo.

### **Cláusula 6: Devolução do Caminhão**

Ao final do contrato, o locatário se compromete a devolver o caminhão nas mesmas condições em que o recebeu, exceto pelo desgaste natural do uso.


### **Cláusula 7: Documentos do Caminhão**

Este contrato é acompanhado de cópia dos documentos do caminhão, que devem estar em dia e em nome do locador.



Feito em Jaboatão dos Guararapes, 01 de abril de 2025

  
LOCATÁRIO: CENTRO ESPEC MONSERRATE LTDA

  
LOCADOR: INSTITUTO SAÚDE EXPRESS



## PLANILHA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS – POR COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DIÁRIO

CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

A empresa: INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ Nº 58.694.763/0001-60, Endereço: R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158, LJ 202, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, por intermédio do seu representante legal: ABELARDO DE ANDRADE BORGES, inscrito sob o RG de número 7573919 e CPF 105.051.244-83, na qualidade de responsável legal pela proponente venho à presença de Vossa Senhoria apresentar nossos valores conforme abaixo:

Lote	Item	Serviço	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Exame de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico a ser realizado por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	25	Exame	R\$ 300,00	R\$ 7.500,00
1	2	Kit de Exames de Cardiologia – Total de 36 procedimentos, sendo 25 Eletrocardiograma, 25 Ecocardiograma, 05 Mapa, 01 Holter e 05 Teste Ergométricos, a serem realizados por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	01	Kit Exames	R\$ 6.100,00	R\$ 6.100,00

CNPJ: 58.694.763/0001-60

✉ INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.

1	3	Exame de Ultrassonografia nos diversos sistemas, a ser realizado por profissional médico especialista em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos	40	Exame	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
1	4	Consulta médica nas seguintes especialidades: endocrinologia, neurologia, psiquiatria, clínica geral, dermatologia, urologia, cardiologia, ginecologia, geriatria, reumatologia, ortopedia, Proctologia, gastroenterologia, com todos os insumos inclusos	25	Consulta	R\$ 250,00	R\$ 6.250,00
1	5	01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 01 (um) Mapa 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do	01	Diária	R\$ 30.500,00	R\$ 30.500,00


CNPJ: 58.694.763/0001-60

 INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
 Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.

		contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral				
1	6	Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 01 (um) técnico em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança	01	Diária por profissional	R\$ 1.250,00	R\$ 10.000,00
1	7	Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01 (um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista	01	Diária por profissional	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00
1	8	Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento realizado por profissional experiente e capacitado, com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias	01	Diária	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Valor Total:					R\$ 80.150,00	

Juru – PB, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **ABELARDO DE ANDRADE BORGES**  
 Data: 17/06/2025 10:54:58-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
 Representante Legal da Empresa

CNPJ: 58.694.763/0001-60

 INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
 Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.

## PROPOSTA DE PREÇO

CREDENCIAMENTO Nº 00008/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250609CD00008

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru – PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

A empresa: INSTITUTO SAUDE EXPRESS, CNPJ Nº 58.694.763/0001-60, Endereço: R CORONEL WALDEMAR BASGAL, 158, LJ 202, PIEDADE, JABOATAO DOS GUARARAPES - PE, por intermédio do seu representante legal: ABELARDO DE ANDRADE BORGES, inscrito sob o RG de número 7573919 e CPF 105.051.244-83, na qualidade de responsável legal pela proponente venho à presença de Vossa Senhoria apresentar nossos valores conforme abaixo:

Lote	Item	Serviço	Quant	Unid	Preço Unitário	Total
1	1	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS REALIZADOS: 25 (vinte e cinco) Exames de Endoscopia Digestiva Alta e/ou Diagnóstico; 36 (trinta e seis) Exames de Cardiologia (sendo 25 Eletrocardiograma ou 25 Ecocardiograma, 5 Mapa, 1 Holter e 5 Testes Ergométricos); 40 (quarenta) Exames de Ultrassonografia nos diversos sistemas; 25 (vinte e cinco) Consultas médica diversas; todos os exames e consultas a serem realizados por profissionais médicos especialistas em unidade móvel de saúde, com todos os insumos inclusos; com Equipe de Apoio incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) motorista, 01 (um) gerente de evento, 01 (um) auxiliar de montagem, 02 (dois) técnicos em enfermagem, 02 (dois) enfermeiros, 01 (um) diretor médico e 01 (um) segurança; Equipe Médica incluída com todas as despesas de alimentação, hospedagem e diárias, contendo no mínimo: 01 (um) cardiologista, 01	02	Diária	R\$ 80.150,00	R\$ 160.300,00

CNPJ: 58.694.763/0001-60

✉ INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.




	<p>(um) gastroenterologista e 01 (um) ultrassonografista; Serviço de Consultoria, Assessoria e Planejamento de evento; disponibilização de 01 (uma) Unidade Móvel Semirreboque, adequada para atividades de Saúde, furgão de alumínio com no mínimo 15 metros, com 1 sala de avanço, porta padrão com escada removível, plataforma elevatória PCD, escada removível, climatização, sistema elétrico completo e um gerador a diesel de no mínimo 40KVA, com 2 eixos e suspensão pneumática, projetado para se deslocar em vias pavimentadas ou não, de topografia plana ou acidentada com dimensões mínimas de comprimento 15 metros, largura 2600, altura externa 4200, avanço lateral, contendo no mínimo os seguintes Equipamentos Médicos Hospitalares: 01 (um) Ultrassom com Doppler colorido, 01 (um) Eletrocardiograma, 01 (um) Ecocardiograma, 01 (um) Holter 24 horas, 05 (cinco) Mapas 24 horas, 01 (um) Teste Ergométrico, 01 (um) Aparelho de Endoscopia e Anestesia, com no mínimo 12 (doze) horas a disposição do contratante, com combustível e gerador incluso, seguro obrigatório, material de limpeza, pastas, papelaria e lanches inclusos, medicamentos e insumos em geral.</p>				
--	--	--	--	--	--

Valor Global: R\$ 160.300,00 (Cento e sessenta mil e trezentos reais)

Validade: 60 dias

Juru – PB, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
 Data: 17/06/2025 10:55:45-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ABELARDO DE ANDRADE BORGES  
 Representante Legal da Empresa

CNPJ: 58.694.763/0001-60

 INSTITUTOSAUDEEXPRESS@HOTMAIL.COM

Anexo - Doc empresa. Doc. 77980/25. Data: 11/08/2025 08:53. Responsável: SOLANGE M. F. BARBOSA.  
 Impresso por convidado em 01/10/2025 11:04. Validação: D754.5524.F5CB.03CF.C26F.83E6.81EF.6C91.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Juru**  
**Gabinete da Prefeita**

**P O R T A R I A**  
**Nº 002/2024**

**DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE  
GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS  
NO MUNICÍPIO DE JURU E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JURU**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 79, inciso I e IX da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 c/c Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 6º, LX e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 124/2024, que dispõe sobre as regras de atuação demais disposições das funções do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, Gestor e Fiscal dos contratos;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 8º, art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 124/2024, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos celebrados pela Prefeitura Municipal de Juru:

I – Gestor dos Contratos: **WENDEL MARCOLINO RAMOS**, Mat.: nº 1841;

II – Fiscal dos Contratos: **JOSÉ ALVES DA SILVA**, Mat.: nº 808 e **CASSIANO SEVERINO DA SILVA**, Mat.: 1781.

**Art. 2º** - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de designação até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogada por interesse da administração pública municipal.

**Parágrafo único.** Na hipótese de haver prorrogações dos contratos, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração, com nomeação de novo Gestor e Fiscais.

**Art. 3º** - As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 124/2024.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Juru**  
**Gabinete da Prefeita**

**Art. 5º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Juru,  
Estado da Paraíba, em 02 de janeiro de 2024.



**SOLANGE MARIA FÉLIX BARBOSA**  
Prefeita Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURÚ**

REFERENTE: PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido procedimento auxiliar de Credenciamento:

Objeto: O presente CREDENCIAMENTO PÚBLICO tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser licitado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos não Vinculados de Impostos:a

Juru - PB, 06 de Junho de 2025.

---

DIEGO ALVES RAMOS  
Secretário de Finanças





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Juru**  
**Gabinete da Prefeita**

**P O R T A R I A**  
**Nº 002/2024**

**DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE  
GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS  
NO MUNICÍPIO DE JURU E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JURU**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 79, inciso I e IX da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 c/c Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 6º, LX e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 124/2024, que dispõe sobre as regras de atuação demais disposições das funções do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, Gestor e Fiscal dos contratos;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 8º, art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 124/2024, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos celebrados pela Prefeitura Municipal de Juru:

I – Gestor dos Contratos: **WENDEL MARCOLINO RAMOS**, Mat.: nº 1841;

II – Fiscal dos Contratos: **JOSÉ ALVES DA SILVA**, Mat.: nº 808 e **CASSIANO SEVERINO DA SILVA**, Mat.: 1781.

**Art. 2º** - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de designação até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogada por interesse da administração pública municipal.

**Parágrafo único.** Na hipótese de haver prorrogações dos contratos, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração, com nomeação de novo Gestor e Fiscais.

**Art. 3º** - As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 124/2024.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Juru**  
**Gabinete da Prefeita**

**Art. 5º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Juru,  
Estado da Paraíba, em 02 de janeiro de 2024.



**SOLANGE MARIA FÉLIX BARBOSA**  
Prefeita Constitucional



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 11/08/2025 às 08:52:59 foi protocolizado o documento sob o Nº 101881/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Juru, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por SOLANGE MARIA FELIX BARBOSA.

Número do Contrato: 000001592025

Data da Publicação: 26/06/2025

Data da Assinatura: 26/06/2025

Data Final do Contrato: 31/12/2025

Valor Contratado: R\$ 160.300,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação emergencial e urgente de Serviços Médicos de Diagnósticos por Imagem (Endoscopia, Cardiologia e Ultrassonografia), Consultas, Exames e Procedimentos Médicos Complementares e Especializados de Média e Alta Complexidade, a serem realizados, exclusivamente, em Unidade Móvel Itinerante, com emissão de Laudos e Insumos inclusos, visando atender ao Fundo Municipal de Saúde de Juru PB, conforme diárias, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus respectivos anexos.

Contratado (Nome): Instituto Saude Express

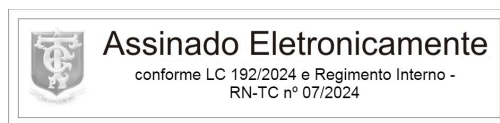
Contratado (CNPJ): 58.694.763/0001-60

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 32

Documento	Informado?	Autenticação
Anexo - Doc empresa	Sim	d7545524f5cb03cfc26f83e681ef6c91
Comprovante de publicidade	Sim	e1931dd15cc3afaa816d8957beb28a9b
Comprovantes de regularidade da contratada	Não	
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	f520a480594da7a0366d3bc5f8ff7e74
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	03d19326d112cb95e38ed2dd6df4ec83
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	9a96867577cf4e6a30e3ee8745c21e80
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	9a96867577cf4e6a30e3ee8745c21e80
Designação do gestor do contrato	Sim	9a96867577cf4e6a30e3ee8745c21e80

**João Pessoa, 11 de Agosto de 2025**



**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**



**Documento:** 77930/25**Subcategoria:** Licitações**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Juru**Exercício:** 2025


## CERTIDÃO

### CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 11/08/2025 às 08:53h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 101881/25 ao Documento 77930/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 77930/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	119 - 123	03d19326d112cb95e38ed2dd6df4ec83
Designação da fiscalização técnica do contrato	124 - 125	9a96867577cf4e6a30e3ee8745c21e80
Comprovante de publicidade	126	e1931dd15cc3afaa816d8957beb28a9b
Anexo - Doc empresa	127 - 210	d7545524f5cb03cfc26f83e681ef6c91
Designação do gestor do contrato	211 - 212	9a96867577cf4e6a30e3ee8745c21e80
Comprovação da existência de dotação orçamentária	213	f520a480594da7a0366d3bc5f8ff7e74
Designação do fiscal administrativo do contrato	214 - 215	9a96867577cf4e6a30e3ee8745c21e80
RECIBO PROTOCOLO	216 - 217	1070ce9a34c6ed0ed1e84e32c75639ae

**João Pessoa, 11 de Agosto de 2025**

 **Assinado Eletronicamente**  
conforme LC 192/2024 e Regimento Interno -  
RN-TC nº 07/2024

**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**